

O PCP lança debates para uma

Págs. 5, 6 e 7

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Abril de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1274 • Director: José Casanova

POLÍTICA DE ESQUERDA



Foto do 25 de Abril no Porto

EM FOCO

Bento de Jesus Caraça evocado no 50.º aniversário da sua morte

A Cultura do indivíduo, hoje

Págs. 22 e 23

Droga em debate

O que está hoje em causa é o próprio sistema

Pág. 21

1º DE MAIO
1 9 9 8

TEM PREGO!
+SALÁRIOS!
+SEGURANÇA SOCIAL!
-HORÁRIO DE TRABALHO!

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

MAIO de LUTA

É possível derrotar a nova ofensiva legislativa

• Entrevista com Jerónimo de Sousa

Centrais





Estão abertos os debates do «Portugal 2000»

RESUMO

22
Quarta-feira

António Guterres anuncia que a sessão de transferência da administração de Macau será efectuada numa cerimónia com a participação de Portugal e da China ■ A CGTP-IN promove uma conferência sobre Bento de Jesus Caraça ■ David Lowry, detido há um ano em Caxias, é formalmente acusado pela Justiça portuguesa de burla, falsificação de títulos de crédito, associação criminosa e utilização de bases de dados pessoais não autorizadas ■ Um católico é assassinado a tiro em Portadown, na Irlanda do Norte ■ A 68ª Feira do Livro de Lisboa é inaugurada.

23
Quinta-feira

A Assembleia da República rejeita as propostas de lei do Governo e os projectos do PCP e do PSD de reforma das leis eleitorais ■ A indústria e a Ordem dos Farmacêuticos recusam o projecto de alteração da comparticipação dos medicamentos proposto pela ministra da Saúde, no dia em que os sindicatos médicos exigem aumentos salariais ■ O procurador-geral adjunto no Tribunal da Relação defende o envio do processo do «caso Beleza» para julgamento ■ Os ministros do Interior e da Justiça belgas demitem-se, após a fuga e posterior captura do pedófilo Marc Dutroux ■ Em Espanha, sabe-se que os serviços secretos fizeram escutas ilegais ao Herri Batasuna durante vários meses ■ A população sérvia recusa, em referendo, a mediação internacional no conflito do Kosovo ■ James Earl Ray, condenado pelo assassinio de Martin Luther King, morre.

24
Sexta-feira

Os estudantes da Universidade de Coimbra decidem realizar dois dias de greve às aulas na próxima semana, como forma de protesto contra o pagamento de propinas ■ Inicia-se, em Peniche, a Convenção Nacional Timorense na Diáspora ■ A Duma aprova o nome de Serguei Kirienko para o cargo de primeiro-ministro russo ■ No Ruanda, 22 pessoas são executadas pelas autoridades, acusadas de participarem no genocídio tutsi.

25
Sábado

Comemora-se em todo o País o 24º aniversário do 25 de Abril ■ Realiza-se a 6ª Assembleia da Célula do PCP na Marconi ■ É

anunciada a descoberta de ossos de um saurópode na praia da Areia Branca ■ Os delegados da Convenção Timorense aprovam a Carga Magna para o futuro Estado de Timor ■ Na Espanha, Josep Borrell é eleito secretário-geral do PSOE ■ Registam-se novos incidentes entre a polícia sérvia e os independentistas do Kosovo ■ Realizam-se as eleições legislativas nigerianas, com o apelo da oposição ao boicote.

26
Domingo

Carlos Carvalhas inaugura o Centro de Trabalho do PCP de Guimarães ■ Cerca de três mil portugueses e espanhóis manifestam-se junto a Salamanca contra o possível cemitério nuclear a instalar na região fronteiriça ■ No Ulster, dois católicos são assassinados e regista-se um atentado contra um bar ■ Na Alemanha, o Partido Social-Democrata vence as eleições regionais no Saxe-Anhalt ■ Iniciam-se as conversações de paz entre as partes em confronto no Afeganistão, em Islamabad.

27
Segunda-feira

O Sindicato dos Pilotos convoca uma greve de 35 dias, a iniciar-se a 4 de Maio ■ O Governo garante que o processo de actualização extraordinário dos cadernos eleitorais estará pronto no fim de Maio ■ Nas alegações finais do caso «Meia Culpa», o Ministério Público pede 25 anos de prisão para o alegado autor moral do crime e para os três operacionais ■ O programa de apoio aos diabéticos não é iniciado hoje como estava previsto ■ Verifica-se uma grande queda nas bolsas de valores de todo o mundo ■ O primeiro-ministro canadiano inicia uma visita a Cuba ■ O bispo Juan Geraldi, activista dos direitos humanos, é assassinado na Guatemala.

28
Terça-feira

Inicia-se, em Lisboa, o «Portugal 2000», numa sessão que conta com a intervenção de Carlos Carvalhas ■ O Presidente da República marca para 28 de Junho o referendo sobre o aborto ■ Numa acção visando impedir a realização de missas em memória de Salazar, na Igreja de S. Nicolau em Lisboa e na Sé Velha de Coimbra, centenas de manifestantes enfrentam a PSP, saldando-se o tumulto, em Coimbra, por um polícia ferido e seis pessoas detidas ■ Na Argélia, na noite de segunda para terça-feira, são assassinadas 40 pessoas na região de Medea, a 80 km de Argel ■ Ministros da OCDE passam para Outubro as decisões sobre o AMI.

EDITORIAL

25 de Abril sempre

As comemorações do 25 de Abril são sempre um momento de alegria e de festa para milhares de portugueses. São sempre, também, para algumas pessoas, sabe-se bem porquê, um tempo de escape de mesquinhas posturas ou de levianas abordagens de aspectos vários da realidade nacional.

E da irrealdade nacional.

Quem tenha lido o «Diário de Notícias» de 22 de Abril, há-de ter-se surpreendido ao ver em grande título a toda a largura da primeira página: «Esquerda Unida»; e, em subtítulo a espantosa «informação» de que «Frente de Esquerda na Avenida é o título de um manifesto assinado por alguns dos principais dirigentes do PS e do PCP». O jornal «revelava» ainda que os componentes de tal «frente de esquerda» desfilariam «juntos pela democracia e contra o salazarismo»... É evidente que se tratava de uma monumental invencionice. De tal forma que o jornal que a difundiu foi forçado a desmentir-se. Fê-lo, contudo, de forma singular: em meia dúzia de linhas, bem escondidinhas na página dedicada à correspondência dos leitores, o DN desculpava-se do «lamentável erro» que o levava, no dia anterior, a atribuir ao manifesto intitulado «Apelo à participação», o título de «Frente de Esquerda na Avenida». É óbvio que, entre o título verdadeiro do manifesto e aquele que o DN lhe atribuiu, há no mínimo uma diferença considerável... de forma e de conteúdo.

Admitindo que se trata, apenas e só, de «um lamentável erro», - estranho «erro», em todo o caso, já que as várias citações do manifesto indiciam estar ele, com o verdadeiro título, na posse do jornal... - é difícil entender aquela quase clandestina correcção, bem como a sua redução a uma simples troca de títulos. A não ser que tudo isto - primeira notícia e subsequente desmentido - tivesse como objectivo essencial criar as condições necessárias para que o DN do dia 26 de Abril «informasse», como fez, novamente em título de primeira página, que «dirigentes socialistas fugiram da Avenida», «clarificando» ainda que, tal fuga, resultava «do facto de a sua presença (na manifestação da Avenida) dar sinais de uma unidade de esquerda na festa de Abril». Seja como for, o processo é digno de registo e, por muito boa vontade e por mais voltas que se dê, não é possível desinserir-lo de um determinado e concreto conceito de informação que parece ignorar o direito a informar e a ser informado que o 25 de Abril nos trouxe. De qualquer forma, e porque Abril deu, também, a cada um de nós, a liberdade de o comemorar ou não, de participar ou não nas comemorações populares - na Avenida da Liberdade esteve quem quis estar. E foram muitos, muitos milhares os que optaram pelo direito de estar.

Também é verdade que nada disto vale se atentarmos na dimensão e no significado destas comemorações do 24º Aniversário da Revolução de Abril (a que, é justo sublinhar, o próprio DN se refere como «uma manifestação que encheu a Avenida da Liberdade») e que «decorreu com o entusiasmo e o colorido de sempre», se atentarmos na força e na serena confiança contidas no grito «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais», gritado de Norte a Sul do País.

De facto, Abril saiu mais uma vez às ruas. E as ruas ficaram, mais uma vez, cheias da alegria, da festa, da determinação, da vontade de manter vivos, nas memórias e nas perspectivas de luta, os ideais e os valores de Abril - a liberdade, a democracia, a solidariedade, a fraternidade, a justiça social.

A força e a actualidade de Abril, ou seja, a sua capacidade de, 24 anos depois, continuar presente na memória e no sonho de milhares e milhares de portugueses, decorrem desses ideais e desses valores os quais, aliás, fazem da Revolução de Abril o acto mais progressista e mais moderno da história portuguesa dos nossos dias. Daí a força da sua presença nas ruas no último fim-de-semana.

No Porto - na Praça General Humberto Delgado e na Avenida da Liberdade - o conteúdo «profundamente progressivo, democrático e

libertador» do 25 de Abril foi reafirmado numa iniciativa promovida por um vasto e diversificado conjunto de estruturas - União dos Sindicatos, Federação das Colectividades Culturporto, Associação 25 de Abril, URAP, entre outras.

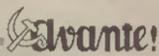
Em Lisboa, o habitual desfile pela Avenida da Liberdade constituiu uma impressionante demonstração da vontade de continuar Abril e também da disponibilidade de continuar a luta pelo futuro que Abril abriu.

E foi assim por todo o País, em centenas de iniciativas do mais diverso tipo e envolvendo muitos milhares de portugueses e portuguesas.

Dizem-nos estas comemorações do 24º aniversário do 25 de Abril que vamos ter um grande 1º de Maio. E que, tal como Abril, o 1º de Maio será comemorado com festa e luta.

A festa que é, só por si, o facto de o 1º de Maio ser o dia dos trabalhadores. A luta que é cada vez mais necessária e indispensável quando se pensa nos objectivos complementares de derrotar a política de direita e de a substituir por uma política de esquerda que inicie a resolução dos muitos problemas que se deparam aos trabalhadores, ao povo, ao País.

*Dizem-nos estas
comemorações do
24º aniversário do 25
de Abril que vamos
ter um grande 1º de
Maio. E que, tal
como Abril, o 1º de
Maio será
comemorado com
festa e luta.*



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's

Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Caps Roma — Ljub. — 2716 Simão
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Tel.: (01) 923 89 00
Campo Raso — 2710 Simão
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Cifrões e refrões

No passado domingo, a reportagem da TVI sobre o jantar de aniversário do PS trouxe-nos mais um episódio de série "Diz o roto ao nu por que é que não te vestes tu", perdão, trouxe-nos a acutilante resposta do António Guterres às extraordinárias acusações de Marcelo Rebelo de Sousa de promiscuidade do Governo com os grandes grupos económicos.

É certo que esperávamos que o Secretário-geral do PS viesse explicar, por exemplo, por que é que, depois de anos e anos de lenga-lenga sobre a redução de património e responsabilidades do IPE, aquela entidade pública se dispôs a empatar em milhão de contos numa empresa de distribuição da SONAE no Brasil ou por que é que se prepara também para ser accionista da terceira rede de comunicações móveis, por acaso também de Belmiro Azevedo e por sinal concorrente da TMN. (rede onde, via PT, o Estado também é accionista).

Estes esclarecimentos não nos foram prestados mas, em contrapartida, António Guterres, numa peculiar digressão de pedagogia

antifascista, esclareceu-nos que «o Portugal de Salazar era o Portugal dos remediados, dos mediocres, o Portugal da riqueza envergonhada, o Portugal da inveja e da mesquinhez» e que «é esta visão que é herdada naquilo que é hoje dito sobre a economia portuguesa e seu desenvolvimento».

Com estas palavras, o grande tímoneiro da recta final do PREC (Processo Reprivatizador Em Curso) inaugurou assim, apropriadamente em 25 de Abril de 1998, uma nova e comovente linha de factura entre o salazarismo (alegadamente hostil aos grandes grupos económicos e adepto não de fábricas e bancos mas de quintais com nespereiras e sardineiras) e os corajosos anti-salazaristas que, ao leme do Governo PS, se deslumbram perante esses grupos e sobre eles despejam a cornucópia dos milhões estatais, tudo a bem da riqueza finalmente desavergonhada e da sua suprema contribuição para a causa da modernidade em Portugal.

Com estas palavras bebidas nas esfarrapadas teses esquerdistas do início da década de 70 e que avaliam o salazarismo ape-

nas pelo seu discurso formal e ideológico ignorando a sua política concreta de tenaz favorecimento da centralização e concentração capitalistas, o que fica entretanto por explicar é se, porventura, se deveriam apenas aos dois ou quatro anos de «ciclóticos trabalhos» de Marcelo Caetano o facto de, em 1970, 0,4% das sociedades já deterem 53% do capital de todas as sociedades existentes e de, em 1973, a economia portuguesa estar dominada por sete grandes grupos económicos.

Mas está tudo bem quando acaba bem. E a reportagem da TVI no jantar do PS acabava mesmo muito bem: depois de Guterres, veio Soares fresco que nem uma alface, perdão, que nem uma rosa e, logo a seguir, sob os acordes de "A Internacional" ainda se ouviu perfeitamente «... uma terra sem amos...».

Pois é, já se sabia: vindos daquelas bandas, não há refrões que tirem o sono aos amos que, inteligentemente, deitam é contas aos cifrões.

■ Vítor Dias

Da virtual aliança de direita à real política de direita

O debate sobre uma hipotética reedição da velha AD não cessa de preencher intermináveis linhas, columnas, páginas de tudo o que é comunicação social. Não passando para já de um mero "facto" político usado em nome de uma estratégia na luta pessoal pela liderança de um partido de direita, não deixa de surpreender que este "facto", não sendo por agora coisíssima alguma, se tenha tornado para alguns no centro de quase tudo.

É assim como que se os portugueses vivessem dependentes deste desenlace e o País estivesse suspenso dos seus desenvolvimentos.

Em nome deste "facto" desenham-se estratégias, tecem-se cenários, dão-se conselhos. É ler e ouvir.

Os eleitores são tratados como um qualquer produto em prateleira de supermercado. Inerte, acrítico, sem opinião. Pronto a ser recolhido pelo primeiro que lhe deite a mão. Pela boca ou no aparo de alguns, tudo se resume a saber, nesta elevada corrida de ideias e projectos, quem mais votos arrecadaria no eleitorado do centro: se a aliança virtual de partidos de direita, se o PS. E já agora, como a ambos convém, qual deles mais capaz seria de esvaziar o PCP, condenado pela voz e pela pena de alguns, ao papel de fornecedor de votos para tão subida disputa eleitoral. Naturalmente que coisas como a natureza e conteúdo de políticas, a semelhança de projectos e a identidade da prática governativa entre os supostos pólos que contariam nesta disputa são pormenores, sem interesse e até factores de atrapalhação no fluir destes raciocínios.

E nesta onda de análises de interpretações não faltam e até abundam os conselhos dados ao PCP. Tudo, claro está, para seu bem e no seu interesse. Que se deve abrir, que será seu dever apoiar o PS perante o novo

fôlego da direita, que se deve afirmar como a consciência crítica de uma esquerda liderada pelo PS, que se deve renovar em nome de objectivos e interesses de terceiros.

A campanha desenvolvida por alguma comunicação social à qual se têm associado dirigentes do PS sobre o PCP tendo naturalmente objectivos de procurar criar dificuldades ao esforço em curso de reforço da organização e iniciativa política do Partido, que nitidamente os incomoda, terá em vista entretanto outros objectivos. Não será de surpreender que aqueles que agora atribuem ao PCP intenções de uma determinada renovação, feita à medida de interesses que eles próprios desenharam, venham daqui a uns meses constatar que aquilo que afirmavam esperar e que seguramente sabem não vir a suceder "é uma nova e frustrada possibilidade de evolução do PCP" da qual resultaria a inevitabilidade de ter no PS a força capaz de se opor aos partidos de direita.

Que se desenganem os que, com insinuações e afirmações deformadoras das principais tarefas decididas na última reunião do Comité Central, pretendem tolher a iniciativa e a acção do PCP com vista ao reforço da sua influência política e da sua afirmação como força indispensável e aglutinadora de vontades em alcançar para Portugal uma nova e verdadeiramente diferente política que rompa com o ciclo da alternância de políticas em tudo semelhantes desempenhada ora pelo PS ora pelo PSD, quando não por ambos, como já se viu.

■ Jorge Cordeiro

BURACOS

Quatro meses após a grande crise financeira que varreu os até então chamados "tigres asiáticos", uma visão superficial poderia levar à conclusão que apenas se tratou duma tempestade num copo de água. As bolsas asiáticas pareciam mais tranquilas. As bolsas europeias e norte-americanas voltavam a atingir níveis-recorde. A mitologia oficial assegurava-nos que as sábias políticas das elites financeiras ocidentais estavam a restabelecer a ordem. Mas os novos soluços das bolsas mundiais no início desta semana mostram que a realidade é outra.

Aliás, para os povos dos países afectados pela crise asiática do final do ano passado, a realidade nunca foi cor-de-rosa. As famosas "ajudas" do FMI, capitalizaram mais de 120 mil milhões de contos, não foram dadas mas sim empréstimos. Que serviram para pagar as dívidas à grande banca estrangeira, contraídas pelo sector privado desses países. Esses empréstimos terão que ser pagos (com juros). A troca de tanta filantropia, as multinacionais reforçarão o seu domínio sobre as ricas economias dos ex-tigres asiáticos. E os povos receberão mais desemprego e mais miséria. Na Coreia do Sul (apontada como modelo no cumprimento entusiástico das receitas do FMI), as empresas estão a falir ao ritmo de 3000 por mês, e em média, 10 000 trabalhadores perdem os seus empregos todos os dias. O número de desempregados caminha já para os 2 milhões, ou seja, 10% da mão-de-obra (*Financial Times*, 23.4.98). Na Indonésia, os últimos números oficiais falam de 13 milhões de desempregados, mais 5 milhões do que há poucas semanas. Como se vê, as receitas do FMI estão a ter um sucesso estrondoso...

O que parece preocupar o FT é a "atitude xenófoba" dos coreanos, que não vêem com bons olhos que os "amigos" estrangeiros "estejam a recusar joint ventures e insistam em ter o controlo absoluto" das suas empresas. Felizmente, a crise está do lado dos "compradores ocidentais, que podem provavelmente esperar até que os preços desçam", estando as boas oportunidades previstas "para daqui a um ano, quando os chaebol [grandes conglomerados] se sentirem realmente encostados à parede".

Mas é a situação na segunda maior economia do planeta que desperta maiores preocupações. No início de Abril, o presidente da Sony declarou que a economia japonesa está à beira de um colapso que poderá provocar uma recessão mundial, e comparou o primeiro-ministro japonês ao presidente norte-americano dos anos da Grande Depressão, Herbert Hoover. O FT afirma em editorial (4.4.98) que o Japão entrou num processo deflacionário "do tipo que afectou os EUA nos anos 30" e que "os consumidores japoneses estão aturdidos com os escândalos de corrupção, desmoralizados pela derrocada da bolsa e dos preços dos terrenos, em estado de choque com a queda de bancos e corretores famosos, esmagados pelo peso das dívidas contraídas em tempos melhores. Estão agora a pagar as dívidas e a retirar os seus depósitos dos bancos menores. Esse dinheiro está a ser canalizado (...) em medida preocupante para os cofres nos domicílios". Manifestando-se céptico sobre a eficácia, quer de programas de investimentos em obras públicas quer de reduções de impostos, o FT acrescenta: "poderá haver circunstâncias, como assinalou Keynes nos anos 30, em que até valha a pena pôr as pessoas a cavar buracos que não tenham qualquer outro objectivo senão relançar a economia". E assim, na brilhante e nova era digital, biotecnológica, o porta-voz da mais antiga e experimentada classe capitalista do globo recomenda, como saída para os buracos criados pelo capitalismo global, que passemos a... cavar buracos! É a afirmação definitiva da superioridade da economia de mercado, em todo o seu esplendor.

Enquanto se multiplicavam sinais de alarme e advertências catastróficas, as bolsas de valores norte-americanas e europeias, eufóricas, alcançavam valores-recorde. De novo o *Financial Times* (25.4.98) advertia que "existem sinais preocupantes de excesso de exuberância, do tipo que assolou o Japão nos anos 80" (antecedendo a actual crise) e acrescentava: "as bolsas da América e da Europa terão, mais cedo ou mais tarde, que acordar para a realidade". Preparem-nos para os buracos.

■ Jorge Cadima

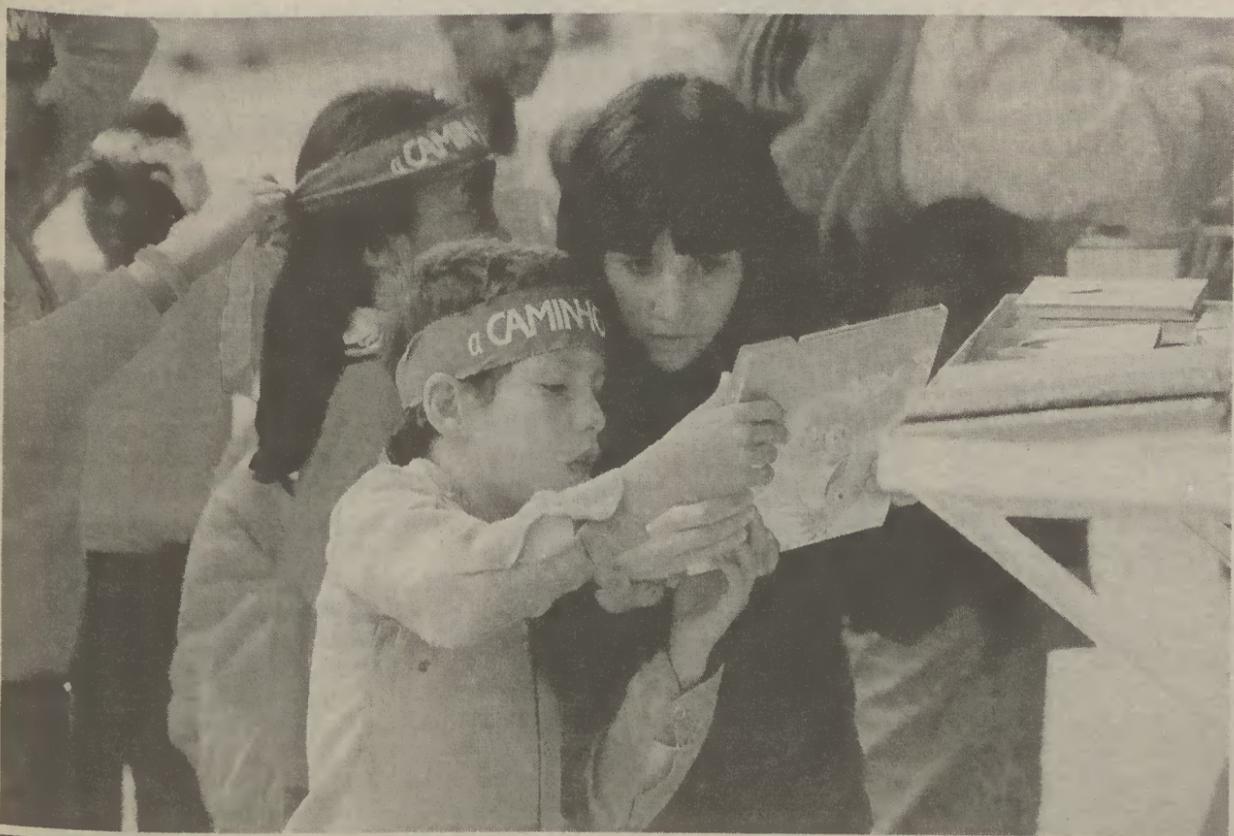


Foto: Jorge Caria

SEMANA



Luta de timorenses unificada no Conselho Nacional da Resistência

Realizou-se esta semana em Lisboa a primeira Convenção Nacional Timorense da Diáspora, que reuniu durante quatro dias cerca de 200 timorenses e onde se aprovou uma Magna Carta e uma estrutura única de resistência contra o ocupante indonésio. Xanana Gusmão - que, da prisão em Java, acompanhou e dirigiu todo o processo - foi unânime e formalmente designado o presidente quer do novo Conselho quer

da sua Comissão Executiva e Comissão Política, ocupando Ramos Horta o lugar de número dois nesta estrutura que passou a reunir numa só as principais forças timorenses que lutam contra o opressor indonésio, nomeadamente a Fretilin e a UDT. Na Magna Carta é proclamada, sem tergiversações, a independência de Timor-Leste, a «defesa de um Estado de Direito, democrático e multipartidário, assente na filo-

sofia do Povo de Timor-Leste» e, «como país oficial de língua oficial portuguesa, Timor-Leste privilegiará as relações com todos os países em África, América Latina e Europa que partilham a mesma língua e contribuirá para o reforço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP - e para a construção do relacionamento desta Comunidade com as Comunidades dos países da Ásia e do Pacífico».

Mini-crash na Bolsa de Lisboa

No início desta semana, os investidores na Bolsa de Lisboa perderam, num só dia (segunda-feira), mais de 740 milhões de contos, na sequência de um autêntico «terramoto» que abalou as praças financeiras mundiais provocado pelo boato de uma subida das taxas de juro nos EUA. Este mini-crash foi despoletado, em primeiro lugar, por um artigo do Wall Street Journal revelando que a Reserva Federal dos EUA (FED) se preparava para agravar as taxas de juro para «refrear» uma economia sobreaquecida e

travar o perigo inflacionista. A praça lisboeta foi a que mais caiu na Europa, resultado da sua pequena dimensão, escassa liquidez e grande dependência dos investidores estrangeiros. A título de exemplo, refira-se que na Bolsa portuguesa se registaram perdas que chegaram aos 17% e nem mesmo as actuais «coqueluches» da especulação bolsista lusitana escaparam: as acções da Portugal Telecom caíram 5,27% e as da EDP 5,82%, com esta última a ver mais de 900 mil acções a mudarem de mãos.

Fuga do pedófilo Dutroux põe em causa governo belga

A fuga do pedófilo belga Marc Dutroux do próprio palácio de justiça de Neufchâteau, no Sul da Bélgica (e que conseguiu fugir após ter neutralizado a polícia que o acompanhava, enquanto consultava o seu dossier nas instalações), está a agitar os meios políticos e sociais do país, apesar de o fugitivo ter sido recapturado três horas depois. Os dirigentes dos partidos da oposição pediram a demissão dos ministros da Justiça, Stefaan de Clerck, e do Interior, Johan van de Lanotte, o que veio a acontecer nesse mesmo dia, conforme anunciou o primeiro-ministro. Os dois ministros flamengos pertencem respectivamente ao Partido democrata-cristão flamengo (CPV), do primeiro-ministro Jean-Luc Dehaene, e ao Partido Socialista flamengo (SP). Entretanto a imprensa belga vem pedindo a demissão do governo de centro-esquerda do primeiro-ministro Jean-



-Luc Dehaene na sequência da fuga, classificada de «escândalo» que envergonha o país. Insatisfeitos com a simples demissão dos ministros da Justiça e do Interior, já aceite pelo rei Alberto II, os jornais belgas multiplicam-se em qualificativos como «incebível», «incrível», «inimaginável», «impossível» para designar a evasão de Dutroux.

Para além da imprensa, também os partidos políticos começaram já a pedir a demissão do executivo. Só as forças da maioria governa-

mental - os partidos cristãos-democratas flamengo e francófono (CVP e PSC) e os partidos socialistas flamengo e francófono (SP e PS) - continuam a apoiar o governo.

Para além do governo, surgem igualmente apelos à demissão do chefe da polícia, Willy Derudder, já contestado aquando da detenção de Dutroux em Agosto de 1996. Depois da fuga do pedófilo, o estado-maior da polícia manteve-se silencioso. Segundo a imprensa, foi graças a um guarda

florestal que Dutroux voltou a ser detido.

Enquanto isto, a polícia belga retomava as buscas em Jodoigne (no centro do país) na casa de um outro pedófilo belga, principal suspeito do desaparecimento, em Fevereiro de 1991, de uma menina de 11 anos que nunca foi encontrada. As buscas iniciaram-se um dia depois de uma série de investigações na Bélgica e na Suíça em domicílios de uma dúzia de pedófilos, relacionadas com o caso do desaparecimento de Natalie Geijsbregts, a 26 de Fevereiro de 1991.



«Voa» sobre a TAP nova ameaça de greve

O sindicato dos pilotos da TAP - SPAC - anuncia repentinamente a marcação de uma greve de 35 dias com início a 4 de Maio próximo e prolongando-se intercaladamente até final de Agosto, quando decorriam conversações com a administração da companhia, que se afirmou surpreendida com esta decisão. O SPAC justifica o anúncio de (mais) esta ameaça de greve dizendo que os pilotos discordam da contratação de companhias terceiras para efectuarem voos TAP (o chamado *outsourcing*) - questão que estava a ser objecto de negociação entre o SPAC e a administração da empresa -, acrescentando que a administração chumbara uma proposta sua. Esta respondeu,

entretanto, que as negociações estava «a decorrer com toda a normalidade». O vice-presidente do SPAC, Ângelo Felgueiras, afirmou ao Diário de Notícias que a proposta do sindicato chumbada pela administração visava definir os termos, as condições e os limites em que a TAP poderia recorrer ao *outsourcing*, tendo por modelo «exactamente o mesmo que vigora na Swissair, o parceiro escolhido pela TAP, bem como em quase todas as companhias europeias». Fontes da administração da TAP igualmente citadas pelo DN contra-atacam dizendo que isto é uma manobra dos pilotos para «entrarem mais cedo na gestão da TAP em relação à sua prevista tomada de capital».

Prémio literário «Orlando Gonçalves»

Por proposta de Fernando Pereira, vereador da CDU responsável pelo Pelouro da Cultura, a Câmara Municipal da Amadora lançou e divulgou ontem, nos Recreios Desportivos da Amadora, o prémio literário «Orlando Gonçalves», que tem por objectivo «incentivar a produção literária, contribuindo desse modo para a defesa e enriquecimento da língua portuguesa», ao mesmo tempo que homenageia a memória do jornalista e escritor Orlando Gonçalves, «que à Amadora e aos portu-

gueses entregou o melhor do seu esforço e combatividade pela liberdade, democracia e justiça social». O prémio destina-se a galardoar, anualmente e de forma alternada, uma obra de ficção em prosa e um trabalho jornalístico de investigação ou grande reportagem apresentados a concurso, sendo esta última modalidade a que abre a sua primeira edição, «em reconhecimento da singular e prestigiada carreira que Orlando Gonçalves exemplarmente abraçou».

FRASES

“Empenhar-nos-emos pelo reconhecimento dos direitos humanos plenos do sexo feminino. Pela destruição da mais bárbara barreira à liberdade individual da mulher.”

(Odete Santos, na cerimónia do 25 de Abril na AR)

“Quando se comparam os aumentos salariais de 3 ou 3,5 por cento com as taxas de lucro do capital financeiro, da banca e dos seguros percebe-se logo o que o Primeiro-Ministro quer dizer com a estabilidade, com mais justiça social e mais democracia!”

(Carlos Carvalhas, na inauguração do CT de Guimarães)

“Com o sim ao PP, Marcelo conseguiu os dois terços dos congressistas; caso tivesse proposto o não, teria alcançado os três terços.”

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 25.04.98)

“Hoje a direita racional (a dos interesses) está com o PS de António Guterres porque este está no poder e a sua política é pragmática e igualmente racional. A direita ideológica, essa, destruída a unidade do PP, não se sabe onde possa estar. As dificuldades do PSD são muitas e a AD não é cobertura suficiente.”

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 24.04.98)

“Guterres está agora para os capitalistas como o Vaticano para o padre Melícias. Ambos se dão demasiado bem com os poderosos deste mundo.”

(Carlos Magno - «Diário de Notícias», 26-04-98)

“Portas não deve saber conduzir, porque, a travar e a acelerar desta maneira, arrisca-se a derrapar e a bater de frente com o seu parceiro de coligação.”

(Paulo Baldaia - «Semanário», 24.04.98)

“Para completar a tríade, falta ouvir o Primeiro-Ministro António Guterres.”

(Repórter da SIC no jantar do 25º aniversário do PS, depois de ter ouvido Mário Soares e Almeida Santos - «SIC - Jornal da Noite», 25.04.98)

PORTUGAL > 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

PCP

Um processo aberto à sociedade

Mais de 400 pessoas encheram a ampla sala de Congressos do Hotel Alfa em Lisboa, onde na passada terça-feira foi lançada a iniciativa do PCP «Portugal 2000 - Debates para uma Política de Esquerda».

Entre a numerosa assistência, encontravam-se dirigentes nacionais e regionais do Partido e da JCP, da Intervenção Democrática, do Partido Ecologista «Os Verdes», deputados do Grupo Parlamentar comunista, eleitos da CDU nas autarquias, dirigentes do Movimento Sindical, numerosas individualidades de diferentes áreas da vida nacional política, social e cultural do País.

Na sala podia ver-se, entre outros, José Barata-Moura, Salva-do Sampaio, Daniel Branco, Eufrazio Filipe, Apolónia Teixeira, António Canelas, Modesto Navarro, Pereira da Silva, Carlos Silva Santos, Henrique Espírito Santo, Feliciano David, António Gonçalves, Blasco Hugo Fernandes, Marcos Antunes, Herberto Goulart, João Cunha Serra, Dulce Rebelo, Manuel Sá Marques, José Ernesto Cartaxo, Florival Lança, Américo Nunes.

De destacar ainda as presenças de várias personalidades independentes e de diferentes quadrantes políticos, como o Almirante Rosa Coutinho, General Vasco Gonçalves, Comandante Vasco da Costa Santos, Duran Clemente, Comandante Gomes Motta, Óscar Mascarenhas, Luís Pascoal, Paulo Silvério Ramos, Lopes Cardoso e Fernanda Lopes Cardoso, Pedro Coelho.

A sessão começou com música barroca, por um trio da Sinfonia B, constituído por Carlos Passos (violino), César Viana (flauta) e Halina Berezowska (violoncelo) que, interpretando duas sonatas de Sammartini e um minuetto de Telemann, ambos compositores da segunda metade do século XVIII, foram aplaudidos de pé pela sala.

Por uma alternativa de esquerda

Carlos Carvalhas subiu depois à tribuna e fez questão de saudar os músicos, os presentes na iniciativa e todos os que para ela contribuíram (ver discurso na íntegra nas páginas seguintes).

Directo ao assunto, o secretário-geral do PCP explicou os



pressupostos do Portugal 2000, enquadrando a iniciativa «numa nova maneira de fazer política que a reabilite aos olhos dos cidadãos e que restabeleça laços de envolvimento e de participação democrática».

Deixando claro que o PCP não altera a sua apreciação de que «foi frustrada a aspiração de uma real mudança política expressa nas urnas em Outubro de 1995», Carvalhas reafirmou, contudo, que «o PCP se assume como oposição de esquerda, combativa, consequente e responsável ao Governo do PS e como força construtivamente empenhada na luta por uma política e por uma alternativa de esquerda».

Deste modo, recusou o rotativismo centrado no PS ou no PSD e sublinhou a necessidade e a disponibilidade do PCP de «contribuir activamente» para um projecto de esquerda que permita a concretização de «um novo rumo para Portugal à entrada do novo milénio».

Neste projecto, juntamente com o PCP, Carvalhas considerou indispensável «o concurso activo de forças sociais, de muitos socialistas e de outros democratas», desfazendo no entanto equívocos de «entendimentos com vista às próximas legislativas». «Não é um processo que esteja limitado temporalmente e muito menos balizado pelas próximas eleições», disse.

Debates arrancam em Maio

Já a partir do mês de Maio, terá início um conjunto diversificado e descentralizado de iniciativas de debate e reflexão sobre os problemas nacionais, sobre as condições de um projecto de esquerda, e sobre o conteúdo das suas políticas.

Entre alguns dos temas propostos e que irão animar os debates previstos, pelo menos até ao final deste ano, destacam-se: o desenvolvimento económico, emprego com direitos, horário de trabalho, repartição do rendimento; o papel do Estado e as reformas da segurança social, da saúde e da educação; a integração europeia, a regionalização, a qualidade de vida, o ambiente; a toxicoddependência; a justiça social; os serviços públicos; as mudanças sociais e a exclusão social e a pobreza.

O «Portugal 2000» surge assim como «um processo aberto à sociedade e às forças, posicionamentos, ideias e aspirações que nela se manifestam criticamente em relação às orientações neoliberais. Que reúna individualidades, sectores e sensibilidades políticas. Que mobilize movimentos e forças sociais e culturais diversas. Que releve a intervenção da juventude e das mulheres. E onde todos os cidadãos encontrem, directamente, o seu próprio espaço de participação».





Quero começar por saudar e agradecer vivamente a vossa presença na apresentação desta iniciativa, agradecer o momento musical que nos foi proporcionado pelo Grupo de Solistas da Sinfonia B e agradecer a todos os que contribuíram para a sua realização.

Uma nova maneira de fazer política que a reabilite aos olhos compreensivelmente descrentes de tantos dos nossos concidadãos e que restabeleça laços de envolvimento e de participação democrática no movimento das ideias e das opiniões e no apuramento das análises das orientações fundamentais que devem marcar a nossa vida comum, assenta em três pressupostos básicos.

A verdade do que se afirma e do que se defende.

A informação sem restrições e colocada à disposição de todos.

E o absoluto respeito pela capacidade de juízo e pela livre opção de cada um, afirmados na diversidade de condições, experiências e conhecimentos, sem sujeição a paternalismos ou a intermediações de natureza instrumental.

É exactamente por respeito com estes pressupostos que, antecedendo a apresentação da iniciativa política que, sob a designação *Portugal 2000 - debates para uma política de esquerda*, o PCP se propõe desenvolver, consideramos oportuno salientarmos, com a franqueza que certamente os presentes esperam de nós:

- que o PCP não altera a sua apreciação de que, longe de ter sido cumprida, foi frustrada a aspiração de uma real mudança da política expressa nas urnas em Outubro de 1995;

- que o PCP não modificou o seu juízo essencial de que, no Governo, o PS, embora com algumas alterações de estilo e mudanças de orientação em alguns aspectos sectoriais, acabou por manter inalteráveis as principais políticas de inspiração neoliberal que vinham sendo conduzidas pelos governos do PSD, como, aliás, é reconhecido, por vezes em termos bem mais devastadores do que os usados pelo PCP, por observadores de diversos quadrantes;

- que o PCP, por mais espalhafatosa e artificial que seja a contraposição de siglas e etiquetas de partidos e coligações ditada pela proximidade das eleições e com a qual, a nosso ver, se pretende fazer esquecer três anos de amigáveis convergências e assinaláveis entendimentos, não é candidato a pratos de lenti-lhas, não está disponível para achar que é óptimo o que ontem, feito por outros, todos considerávamos péssimo, e não admite esbater a diferença específica que representa no panorama político nacional nem mercandear a sua identidade, valores e convicções fundamentais;

- que o PCP se assume, como é conhecido, como oposição de esquerda, combativa, consequente e responsável, ao governo do PS e como força construtivamente empenhada na luta por uma política e por uma alternativa de esquerda.

Entretanto, recusando frontalmente um rotativismo centrado no PS ou no PSD que não oferece alternativa mas apenas variantes de continuidades essenciais, afirmamos a necessidade e dispomo-nos a contribuir activamente para a afirmação de uma esquerda e de um projecto que suporte a perspectiva, a possibilidade e a luta pela concretização de um novo rumo democrático para Portugal à entrada do novo milénio. Que tenha como base o apuramento substantivo de uma política e a reunião de condições de suporte indispensáveis à sua concretização. E que em estreita ligação com a dinâmica social, assuma uma intervenção contra a instabilidade e os factores de crise social, e um programa de justiça social como objectivo e ao mesmo tempo como condição de desenvolvimento.

É para nós evidente que o caminho para um tal projecto de esquerda e de poder, não pode ser percorrido apenas pelos comunistas e pelos que se situam na sua área, e que o concurso activo de forças sociais, de muitos socialistas e de outros democratas, constitui um factor obviamente indispensável. Do mesmo modo que julgamos evidente que essa inflexão, no sentido da esquerda, do rumo político nacional, não é concretizável sem a participação activa do PCP e o seu reforço, com tudo o que o nosso partido representa no plano da mobilização social, política e eleitoral, indispensáveis para a realização de um tal projecto.

Esclareça-se ainda que a afirmação de um projecto de esquerda e de poder para um novo rumo democrático, tal como a concebemos, não é um processo que esteja limitado temporalmente e muito menos balizado pelas próximas eleições legislativas.

Desenganam-se, pois, os que se têm precipitado a visualizar ou a não visualizar entendimentos com vista às próximas legislativas, ou a especular sobre propostas inexistentes, quando não é disso, evidentemente, que se trata.

Do que se trata, sim, é do início de um alargado e genuíno processo de diálogo e de debate, à esquerda, respeitador da pluralidade das expressões e das diferenças, susceptível de no seu desenvolvimento estabelecer pontes e de construir convergências políticas que contribuam para afirmar e viabilizar um projecto de poder.

Um processo aberto à sociedade, e às forças, posicionamentos, ideias e aspirações, que nela se manifestam criticamente em relação às orientações neoliberais. Que reúna individualidades, sectores e sensibilidades políticas. Que seja mobilizador e envolvente de movimentos e forças sociais e

culturais diversas. Que releve a intervenção da juventude e das mulheres. E onde todos os cidadãos encontrem, directamente, o seu próprio espaço de participação.

Quero deixar-vos aqui a garantia da forte disponibilidade da abertura e do empenho do PCP para contribuir para este processo, de acordo aliás com a resolução aprovada pelo Comité Central na sua última reunião.

Uma contribuição do PCP que não significa qualquer exclusão de iniciativa e que afasta, expressamente, propósitos de hegemonia - que seriam em tudo opostos aos objectivos de um processo de debate livre, susceptível de realizar progressos no domínio das ideias e das políticas e de contribuir para uma real agregação de energias, capacidades e forças.

Uma contribuição do PCP que não deve ser confundida - e que pelo contrário deve ser claramente diferenciada - de outras iniciativas e da fase de intervenção do próprio Partido em relação às próximas legislativas. Onde emana a garantia, que damos a todos os que se disponham a debater com os comunistas a afirmação de um projecto de esquerda e de poder e os problemas com que Portugal está confrontado à entrada do novo milénio, de uma completa ausência de propósitos instrumentalizadores, do total respeito pela liberdade de posicionamento político de cada um, da inexistência de quaisquer compromissos que se situem para além do natural respeito mútuo, da tolerância, da disponibilidade para dar opiniões e para escutar e reflectir sobre as opiniões dos outros.

Sublinhe-se ainda que o *PORTUGAL 2000 - debates para uma política de esquerda* que a partir de agora vamos promover, não esgotam o movimento de debate político com a sociedade que entendemos empreender, embora constituam no médio prazo a sua mais visível realização.

Neste formato é nosso propósito impulsionar um significativo, diversificado e descentralizado conjunto de iniciativas de debate e de reflexão sobre os problemas nacionais, à aproximação do novo século, sobre as condições de afirmação de um projecto de esquerda, e sobre o conteúdo das suas políticas. Que assente em orientações alternativas às do neoliberalismo, de modo a enfrentar com sucesso os factores de crise social, a promover um desenvolvimento económico baseado na justiça social, a conquistar novos direitos e a defender os que foram dura-

Intervenção de Carlos Carvalhas

Por um novo rumo democrático para Portugal

PORTUGAL 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

PCP

mente conquistados e a aprofundar a democracia em todas as suas dimensões.

Entre os temas gerais que pretendemos debater e que por sua vez poderão ser desdobrados em subtemas e dar lugar a iniciativas diversas permiti que enuncie desde já os seguintes:

- afirmação de um projecto de esquerda e de poder - que política?, com que forças?, por que caminho?;
- desenvolvimento económico, emprego com direitos, horário de trabalho, repartição do rendimento;
- as funções sociais do Estado e os cidadãos, com destaque para as reformas da segurança social, da saúde, e da educação;
- Portugal e a integração europeia;
- cultura e cidadania;
- participação, informação, democracia;
- descentralização, regionalização, áreas metropolitanas, poder local;
- qualidade de vida, habitação, urbanismo, crise urbana, ambiente;
- toxicodependência;
- a justiça social - objectivo e condição de desenvolvimento;
- sector público, serviços públicos de qualidade;
- as mudanças sociais;
- a exclusão social e a pobreza;
- Portugal no século XXI - uma visão prospectiva.

Esta iniciativa política do PCP, que terá as suas primeiras concretizações com alguns debates e sessões a promover já no próximo mês de Maio e que se prolongarão pelo menos até final do ano, comporta, como se compreende, um vivo apelo à participação de cidadãos que pela sua experiência, qualificações ou especializações em diversos domínios podem dar um assinalável contributo para o aprofundamento e o rigor da reflexão sobre os problemas nacionais que queremos partilhar.

Entretanto, valorizando este tipo de contribuições e participações, o *Portugal 2000* reclama-se ao mesmo tempo de um forte apelo à participação de todos os cidadãos que, em qualquer parte do País, queiram trazer o testemunho da sua experiência e da sua opinião ou das suas aspirações, enriquecendo estes debates com o conhecimento concreto da vida que é realmente vivida pelos portugueses, trazendo para o primeiro plano da nossa vida política, por vezes tão virtual e tão segregacionista, as preocupações mais comuns dos portugueses.

Partimos também para o *Portugal 2000* com a ideia de que esta iniciativa pode e deve ser, não apenas um espaço frutuoso de debate à esquerda e não apenas um factor dinamizador de um forte movimento de opinião pública para uma nova política, mas também um espaço político que desejáramos gerador de inicia-

tivas concretas dos cidadãos em torno de causas e problemas que os preocupam ou a que desejam dar voz.

A sociedade portuguesa enfrenta o novo milénio em condições assaz contraditórias.

As profundas transformações que tiveram lugar no último quarto de século, depois do 25 de Abril, mudaram em muitos aspectos e para melhor a realidade nacional. Mas o atraso socio económico do País continua a constituir uma pesada herança. As desigualdades e as assimetrias e a própria desvalorização do trabalho não cessam de se acentuar. A degradação da democracia constitui um processo muito preocupante. E as opções nacionais desenvolvem-se num quadro de grandes desafios globais - económicos, políticos, sociais, culturais, ambientais - para as quais a sociedade portuguesa não está nem política nem socialmente preparada.

A integração europeia - com a adesão de Portugal ao Euro, com a Agenda 2000, com o "Pacto de Estabilidade", com o Banco Central Europeu - está a entrar claramente numa nova fase. Em que tenderão a acentuar-se os constrangimentos a um desenvolvimento económico e social, harmonioso e integrado, do nosso país e da nossa sociedade. O que exige uma acrescida resposta e iniciativa políticas, à esquerda, das forças do trabalho e do progresso, tanto no espaço nacional como no comunitário. Designadamente e na sequência do Tratado de Amsterdão e do alargamento da União Europeia, em relação aos novos e acrescidos problemas que se vão levantar em relação ao figurino institucional, seus poderes, limites e proximidade dos cidadãos.

O novo ciclo do desenvolvimento do capitalismo em que o mundo entrou - e que não só não altera a essência exploradora do sistema como a está a alargar e a tornar de facto mais intensa - surge claramente a tentar reconfigurar toda a realidade económica e social de acordo com os seus interesses.

Em vez da optimização do aproveitamento dos recursos materiais e humanos e das possibilidades abertas pela revolução científica e técnica, a globalização está a provocar profundas desregulações e desperdícios e a destruir sistematicamente os meios naturais.

A subordinação do económico e do social à lógica absoluta do mercado substitui a satisfação das necessidades humanas pela satisfação apenas das necessidades que correspondem a uma procura solvente, com todo o seu cortejo de iniquidades sociais e de crescentes desigualdades.

Os dogmas neoliberais que impõem a liberalização e a desregulamentação dos mercados nacionais, a privatização de tudo que possa ser utilizado como fonte de lucro, a predação acelerada dos recursos, o desrespeito pelo homem e pelo seu futuro,

procuram afirmar-se por todo o mundo como a única solução e a o único caminho, o "pensamento único".

Mas não o são.

Por toda a parte cresce a compreensão desta realidade e ergue-se a resistência e a luta contra esta economia de submissão ao mercado global, desregulamentada, privatizada, tecnocrática, e portadora de uma competitividade mortífera, que está a engendrar contradições e choques profundos no interior do próprio sistema, e que prossegue à escala mundial a maximização do lucro a qualquer preço. Resistência e luta dos trabalhadores, em primeiro lugar. Mas que se estende a sectores cada vez mais vastos das sociedades e das nações, atingidos ou em risco por causa de transformações devastadoras na esfera económica e social. E que encontra expressão política e ideológica no questionamento e na crítica cada vez mais expressivos das políticas neoliberais e na abertura do caminho para a sua superação.

O Partido Comunista Português situa-se - pela sua natureza, identidade, objectivos, combates - claramente no coração desta causa.

Com o seu protagonismo e a sua voz próprias assumidos com clareza e transparência.

Com a sua participação nas múltiplas batalhas da dinâmica social, com destaque particular para as dos trabalhadores e para as da juventude.

Com a sua profunda abertura à sociedade, no duplo sentido de receber os sinais de uma realidade contraditória e crescentemente complexa e de procurar reflectir e agir sobre essa realidade de no sentido do progresso social e humano.

Como parte de um vasto campo de esquerda que não é confundível com o todo. Mas que se assume como elemento activo da sua afirmação, no respeito pelo pluralismo, no propósito consciente da elaboração e da construção de convergências dotadas de eficácia política e social.

Está agora também nas vossas mãos, dos que não se resignam nem se acomodam à pressão ideológica dos dogmas do neoliberalismo, dos que não aceitam a liquidação de direitos cívicos e políticos duramente conquistados pela classe operária, pelos trabalhadores e pelas forças progressistas, dos que entendem que a reflexão conjunta e o debate, a criação de movimentos cívicos e acções convergentes ou comuns é urgente, repito, está nas vossas e nas nossas mãos - dos que aqui vieram e dos muitos que iremos encontrar neste caminho, noutros momentos e iniciativas - o destino desse propósito.

Gostaria de, mais uma vez, vos saudar, de agradecer a vossa presença e de deixar a todos, a todos nós, os votos de bom trabalho.



SACAVÉM

«PS sacode água do capote»

Face às «manobras de alguns indivíduos» que procuram «incitar os sacavenenses contra o Presidente da Câmara Municipal de Loures», a propósito da interrupção da EN 10, a Comissão de Freguesia de Sacavém do PCP veio à público advertir a população para as mesmas e repudiar «toda a espécie de oportunismos partidários e pessoais».

Lembram os comunistas que o PS sempre teve autarcas eleitos na Câmara Municipal; que é um Governo PS que há mais de dois anos dirige a Junta Autónoma das Estradas; e que foi o Presidente da Junta (PS) quem afirmou frente à televisão manter «os mais estreitos contactos com ministro e secretários de Estado». Daí, considerar «um insulto à inteligência dos sacavenenses» o facto de o PS fazer crer que é obra sua a Ponte Vasco da Gama e ao mesmo tempo «sacudir a água do capote», remetendo para outros a responsabilidade pelos seus acessos.

OLIVAIS

Acessos à Expo provocam acidente

Também preocupados com a insegurança dos peões na zona de acesso à Expo, os eleitos comunistas na Assembleia de Freguesia de Stª Maria dos Olivais, no dia 6 de Abril, interpelaram o presidente da Junta nesse sentido, sendo informados estar prevista a colocação de passagens aéreas simultaneamente com a abertura destas vias ao trânsito.

Tal não aconteceu, porém, uma vez que em todo este processo os trabalhadores das áreas envolvidas «sempre foram tratados como uma questão secundária», como demonstra o acidente fatal ocorrido, no passado dia 20 de Abril, com uma operária têxtil da Fábrica Barros.

Revoltados com o sucedido, os moradores da Centieira e os trabalhadores da zona «disseram basta», exigindo não só a colocação de passagens aéreas como de semáforos, no que são acompanhados pela Comissão de Freguesia do PCP nos Olivais, com eles solidária.

VALONGO

4.ª Assembleia elege concelhia

Na sua 4ª Assembleia, a Organização Concelhia do PCP em Valongo analisou os resultados desfavoráveis das últimas eleições autárquicas, salientando as dificuldades que a CDU encontrou para transmitir à população a reconhecida qualidade do trabalho dos seus eleitos e a desproporção de meios utilizados em relação ao PS e PSD.

A iniciativa, que teve a participação de João Fonseca, membro do Comité Central e da DORP, contou com a presença de muitos convidados não militantes do PCP.

Num clima de grande confiança no futuro, a Assembleia discutiu medidas para melhorar o trabalho do Partido e destacou como muito positiva a adesão recente de muitos jovens que, aliás, se reflecte já na composição da nova Comissão Concelhia eleita.

ALPIARÇA

Lutas de 1958 comemoradas

A propósito das comemorações do 25º aniversário do III Congresso da Oposição Democrática, um grupo de democratas de Alpiarça decidiu comemorar também o 40º aniversário das lutas de 1958, «na perspectiva de que o presente tem um passado que importa não esquecer».

A intervenção da Oposição Democrática na Campanha Eleitoral para as presidenciais - através das candidaturas de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado -, constituiu, dizem os membros da Comissão Organizadora destas comemorações, uma das mais poderosas movimentações de massas contra o regime salazarista. Um processo que fez o fascismo «tremem» e no qual o PCP, único partido antifascista existente, desempenhou um papel fundamental.

Em Alpiarça, para além do valioso contributo dado para as manifestações de protesto contra a farsa eleitoral, desenvolveu-se um movimento reivindicativo por aumentos salariais de grande dimensão que os democratas deste concelho querem comemorar.

ÉVORA

Situação preocupante

A Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, reunida para discutir o «novo impulso» da organização, decidiu promover um conjunto de iniciativas que constituam um «espaço aberto a todos os interessados», permita uma reflexão que respeite a «pluralidade de expressão» e propicie a «construção de convergências» e a «definição dos conteúdos de uma política de esquerda».

Quanto à situação social, a DOREV considera que, apesar das promessas do Governo PS, «é preocupante a situação dos reformados e idosos e dos milhares de desempregados de longa duração. Por outro lado, aumenta o número de desempregados à procura do primeiro emprego e agravam-se os problemas da saúde. Enfim, uma situação que exige uma «política autenticamente de esquerda de há muito proposta pelo PCP».

6ª Assembleia da Marconi

Empresa vive clima de instabilidade

Sob o lema «Por um PCP mais forte na defesa dos direitos dos trabalhadores», realizou-se no sábado passado, no Centro de Trabalho Vitória, a 6ª Assembleia de Célula do PCP na Marconi.

Com a sua 6ª Assembleia, a Célula da Marconi pretendeu fazer um momento de reflexão sobre o trabalho partidário na empresa e ao mesmo tempo de convívio entre todos os militantes - os que se encontram no activo e os que, por uma razão ou outra, saíram da empresa.

De facto, esta assembleia realiza-se num contexto muito particular, uma vez que a Marconi tem sofrido nos últimos anos um processo de profundas alterações que têm a causado um permanente clima de instabilidade.

Foi, primeiro, a tomada de posse do capital social da empresa pela Portugal Telecom e a perda do contrato de concessão a favor desta última; foi o contrato de subconcessão, em que a PT atribui à Marconi apenas a responsabilidade de garantir as comunicações internacionais; foi o processo de privatização iniciado pelo Governo PSD e continuado pelo Governo do PS; foi, por fim, a preparação da empresa para dar resposta à

liberalização total do sector, a verificar-se dentro de ano e meio.

Entretanto, segundo o balanço de organização feito à actividade da célula no período que decorreu desde a última Assembleia, realizada em 1994, os delegados constataram que, apesar das dificuldades que se colocaram à intervenção política dos comunistas, a célula manteve-se «viva e actuante», dando resposta às necessidades da luta quer no plano político, quer no plano social e da empresa.

A redução do número de militantes - que se deve particularmente à transferência de reformados para as organizações do seu local de residência -, foi outra das questões analisadas, tendo-se constatado o impacto negativo que tal situação teve na actividade da célula. Este facto não impediu, contudo, que «um poderoso «núcleo activo»» assegure a afirmação do Partido no seio dos trabalhadores.

Por outro lado, um certo envelhecimento que se verifica na célula coloca como «cruciais» para a manutenção da identidade e dos objectivos do Partido «o recrutamento de novos militantes, conjugado com o fortalecimento do trabalho colectivo (níveis de direcção, prática e teoria marxista-leninista), a melhoria da organização e da eficácia da nossa mensagem, no respeito pela nossa postura político-ideológica».

Os comunistas da Marconi acompanharam ainda as várias

eleições que se realizaram para a Comissão de Trabalhadores, para o Centro Cultural e Desportivo e para o STT, em relação às quais tiveram, em sua opinião, um empenhamento irregular.

Por fim, a 6ª Assembleia de célula considerou ter assegurado no fundamental as tarefas que lhe foram distribuídas a nível central e as que de «moto próprio se propôs» (estas de forma algo «insatisfatória»), tendo contribuído «para o reforço da imagem da organização do Partido no seio dos trabalhadores».



PCP recebe CGTP-IN

Na passada sexta-feira, uma delegação do PCP dirigida pelo Secretário-geral, Carlos Carvalhas, recebeu no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional, dirigida pelo seu Coordenador, Manuel Carvalho da Silva.

Alentejo

Uma realidade a não «escamotear»

O Organismo Inte-Regional do Alentejo do PCP analisou a versão preliminar do Plano Nacional de Emprego recentemente aprovado pelo Governo, considerando «inaceitável» que, 15 dias depois do seu anúncio, agentes económicos e sociais, autarquias e outras instituições do Alentejo ainda o desconheçam, para além de não terem sido chamados a sobre ele se pronunciarem.

Segundo os comunistas, a grave situação de desemprego no Alentejo mantém a sua natureza estrutural, atingindo a mais elevada taxa da população activa desempregada (13,8%). Daí que o Plano Regional de Emprego - não podendo ser um «Pró-Alentejo de segunda linha»-, deva «dar corpo a medidas concretas, com impactos na criação de emprego e na salvaguarda dos empregos existentes e anunciados».

Entretanto, «a fuga à quantificação de objectivos e definição dos impactos» tornam legítimas as preocupações dos que temem que as iniciativas tomadas não passem de um «instrumento de propaganda», visando «escamotear» a realidade: desertificação, envelhecimento, estagnação económica e desemprego em massa.

O Plano Regional do Empre-

go para o Alentejo deverá, entre outras medidas, assumir e garantir as reivindicações da «Embaixada de Sindicalistas do Alentejo», realizada em Setembro de 1997, o cumprimento do caderno de encargos das empresas a laborar no Alqueva no que respeita à admissão de trabalhadores da Região, a reabertura das Pirites Alentejanas.

A criação de emprego no quadro de um verdadeiro Programa Integrado de Desenvolvimento para a Região deverá, por sua vez, assentar em propostas específicas e sectoriais, nomeadamente na criação de sub-programas no PEDIZA que permitam o acesso à terra, programem e orçamentem a construção de cerca de 15 barragens e de estruturas de comercialização e de transformação agro-industriais.

Suíça

St. Gallen discrimina emigrantes

A comunidade portuguesa no Cantão de St. Gallen viu renovada a solidariedade e o apoio do Secretariado da Organização do PCP na Suíça contra as medidas discriminatórias que o Parlamento cantonal tomou, criando escalões, com valores diferentes, para

os abonos de família dos filhos dos emigrantes que se encontram nos países de origem, na base do critério de «quem vive mais barato deve receber menos dinheiro».

Uma situação que se pode tornar ainda mais grave, dizem os comunistas, caso se confirmem os «rumores» sobre a redução dos subsídios de pensões de invalidez e velhice aos emigrantes que regressem aos seus países de origem, inspirada nas decisões e critérios do Parlamento de St. Gallen.

Os comunistas, reunidos no dia 19 de Abril em Neuchâtel, criticaram ainda as acusações falsas e «injuriosas» de «oportunismo político» feitas ao PCP pelo membro do Conselho das Comunidades Europeias, Manuel de Melo. É sabido que o PCP sempre apoiou e defendeu a atribuição pelo Governo de verbas e

apoio logístico ao CCP e às suas estruturas, de forma a garantir-lhe total autonomia face ao poder político e económico. Foi por isso, aliás, que o deputado do PCP, José Calçada, quando da discussão do Orçamento de Estado para 1998, apresentou na Assembleia da República uma proposta no sentido de reforçar em 100 mil contos a verba de 29 mil atribuída pelo Governo. Uma proposta que ficava aquém dos 500 mil então propostos pelo CCP.

Daí que as afirmações de Manuel de Melo não só o coloquem ao lado do Governo contra o CCP como sejam uma manifestação de má-fé e ignorância sobre as normas de funcionamento da Assembleia da República em matéria de discussão e apresentação de propostas de alteração ao OE.

CAMARADA FALECIDO

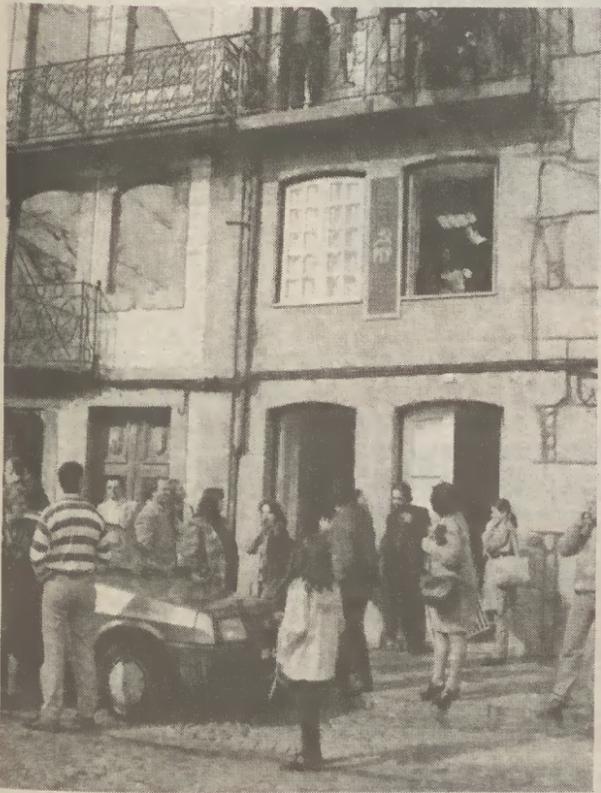
José Luís Correia da Silva

Vítima de doença súbita, faleceu no passado dia 9 de Abril o camarada José Luís Correia da Silva. Militante comunista, destacou-se na luta contra a ditadura fascista e pelos ideais de Abril. Depois do 25 de Abril, foi presidente da Câmara e da Assembleia Municipal de Avis e desempenhou papel importante no processo da Reforma Agrária.

Uma vida de dedicação e luta pela liberdade, pelo progresso e por uma sociedade mais justa a que, em nota à comunicação social, a Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP presta o justo reconhecimento.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Novo Centro de Trabalho em Guimarães Uma casa do PCP aberta ao diálogo profícuo



Uma obra digna e que respeita o centro histórico

A festa de domingo assinala a determinação de prosseguir o trabalho para alargar a implantação do Partido no concelho, animados pelos excelentes resultados das últimas autárquicas.

A funcionalidade do edifício do Largo da Condessa do Juncal e a sua integração na cidade medieval foram os traços mais notados por quem se pronunciou publicamente: Henrique Sousa, do Secretariado do Comité Central, no almoço-convívio que reuniu duas centenas de comunistas e outros democratas do concelho e no qual participaram também representantes do PS e do PSD e do MRC de Vizela; Carlos Carvalhas, no comício realizado no largo onde se situa a nova sede; e Cândido Capela Dias, vereador da CMG e membro da concelhia do PCP, que pôs em marcha, há dois mandatos, o projecto de recuperação do centro histórico da cidade.

Muitas pessoas tiveram no dia 26 de Abril a primeira oportunidade para chegarem a semelhante conclusão, visitando os três pisos (e águas furtadas) do bonito e acolhedor edifício, que foi adquirido e reconstruído com o produto de uma campanha de fundos que brevemente deverá ultrapassar a meta de 30 mil contos e que fica «ao serviço de Guimarães, do PCP, dos democratas, dos trabalhadores, dos artistas». No comício, Capela Dias desejou que este seja «um espaço de diálogo permanente, concreto, real e profícuo entre comunistas e dos comunistas com a comunidade» e «uma casa de portas abertas a todos os que com o PCP queiram trabalhar na defesa dos trabalhadores e dos interes-

ses desta gente tão sacrificada do Vale do Ave, uma casa onde se reflecta e onde se faça política, no respeito de uns pelos outros».

Para Carlos Carvalhas, existe agora em Guimarães «um espaço que permite o convívio, o debate, a intervenção e o trabalho dos comunistas, mas simultaneamente aberto à população, aos traba-

lhadores, aos democratas, um espaço de liberdade e democracia».

A festa de domingo foi ainda ocasião para comemorar o aniversário do PCP e o 25 de Abril, e para homenagear, através de um minuto de silêncio em memória de Virgínia Moura, todos os que lutaram contra o fascismo.



No almoço-convívio em que falou Henrique Sousa estiveram também os camaradas António Lopes e Carlos Luís Figueira, membros da Comissão Política do Partido

Desavenças PS-PSD lembram o roto e o nu

A “estabilidade” do PS

(...) Quando se comparam os aumentos salariais de 3 ou 3,5 por cento com as taxas de lucro do capital financeiro, da banca e dos seguros percebe-se logo o que o Primeiro-Ministro quer dizer, com a estabilidade, com mais justiça social e mais democracia...

Quando se olha para a repartição do Rendimento Nacional e para a situação de milhares de reformados e deficientes, ou quando se olha para os “detentores de Ferraris” e para as manchas de pobreza percebe-se logo o slogan dos socialistas de que governam com consciência social, de que a justiça social é a sua preocupação quotidiana!

É por isso que ontem no seu jantar comemorativo o Secretário-geral do PS fez uma declaração espantosa que surpreendeu tudo e todos, isto tendo em conta os títulos de certa comunicação social! Afirmou que o PS iria concorrer sozinho às próximas eleições! Que não faria coligações ou alianças. Foi uma surpresa geral. Uma grande novidade!

Com a sua política neoliberal, ao serviço dos grandes interesses, com a sua política de concentração de riqueza e retórica e hipocrisia social, digam lá com quem é que o PS se poderia aliar? Só com o PSD e com o PP, como aliás têm feito na Assembleia da República. Mas para as eleições, PSD e PP já têm casamento aprazado! Por isso a novidade era velha e revelha.

O sonho do PS é o poder absoluto, a que chama estabilidade para governar com menos fiscalização, com as mãos mais livres para a política dos negócios privados com dinheiros públicos.

Estabilidade não é a sua manutenção no Governo. Estabilidade é governar com efectiva justiça social, é dar respostas com seriedade ao problema da toxicodependência, ao tráfico da droga e à insegurança, é olhar para o desemprego e para o trabalho precário, é promover o desenvolvimento com a sua dimensão social e ambiental. Isto é que é estabilidade e não o estar sentado à mesa do poder e à mesa do Orçamento.

O rotativismo ao serviço do capital financeiro

Durante esta semana, os socialistas mostraram-se muito chocados e enfadados com as declarações do Presidente do PSD de que o PS favorece os grandes interesses e sistematicamente os mesmos.

Não chegámos a perceber se ficaram chocados pelo facto de as acusações virem do PSD ou se pelo seu conteúdo.

Quanto ao facto de virem do PSD, creio que não será muito de estranhar.

O Presidente do PSD, com alguma linguagem contestatária ao estilo de João Jardim, o que procura é apagar e cobrir a sua aliança de direita com um partido ainda mais à sua direita.

Quanto ao conteúdo das acusações creio que também neste caso se pode dizer que fala “o roto do nu”!

Extractos da intervenção do Secretário-geral do PCP na inauguração do CT de Guimarães

Na verdade, julgará o PSD que os portugueses não têm memória? Será de lembrar ao PSD os seus Orçamentos de Estado e os milhões em benefícios fiscais dados ao capital financeiro; será de lembrar o regabofe das privatizações (o escândalo do Totta/Banesto/Mário Conde, ou o caso da subsídioção a António Champalimaud com 17 milhões de contos para este ficar com o Pinto & Sotto Mayor); ou o caso dos terrenos da Lisnave, ou as célebres OPV's na Bolsa, que na altura foi mesmo considerado por técnicos reputados como a maior transferência de dinheiro feita em Portugal após a 2ª guerra mundial!

Será de lembrar ainda ao PSD as consultadorias, os conselhos fiscais, as direcções e administrações de empresas e as presidências de Assembleias Gerais de conhecidos grupos económicos e de empresas públicas ocupadas por ex-membros dos seus governos?

Se o PSD quiser fazer este exercício de memória e simultaneamente publicar o arrolamento das actuais posições dos ex-membros dos seus governos nos grupos económicos e nas EP's, revelando a crescente fusão e promiscuidade entre o poder económico e o poder político, certamente se verá que o PSD, também nesta competição, não fica atrás do PS e até deverá estar bem colocado para ficar no Guinness.

O PSD pode querer apresentar-se como alternativa, mas têm muita dificuldade. E têm muita dificuldade porque nas questões europeias, na política de pescas, na política agrícola e industrial, na política de concentração da riqueza, na atribuição dos jobs for the boys, isto é na distribuição dos tachos para a rapaziada, o PSD não tem uma política diferente, nem autoridade, nem credibilidade.

Mas não é só em relação ao passado. O PSD não pôs nenhuma reserva à privatização da EDP nem reivindicou até hoje a diminuição das tarifas da electricidade, e sabe muito bem que os portugueses estão a pagar assim um autêntico imposto para encher os cofres dos compradores.

Também não tem posto nenhuma reserva à privatização de serviços públicos essenciais, nem pôs nenhuma reserva à privatização da Portugal Telecom.

E até agora o que os portugueses ganharam com estas privatizações foi o aumento de tarifas. E bem pode o PSD dizer que também esteve contra a “bandeirada” dos telefones, isto é, contra a taxa de activação, pois como se sabe, quando chegou à hora da verdade o PSD absteve-se e deixou chumbar o Projecto de Lei do PCP que acabava com aquela pouca vergonha.

É por isso que o PSD tem muito pouca autoridade para se agastar com as esdrúxulas compradas do IPE (hoje uma testa-de-ferro ao serviço do grande capital) de participações de supermercados no Brasil! Ou com o escândalo do investimento de milhões de contos num operador privado de telefones que é concorrente com a Portugal Telecom!

Assim como tem muito pouca autoridade moral para se agastar com a demissão do seu militante Elias da Costa (o privatizador-mor de Cavaco) da Transgás.

Quem tem que estar agastado são os contribuintes, isto é, os que trabalham por conta de outrem, que são os que pagam impostos, que são os que no fundo pagam a indemnização de 49 mil contos a Elias da Costa, assim como outras chorudas indemnizações por demissões que se verificaram em várias empresas públicas. Depois, se o Governo acusa agora Elias da Costa de ter gasto mais seis milhões de contos do que seria justificado em estudos de engenharia do projecto do gás, por que não foi investigado a que se deve este tão pequenino desvio e porque não foi demitido com justa causa? Se fosse um simples trabalhador, não havia apelo nem agravo. Enfim, o regabofe continua, umas vezes pela mão do PSD e agora pela mão de um Governo... socialista! O PS não se pode desculpabilizar com a prática do PSD. O PS deve explicações ao povo e ao País. Mas,

quando chegar a hora da verdade, ambos se protegem, como se têm protegido mesmo quando os inquéritos parlamentares se têm realizado.

Mas agora é altura de PSD e PS começarem com a gritaria oposicionista, é a altura de acentuarem as disputas sobre o acessório para mostrarem que têm uma grande oposição, é altura de disfarçarem os acordos sobre o essencial. (...)



25 de Abril

Encontro de democratas em Setúbal



Adeus, Virgínia

Então, lá foste. Ninguém o esperava porque, apesar da tua idade e da tua débil saúde há tantos anos, nunca ninguém pensou que tu também havias de morrer. Todos te conhecemos viva, enérgica, andarilha, capaz de enfrentar a polícia e, ao mesmo tempo, feminina, reservando uma tarde de cada semana para passear com a tua mãe pela cidade, popular sem ser popularucha, com os saltos altos que pareciam sempre de cerimónia, pendurada no António que, para ti, foi uma vida inteira senhor e filho. Eu também não esperava por este desfecho. E, só agora, depois de tudo passado, tenho a impressão de te ouvir dizer: “Chega-te para lá. Agora sou eu.” E, após as primeiras horas de espanto, ouvi uma multidão triste, que cantava emocionada *Avante, camarada*. Lá ias como sempre, com as tranças, como se tivesses feito dezassete anos na véspera. Ao longe, a esperar-te, o António, o arquitecto a quem os capitalistas recusavam trabalho. Dá-lhe um grande abraço do seu advogado de tantas batalhas jurídicas no Tribunal Plenário do Porto. Quantos julgamentos? Quantas audiências? Sei lá. Mas sempre me recorde de umas alegações orais em que o descrevi aos juizes, ele de bóina à pintar futurista, na Praia da Mouraria, envolto por turbilhões de areia arrastados pela nortada. Era uma mentira judiciária, daquelas que não fazem mal a ninguém, mas servem para enriquecer o estilo forense. E para distrair as vítimas daquele açougue, onde alguns dos juizes mais pareciam talhantes. A justiça fascista era um matadouro, mesmo não aplicando a pena de morte. Querida amiga. Vocês devem estar no Céu. Aqui em baixo sofreram muito. Pecados vossos, gordos, não os lembro. Faziam tudo por bem, pelo Povo, pelo Partido. Oxalá haja aí muitos cravos vermelhos. E se ouça cantar o *Avante, camarada!*.

■ Lino Lima

A morte recente de Virgínia Moura, o 50º aniversário da morte de Bento de Jesus Caraça, de par do 25º aniversário do Congresso da Oposição Democrática – foram recordados no Encontro de Democratas de Setúbal, em vésperas do 25 de Abril. Uma entre muitas outras iniciativas que assinalam o dia da Revolução um pouco por todo o País.

Cerca de 200 pessoas reuniram-se, na noite de 24 para 25 de Abril, num já tradicional jantar-convívio, promovido por um conjunto de conhecidas figuras do concelho. Uma iniciativa que este ano juntou o maior número de sempre de jovens que, também aqui, pela voz de Nuno Marques, relembrou as reivindicações que dão força à luta actual da juventude.

Após algumas palavras de evocação de Virgínia Moura, por Orlando Curto, Francisco Lobo relembrou o Congresso da Oposição Democrática, reunido em 1973 na cidade de Aveiro, como uma plataforma de unidade democrática determinante no

acentuar da crise do fascismo e como estímulo aos militares de Abril.

Valdemar Santos – referindo o aniversário da morte de Bento de Jesus Caraça, que ocorre a 25 de Junho próximo – salientou, entretanto, que este encontro “é intrinsecamente virado para o futuro, não só pelos valores próprios do 25 de Abril, mas também porque na sequência dos vários Encontros de Democratas já há obra feita”, como é o caso da reorganização da Universidade Popular de Setúbal. Neste momento, o objectivo será “dar corpo, a curto prazo, na nossa cidade, a um Centro de Estudos Bocageanos”.



Encontro de Democratas de Setúbal

O jantar-convívio encerrou com um momento de animação cultural, culminando com o abrir de garrafas de champanhe às zero horas do 25 de Abril.

Iniciativas diversas

Saudações e protestos pontuais marcaram as iniciativas realizadas em diferentes pontos do país, que reuniram muitos

milhares de pessoas em convívios e festas.

Na saudação ao 25 de Abril dos deputados da CDU na Assembleia Municipal de Cuba, afirma-se que, apesar dos direitos consagrados e dos progressos obtidos, “a Revolução do 25 de Abril está em muitos aspectos

ainda por cumprir”. A DOR-POR do PCP sublinha que é “na continuação da luta” que “reside a força para alcançar uma nova política que promova a melhoria das condições de vida dos cidadãos”.

Em comunicado à imprensa, a JCP/Coimbra alerta para que “hoje, como antes do 25 de Abril, há quem tente disfarçar o indistiguível. Há quem tente branquear os crimes cometidos a bem da nação das mais variadas formas, nomeadamente instrumentalizando a Igreja, esperando que esta os absolva de todos os crimes e mentiras. Que perdoe o imperdoável”. Uma questão igualmente abordada pelo PCP em Coimbra, que qualifica como vergonhoso o acto de celebração de uma missa em memória do ditador Salazar.

Aniversário da Revolução comemorado em Bruxelas

Em Bruxelas, o salão da Associação de Portugueses Emigrados na Bélgica (APEB) encheu-se de trabalhadores portugueses que ali comemoraram, com entusiasmo, o 24º aniversário do 25 de Abril.

O programa de comemorações da APEB incluiu exposições do “Grupo Coral Feminino”, do “Grupo Coral Alentejano” e do “Rancho Folclórico Raízes de Portugal” – todos compostos por associados da APEB. A animação do baile esteve a

cargo do conjunto “Os Farrapos”, composto por portugueses residentes em Charleroi. Uma exposição de pintura de Luís Albuquerque, artista plástico português radicado em Bruxelas, integrava também as comemorações de Abril.

As intervenções alusivas à data e ao seu significado foram produzidas por José Leal, da Direcção da APEB, Mário Campolargo, membro do Conselho das Comunidades, e José Casanova, da Comissão Política do PCP.

Ilda Figueiredo agraciada pela Câmara de Gaia

A Câmara Municipal de Gaia decidiu, por unanimidade, agradecer Ilda Figueiredo, vereadora comunista na Câmara Municipal do Porto desde 1993, com a medalha de mérito municipal, pela sua actividade política “empenhada e qualificada” no município gaiense, nos tempos em que ali foi vereadora (de 1983 a 1990).

Ilda Figueiredo foi reconhecida como autarca de grande frontalidade e capacidade de trabalho, de que largamente tem beneficiado a população e a quem o município de Gaia deve a concretização do Parque Biológico.

O galardão de mérito municipal foi atribuído a dezasseis figuras da cidade, no âmbito das comemorações do 25 de Abril, em sessão solene em que Ilda Figueiredo, na impossibilidade de estar presente, se fez representar por Mário David Soares, deputado da CDU na Assembleia Municipal de Gaia.

JCP em Notícias

Greve geral do Ensino Superior

No quadro da Greve Geral do Ensino Superior, convocada para ontem, 4ª feira, pelas Associações Académicas das Universidades Públicas, com o objectivo de pedir a revogação da Lei de Financiamento do Ensino Superior, a JCP avançou com várias iniciativas em diversos pontos do País.

No Algarve, os jovens comunistas promoveram uma MANIF-FESTA no Chessenta Bar, em Faro, como ponto de encontro para um debate informal em torno da actual situação do Ensino Superior.

Em comunicado distribuído na véspera deste protesto, a JCP/Algarve manifestou a sua preocupação pela falta de empenhamento da Associação Académica da Universidade do Algarve na promoção desta greve geral.

Um governo de surdos

O actual governo PS “continua o seu autismo, ignorando as aspirações e direitos dos estudantes e erguendo cada vez mais barreiras no acesso ao Ensino Superior”, denuncia a JCP em

comunicado do Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário.

Em causa está o projecto de decreto-lei sobre o regime de Acesso ao Ensino Superior, que “continua a insistir na obrigatoriedade de existir uma nota mínima de candidatura, que vem impedir que estudantes com Ensino Secundário concluído possam sequer candidatar-se ao Ensino Superior”.

Os jovens comunistas contestam o processo de selecção previsto, a cargo de cada estabelecimento do Ensino Superior e que obrigaria “os que quisessem candidatar-se ao mesmo curso em vários pontos do país” a fazer “uma Volta a Portugal em Exames”.

O comunicado da JCP sublinha ainda que o projecto de decreto-lei não resolve “o principal problema do acesso ao Ensi-

no Superior, o *numerus clausus*. Não se vislumbrando qualquer perspectiva de este ser ultrapassado, os estudantes continuarão a ser convidados, pelo governo, a sair do sistema educativo”.

Encontro distrital da JCP/Santarém

Cerca de 40 jovens participaram em mais um Encontro Distrital de Santarém da JCP, que decorreu no passado dia 18 de Abril, na Chamusca.

No centro dos debates esteve a situação e os problemas que afectam os jovens trabalhadores, em particular o desrespeito

pelos seus direitos, o abuso nos contratos a prazo, os baixos salários, o desemprego, a repressão nas empresas, a limitação da actividade sindical, os despedimentos.

Participaram no encontro Alexandre Araújo, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, e Jorge Cordeiro, responsável pela DORSA do PCP.



A direcção distrital eleita é composta de 15 jovens de 9 concelhos, sendo 4 do ensino secundário, 3 do ensino superior e 8 jovens trabalhadores.

Educação / assim NÃO!

Está neste momento a ser distribuído em vários pontos do país o desdobrável - *Educação / assim NÃO!* - da Organização do Ensino Secundário da JCP, que aborda algumas das questões que neste momento afectam particularmente os estudantes do ensino secundário.

O documento refere problemas como: o acesso ao ensino superior; o “regime disciplinar”, considerado como “totalmente desajustado da realidade das escolas”; a educação sexual; autonomia e gestão escolar; avaliação, exigindo-se a “implementação de um sistema que dê prioridade à avaliação contínua” e as condições materiais, físicas e humanas, como “factor determinante na aprendizagem”.

O documento termina com um apelo aos estudantes - *Toma posição, transforma esta Educação! Luta pelos teus Direitos!*

Encontro em Sacavém



TRABALHADORES

Greve na FACMIL

Mais duas semanas de greve foi a opção tomada pelos trabalhadores da Facmil para exigirem a actualização dos salários congelados desde há seis anos, a reposição e regulamentação dos prémios, o cumprimento das matérias de higiene e segurança e a reposição das refeições compartilhadas. A paralisação, que hoje termina, foi iniciada no passado dia 21, efectuando-se durante duas horas por dia, divididas em períodos de 30 minutos. Entretanto, na quarta-feira da passada semana, os trabalhadores reunidos em plenário decidiram marcar para anteontem uma almoço colectivo junto à porta da empresa em protesto contra a decisão de administração da empresa que obriga ao pagamento da refeição completa, em vez de apenas parte dela com acontecia antes da greve.

Stand roubado

«Roubos» foi como o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal (CESP) qualificou a atitude da APEL ao retirar na passada semana o stand sindical que pretendia alertar os visitantes da Feira do Livro de Lisboa para a situação laboral no sector. O expositor foi montado na entrada do Parque Eduardo VII em protesto pelas «posições de chantagem, bloqueio e falta de diálogo» da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), mas a organização da feira desmontou-o.

Em declarações à Agência Lusa, o sindicalista António Casanova garantiu que o sindicato tinha autorização da Câmara de Lisboa para instalar o stand e explicou que se «tratava de um pavilhão para esclarecer as pessoas sobre a situação de cerca de cinco mil trabalhadores do sector que não têm aumentos salariais há cinco anos». A APEL desde 1995 que tem vindo a inviabilizar a negociação do contrato colectivo de trabalho, existindo ainda hoje salários contratuais dos mais baixos que se praticam no País, refere o comunicado que foi distribuído aos visitantes da Feira do Livro.

Hotelaria

Os hotéis Ritz, Penta e Sheraton podem retomar as greves por altura da Expo'98 se as administrações não responderem positivamente às reivindicações dos trabalhadores. Este é o aviso deixado pelas estruturas representativas que reuniram na passada semana para fazer o balanço das paralisações ocorridas nos dias 8, 9 e 14 de Abril. No essencial, os trabalhadores exigem melhores salários, o fim das discriminações, o subsídio de Páscoa e o respeito pela negociação colectiva. A concretizarem-se, as novas greves contarão com a adesão de outras unidades hoteleiras.



Reforma do Governo ataca a Segurança Social

Proposta global da CGTP aponta soluções e alternativas

Reformular a idade da reforma e o cálculo da pensão mínima e promover o emprego são formas de aumentar as contribuições, defende a central, que acusa o Governo de estar a esvaziar o actual sistema.

Na passada quinta-feira, no final de uma reunião do Conselho Nacional, a CGTP-IN deu a conhecer a sua posição sobre a reforma da Segurança Social. Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva, considerou que a proposta de reforma apresentada pelo Governo «é um ataque claro ao regime actualmente existente». «A lógica do Governo é reduzir a protecção social dos trabalhadores, atacando o regime geral da Segurança Social», disse aquela dirigente à Agência Lusa.

Segundo a CGTP, o Governo propõe medidas que, a serem concretizadas, representariam «um grave retrocesso social», dado que apontam para a redução da solidariedade, o enfraquecimento da Segurança Social como um direito dos cidadãos e dos trabalhadores, e a redução do papel do Estado a favor dos interesses do capital financeiro.

Carvalho da Silva criticou as propostas legislativas que o Governo tem em preparação e que se prepara para apresentar segunda-feira na Concertação

Social. O coordenador da Inter acusou o executivo do PS de «continuar a esvaziar a Segurança Social com propostas de trabalho a tempo parcial e sobre lay-off». Nas declarações aos jornalistas, segundo o «JN» de sexta-feira, Carvalho da Silva adiantou que a proposta global da CGTP aponta para a clarificação das fontes de financiamento do sistema e defende a necessidade de aumentos extraordinários com o objectivo de aproximar a pensão mínima do salário mínimo.

Encontro

A reforma da Segurança Social e uma proposta de Caderno Reivindicativo para

o sector foram temas centrais apontados pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública para o 8º Encontro Nacional de trabalhadores da Segurança Social, que a FNSFP/CGTP convocou para ontem, em Lisboa.

A federação adiantou, numa nota de imprensa divulgada terça-feira, que a proposta reivindicativa inclui, entre outros pontos, a revalorização das carreiras profissionais e a unificação dos horários de trabalho em 35 horas semanais.

Com este encontro, a federação e os sindicatos pretendem iniciar um processo reivindicativo que envolve cerca de vinte mil trabalhadores a nível nacional.

Petrogal suspende *contactos* com Comissão de Trabalhadores

Em cima da hora acordada, a Comissão Executiva da Petrogal S.A. cancelou uma reunião com a Comissão Central de Trabalhadores (CCT), agendada para quarta-feira da semana passada, dia 22, onde seria debatida a questão da insegurança nas refinarias.

Numa declaração entregue no mesmo dia, a administração da empresa acusa a CCT de ter divulgado recentemente comunicados «com afirmações falsas e caluniosas, indiciadoras de um clima de agitação altamente lesivo para os interesses do Grupo Petrogal e dos seus trabalhadores». O documento, não assinado, considera negativo que a CT proponha aos trabalhadores a realização de uma greve geral em Maio, tema que esteve em debate na ronda de plenários que ontem terminou. A suspensão de «quaisquer contactos com a CCT» deve-se

ainda a «uma linguagem e postura» que a Comissão Executiva da Petrogal considera que não é «propícia ao diálogo».

Respondendo a estes ataques, a CCT interpreta o texto como «um claro comprovativo da razão dos trabalhadores, das suas reivindicações e da contestação destes à crescente prática de monstruosas discriminações na empresa».

Para além dos problemas de insegurança nas unidades industriais - que «os diversos incêndios ocorridos nos últimos meses nas duas refinarias (Porto e Sines) mais alarmaram» - o número de rescisões e de disponibilizados em 1997 atingiu mais de 750 trabalhadores. Em consequência, há lugares que urge prover e a empresa é obrigada a recorrer ao aluguer de mão-de-obra para desempenho de trabalho efectivo.

Uma recente reunião com representantes dos trabalhadores que envolveu a CCT e diversos sindicatos aponta ainda «uma prática remuneratória autoritária e selectiva do tipo dividir para reinar».

Entre as várias reivindicações, destacam-se: o aumento dos salários reais de todos os trabalhadores; a efectiva distribuição de lucros a todos; o fim da redução de pessoal, do uso abusivo das polivalências/multivalências e a recolocação dos trabalhadores disponibilizados; reflexão sobre os incêndios ocorridos e o reforço da manutenção própria e do equipamento de segurança e combate a incêndios; a redução do tempo de trabalho sem perda de direitos ou regalias.

Depois da série de debates previstos até ontem, dia 29, nos mais diversos locais de trabalho, os trabalhadores da Petro-

gal poderão cumprir uma greve geral na primeira quinzena de Maio, sendo que até lá se prevê um conjunto de acções de protesto.

UNICER viola lei sindical

O Sindicato das Indústrias de Bebidas acusou a UNICER de «mais uma vez violar a lei» ao impedir a realização de eleições para os corpos gerentes do sindicato, nas instalações de Santarém, apesar de ter sido oportunamente informada.

Este acto surge como o culminar de uma «escalada de perseguição e violação da liberdade sindical» que o sindicato irá denunciar por todos os meios. Recorde-se que a Constituição da República garante expressamente o exercício da actividade sindical na empresa.

Guardas florestais

Os 700 guardas florestais portugueses viram aprovado desde terça-feira um novo regime de trabalho que consagra a revalorização das respectivas carreiras, dando assim resposta a uma reivindicação antiga deste grupo profissional. A medida permite um acréscimo salarial entre os 15 e 20 contos, aproximando-os mais dos salários praticados nas outras forças policiais.

Com a publicação do decreto-lei que define o seu novo regime de trabalho, retroactivo a Janeiro, os guardas florestais vêem a sua carreira prolongada, com mais perspectivas de progressão, e a idade de reforma diminuída para os 60 anos, quando antes era de 70 anos.

O processo de revisão do regime de trabalho dos guardas florestais arrastava-se desde 1996 e só foi desbloqueado depois deles terem feito, em Agosto de 1997, uma greve de dois dias e uma concentração.

Continua pendente a actualização do subsídio de risco dos guardas florestais, dado que ainda não foi definido com o Ministério da Agricultura qual o grau de risco inerente às suas funções.

A Federação da Função Pública defende que as funções dos guardas florestais são de alto risco e como tal devem ser contempladas com um subsídio de risco correspondente a 20 por cento do salário da categoria-base da carreira.

Criada Ordem

Após sucessivos anos de luta, foi criada por decreto-lei a Ordem dos Enfermeiros. O diploma veio juntar-se ao regulamento do exercício profissional dos Enfermeiros, publicado em Setembro de 1996 e, segundo o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, vem preencher uma importante lacuna que tem vindo a entrar o desejável desenvolvimento e controlo do exercício profissional dos enfermeiros.

Feriado desrespeitado

A Câmara de Braga voltou desrespeitar os direitos contratuais e constitucionais dos trabalhadores impondo a abertura do mercado municipal no passado dia 25 de Abril. Para a União dos Sindicatos de Braga, trata-se de uma «atitude vergonhosa e uma afronta à liberdade e democracia conquistadas» na Revolução dos Cravos.

A USB afirma que a Câmara está a promover a concorrência desleal e recorda que já na sexta-feira Santa e na segunda-feira de Páscoa tinha autorizado o funcionamento normal do Carrefour e da Makro, colocando em desvantagem o pequeno comércio e outras grandes e médias superfícies. Em resultado, outros estabelecimentos, caso do Feira Nova, estão já a exigir a abertura aos feriados.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Entendendimento falhado "Reforma" eleitoral não passou

Sofreram um sério revés os propósitos de reforma da lei eleitoral perseguidos pelo PSD e PS. Em debate no Parlamento, os diplomas por si apresentados visando aquele objectivo foram rejeitados em votação na generalidade após discussão em plenário.

Chumbado foi também um projecto de lei do PCP sobre a mesma matéria. A separá-lo de qualquer dos outros está, porém, uma diferença de tomo: preconiza o reforço e não a diminuição da proporcionalidade do sistema eleitoral.

Qualquer das iniciativas legislativas contou apenas com os votos favoráveis dos seus subscritores e o voto contra de todas as restantes.

Depois da disponibilidade que evidenciaram para modificar a lei eleitoral para a Assembleia da República, PS e PSD mantiveram no decorrer do debate uma postura de irredutibilidade na defesa das suas posições que acabaria por fazer abortar qualquer alteração. Durante cerca de cinco horas, o PSD fez depender o seu sentido de voto quanto à proposta de lei do Governo da

abertura do PS para a redução do número de deputados. Um repto que não obteve acolhimento da bancada socialista, que recusou qualquer hipótese de redução do número de parlamentares.

As coisas não parecem assim ter corrido de feição para ambos os intervenientes. Contrariamente às suas proclamações de aperfeiçoamento do sistema, tudo o indica, falou mais alto a aritmética partidária, vindo ao de cima as contradições de interesses.

Este foi, aliás, um debate destituído de sentido e realizado fora de tempo. Esta foi claramente a opinião do deputado comunista Luís Sá. Fundamentando o seu ponto de vista, assinalou, por um lado, o facto de o PSD - de quem partiu a iniciativa do agendamento - não ter feito uma proposta de círculos, remetendo-a para ulterior anexo,

e, por outro, a circunstância de o próprio Governo ter proposto duas hipóteses alternativas de círculos eleitorais parciais, consoante haja ou não regiões.

Para a falta de sentido do debate - foi ainda Luís Sá a lembrá-lo -, concorreu, por sua vez, o facto de ele se realizar num momento em que ainda não está concluída a rectificação extraordinária do recenseamento.

"Que sentido tem, pois, debater círculos se estes são estabelecidos com base no número de eleitores e não se conhece ainda esse número? Que sentido tem debater propostas e projectos de lei que têm como núcleo central os círculos eleitorais se estes são remetidos para anexos que não existem ou para decisões alheias, quando só a Assembleia da República os pode estabelecer?", inquiriu Luís Sá.

Não obstante o desfecho da votação agora obtida, que praticamente impossibilita que a reforma eleitoral se concretize até 1999, não estão arredados os perigos de uma eventual negociação entre o PSD e o PS sobre

esta matéria. Um tal cenário continua em aberto - a verdade é que o PS e o Governo não deram garantias formais de que não aceitam uma redução do número de deputados - e se tal diminuição de deputados se viesse a concretizar isso representaria "uma nova e mais profunda redução do índice de proporcionalidade".

A demonstração fê-la Luís Sá ao recordar a título de exemplo com o efeito da redução anterior do número de deputados: "o PSD perdeu 6 por cento dos deputados; o PS perdeu 6,7 por cento; a CDU perdeu 16,1 por cento; e o CDS perdeu 25 por cento dos deputados".

Para o parlamentar comunista, não existe, de resto, qualquer justificação válida para uma nova redução do número de deputados, entendendo que uma tal pretensão só é explicável à luz de um "populismo antiparlamentar, com uma razão não democrática".

Por isso, advertiu, numa alusão directa ao PS, "seria intolerável que um partido democrático e que se reivindica de esquerda viesse a ceder numa tal questão". Tanto mais que, lembrou, as comparações internacionais mostram que a relação do número de habitantes por deputado em Portugal não é baixa, para além de que poderia afectar a representação política de sectores e camadas sociais das diversas regiões do País e, por último, não deixaria de afectar o pluralismo do trabalho parlamentar, designadamente nas comissões parlamentares e grupos de trabalho onde os partidos com menor número de deputados passariam a ter mais dificuldades de se fazer representar.

Quanto às propostas de criação de círculos uninominais ditos de candidatura - outra das questões que esteve no centro do debate - a opinião da bancada comunista é que, tal como constam na versão proposta pelo PS e PSD, poderão não afectar formalmente a conversão de votos em mandatos, mas afectam seguramente "os comportamentos eleitorais e alteram artificialmente o número de votos de cada partido que haverá para converter".

Espionagem planetária? Silêncio do Governo não é inocente

O comprometido silêncio do Governo relativamente à actividade de um sistema de vigilância universal com base numa organização que agrupa vários países de língua inglesa e onde pontifica um serviço secreto de informações norte-americano (o NSA, National Security Agency) está a gerar sérias preocupações em vários sectores e motivou já um pedido de audição parlamentar sobre esta matéria por parte do Grupo Parlamentar do PCP.

Em causa está concretamente a actividade de espionagem desenvolvida a partir do referido sistema, estruturada a partir de uma rede de satélites, à qual é atribuída a capacidade de, por exemplo, filtrar dois milhões de chamadas por minuto, a partir de cinco bases espalhadas pelo mundo.

O sistema, segundo o requerimento subscrito pelos deputados comunistas Octávio Teixeira e João Amaral, que citam um relatório elaborado no Parlamento Europeu pelo deputado trabalhista inglês Glynn Ford a propósito de tecnologias de controlo político, permite recolher informações de toda a ordem, incluindo espionagem económica, sabendo-se que foi já utilizado em acções que tiveram como alvo o Greenpeace e a Amnistia Internacional. Também a ex-primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, fez uso do mesmo para vigiar os seus ministros.

Denominado ECHELON, como recentemente trouxe a público o semanário "Independente", o sistema tem por base a chamada UKUSA, organização que agrupa os EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, fundada há cinquenta anos, com o objectivo de controlar e espionar as comunicações telefónicas, no quadro da guerra-fria.

De acordo com as descrições que sobre ele têm sido feitas, como observa o requerimento, o sistema permite que as autoridades dos Estados Unidos estejam em condições de vigiar as comunicações em todo o mundo, incluindo as que se verificam na Europa, em total desrespeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos e à revelia de qualquer controlo.

É neste contexto, pois, que o Grupo comunista estranha o pesado silêncio do Governo sobre esta questão, que em sua opinião "não é inocente", e que não pode deixar de significar que, para os governos, "incluindo para os dois países «observados», a matéria está sob reserva, para não vir ao conhecimento da opinião pública e não causar alarme".

Para o Grupo Parlamentar do PCP, que considera toda esta situação "inaceitável", a realização da audição parlamentar deverá ainda servir para que os ministros da Administração Interna e da Justiça prestem esclarecimentos sobre um processo intimamente relacionado com o ECHELON. Trata-se de um Memorando assinado em 1995 pelos governos dos países da União Europeia, cujo conteúdo se mantém secreto, no qual os países europeus decidem desenvolver o seu sistema de vigilância de comunicações, obrigando-se cada país a fazer as diligências necessárias à sua incrementação, tudo em estreita cooperação com os Estados Unidos.

Como observa o documento subscrito pelos deputados comunistas, "o memorando insere-se num processo que decorre na parte mais fechada e antidemocrática da União Europeia, o chamado Pilar da Segurança e Justiça", tendo a sua elaboração sido rodeada de enorme secretismo e sem qualquer controlo.

Em defesa das Pescas

A manutenção do acesso exclusivo das frotas nacionais às respectivas águas do mar territorial na distância de 12 milhas marítimas deve inscrever-se na futura política comum de pescas e constitui uma das medidas fundamentais para a salvaguarda dos interesses nacionais em matéria de gestão dos recursos pesqueiros. Esta, uma das ideias-chave presente no colóquio realizado na passada segunda-feira na Assembleia da República por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.



O PCP tem uma política e propostas claras em matéria de pescas, foi lembrado no colóquio

mas destas questões, pondo em relevo a realidade emergente após a nossa adesão à União Europeia, marcada, no essencial - devido a várias regras e imposições -, pelas restrições de capturas, pelo abate de frotas e pela perda de oportunidades de pesca em águas exteriores.

Daí o sublinhado feito em muitas intervenções quanto à necessidade de manter a ideia do acesso exclusivo das frotas nacionais às respectivas águas nas 12 milhas marítimas, contrariando a tese dos que querem no quadro da próxima revisão da Política Comum de Pescas abrir a possibilidade de a partir de 31 de Dezembro de 2002 serem «comunitarizadas» as águas territoriais dos países costeiros como Portugal.

Outra linha essencial presente em várias das intervenções proferidas no colóquio, relevada pelo deputado Lino de Carvalho na sua intervenção

final, prende-se com o sistema de gestão da pesca, relativamente ao qual foi manifestada a oposição a qualquer mudança no sistema de co-gestão que actualmente preside ao princípio da Política Comum de Pescas, substituindo-o por um modelo mais liberal como é o caso do sistema de quotas individuais transferíveis. Uma tal alteração - alertou Lino de Carvalho - conduziria inevitavelmente à concentração monopolista das frotas e à privatização dos mares.

A reter do colóquio foi ainda a ideia de que importa desenvolver um diálogo entre todos os que intervêm no sector das pescas (pescadores, armadores e área da investigação) no sentido de todos contribuírem com a sua reflexão para a definição de medidas que defendam as nossas pescas. Importa, do mesmo modo, que os resultados dos trabalhos de investigação sejam discutidos com pescadores e armadores e sejam cruzadas experiências entre quem investiga e quem trabalha no mar.

Juntando pela primeira vez representantes qualificados de todas as áreas que operam no sector, desde a produção à transformação, passando pela investigação, o debate contou ainda com a participação dos professores Mário Ruivo, Emygdio Cadima e Vasco Valdez.

Para além da diversidade das presenças, o interesse e importância do debate residiu sobretudo na qualidade das intervenções produzidas, incidindo num vasto conjunto de matérias relacionadas com a gestão dos recursos pesqueiros e com a situação das pescas.

A reflexão produzida e o apuramento de opiniões foram tanto mais importantes quanto é certo que ocorrem num momento em que avultam as preocupações relativamente ao acesso aos recursos pesqueiros, bem como quanto às repercussões das questões ambientais e quanto ao futuro da actividade.

Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política, que interveio no início do debate, aludiu a algu-

Incentivos às empresas PCP exige explicações

O Grupo Parlamentar do PCP exigiu a presença do ministro da Economia, Pina Moura, no Parlamento, para explicar o sentido de informações dando conta do congelamento do Sistema de Incentivos Regionais (SIR).

"Informações vindas a público apontam no sentido do congelamento e restrições consideráveis do SIR e do Regime de Incentivos às Microempresas (RIME)", refere o requerimento apresentado na semana transacta pelos deputados comunistas.

Estas restrições, segundo a bancada comunista, têm "graves consequências para o investimento nas

regiões mais carenciadas do país e no apoio às pequenas e médias empresas", justificando, por conseguinte, do seu ponto de vista, a presença do ministro no Parlamento para a elucidação cabal da questão.

Recorde-se que "O Independente", na sua última edição, avança com a informação de que o Governo "congelou o sistema de incentivos regionais (SIR) e introduziu pesados cortes aos benefícios" do RIME, dando um "forte golpe" nos principais instrumentos de estímulo ao investimento e emprego nas regiões mais atrasadas.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

25 de Abril na Assembleia da República

"O dia da conquista de todas as liberdades"

O 24º aniversário do 25 de Abril foi evocado na Assembleia da República em sessão solene presidida por Jorge Sampaio e à qual assistiram numerosas individualidades e destacadas figuras do Estado. Nas galerias, entre o público presente, ex-capitães de Abril e dirigentes da Associação 25 de Abril como Vasco Lourenço e Vítor Alves.

"O 25 de Abril foi um sinal de esperança. O seu futuro será a realização da nova geração, a geração da liberdade", salientou o Presidente da República na intervenção com que encerrou o acto oficial das comemorações no Parlamento.

No seu discurso, Jorge Sampaio prestou particular atenção à questão dos referendos, considerando que a sua realização "impõe a todos uma responsabilidade acrescida".

"A participação directa dos cidadãos tem de ser um factor complementar que reforce a legitimidade das escolhas e a coesão nacional", sustentou, não sem antes ter afirmado que "a democracia representativa garante o quadro essencial da estabilidade política e institucional".

O chefe de Estado recordou que o referendo sobre a despenalização do aborto constituiu a primeira iniciativa do género em termos de participação directa dos cidadãos nas decisões a tomar, argumentando, todavia, que não é por o referendo ser utilizado pela primeira vez em Portugal que se deve dramatizar a situação. Manifestou-se simultaneamente convicto de que o referendo será uma "demonstração da maturidade da sociedade portuguesa".

O combate à droga foi outro dos temas abordado pelo Presidente da República, tendo a este propósito deixado um apelo no sentido do estabelecimento de "um compromisso amplo entre o Estado e a sociedade através das suas instituições", bem como de um "contrato de gerações que comprometa aqueles que agora têm a responsabilidade com a qualidade de vida com os que virão a seguir".

"Esta é uma oportunidade que não podemos desperdiçar", sublinhou, defendendo para o problema da droga uma "concertação de recursos e de parceiros" e uma "atenção e um estudo permanentes e multidisciplinares".

Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República, por sua vez, trouxe para primeiro plano as declarações do ex-Pide Rosa Casaco, em recente entrevista, considerando ter sido prestado "um relevante serviço à história, à liberdade e à democracia" ao ter reconhecido que uma brigada da PIDE por si chefiada

assassinou o General Humberto Delgado.

O Presidente do Parlamento recordou que a Pide "havia tentado desculpabilizar-se e ao ditador que com ela directamente despachava", lançando suspeitas sobre a própria Oposição que "ficaram para sempre no ar".

"Os que do tempo do ódio não podem ter memória, ou os que desse crime horrendo não tinham mais do que vaga notícia, ao lerem na imprensa a inesperada confissão terão seguramente dito: afinal era verdade. A PIDE existiu mesmo. E matava. Os velhotes, afinal, tinham razão. Safal!", acentuou.

Saudação no feminino

Odete Santos, que interveio em nome da bancada comunista, estruturou no essencial o seu discurso em dois momentos (ver nesta página), qualquer deles para falar da Mulher. Num primeiro - "uma saudação no feminino", como lhe chamou -, dedicou-o de modo especial para

assinalar a heróica gesta dos Capitães de Abril, responsáveis pelo "dia da conquista de todas as liberdades", bem como para recordar as "mulheres que sempre se empenharam na luta que desaguaria em Abril".

De Abril e das barreiras que derrubou, das sementes por si lançadas, do património de conquistas conseguidas, falou também Odete Santos. Mas foi sobretudo aos "efeitos das políticas neoliberais" que a deputada comunista dedicou a segunda parte da sua intervenção. Para assinalar como aí estão, presentes no quotidiano, as discriminações e os despedimentos, o desemprego e a precarização, as múltiplas formas de violência, incluindo as que atentam contra a liberdade individual da mulher decidir em consciência sobre a interrupção voluntária da gravidez em determinadas condições.

O deputado Luis Queiró (PP) direccionou sobretudo o seu discurso para a Europa, considerando que este "é o grande desafio"

que se coloca a Portugal, enquanto Mota Amaral (PSD) pôs o acento tónico nas críticas ao sistema judicial português.

Alberto Costa (PS), por seu turno, dedicou especial atenção à renovação das forças armadas, aos referendos e à regionalização, sublinhando, a propósito deste último tema, que as regiões permitem "escolher decisões mais informadas e mais próximas dos destinatários e assim corrigir assimetrias e desigualdades".

Por si realçada foi também a importância do 25 de Abril de 1974 - "neste século o dia que mais mudou a vida aos portugueses" -, tendo criticado duramente "os que governaram até há 24 anos". Implicitamente visado com esta referência, como não podia deixar de ser, foi Veiga Simão, ali presente na bancada do Governo, que foi ministro no regime fascista e faz hoje parte do elenco de António Guterres com a responsabilidade da pasta da Defesa.

Odete Santos na sessão solene

"Abril chega todos os anos e é um Abril jovem"

Chegara um tempo em que a vida era uma ordem, como diria Carlos Drummond de Andrade.

Um tempo de partir em Liberdade. Um tempo para cumprir a história. A inevitável história do Futuro.

Abril estava na rua, já sem peias. Na madrugada que conheceu surpresas, esperanças e certezas, o posto de comando do Movimento das Forças Armadas devolveu ao povo a alegria usurpada, liberdades espezinhas. Inventando o amor com carácter de urgência, na profecia de Daniel Filipe.

"O Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e da restituição ao Povo Português das liberdades cívicas de que tem sido privado."

E conhecemos então os Capitães de Abril, os homens que daqui saudamos com veemente comoção.

Que jamais serão esquecidos. Que não deixaremos esquecer. Que fazem parte da memória colectiva de todos os que lutaram contra o fascismo. De todos os que guardam a memória vivida ou aprendida de quase meio século de tristeza.

Mas uma saudação especial, uma muita particular e terna homenagem, embargada mesmo com lágrimas furtivas, pode ser ouvida nas ruas e praças onde o Povo festeja os 24 anos de Abril.

Uma saudação no feminino. Das mulheres que souberam que não voltariam ao cais a acenar amargas despedidas aos homens forçados a partir para a guerra colonial. Das mulheres que souberam que mais nenhuma se teria de deslocar, em segredo, com a dor amordaçada, ao local onde receberiam um caixão ou um companheiro estropeado.

Das mulheres de Abril que conheceram especiais humilhações nas masmorras da Pide.

Das mulheres que sempre se empenharam na luta que desaguaria em Abril.

Das mulheres que reforçaram a luta no estertor do fascismo. Que fizeram greves desafiando a repressão.

Uma saudação no feminino, porque se houve o reencontro do povo com a liberdade, a verdade é que o 25 de Abril e os seus capitães criaram as condições para um verdadeiro encontro das Mulheres com a Liberdade.

Por isso, e como diz Maria Velho da Costa, elas encheram a rua de cravos. Elas trouxeram alento e sopa aos quartéis e à rua. Elas estenderam a roupa a cantar "com as armas que temos na mão".

Elas souberam que era possível viver aqui sem a necessidade de demandar Paris. Sem que a Pátria fosse um lugar de exílio.

E elas logo souberam que era a Abril que deviam o direito à dignidade. O reconhecimento da valia do trabalho. Porque foi de Abril que nasceu a afirmação de que a trabalho igual, salário igual. E o salá-

rio mínimo nacional que de uma maneira especial reparou a exploração no trabalho do sexo feminino.

E foi ainda em Abril que caíram as barreiras que aos homens reservavam o acesso a determinadas profissões.

E Abril também abriu o direito à felicidade na família. Postergando o labéu de ilegitimidade de relações familiares nascidas do afecto. Eliminadas hierarquias humilhantes que condicionavam o amor.

Abril foi, e é, a semente da esperança que desabrocha no cravo vermelho com que as mulheres enchem as ruas.

E nada pode remover a esperança.

Mas elas, as mulheres portuguesas, sentem hoje os efeitos das políticas neoliberais. E por isso lutam pelo acesso ao emprego contra práticas discriminatórias, mantidas em empresas e em tristemente célebre instituição bancária, a coberto da inércia do Estado demitido da sua função fiscalizadora. Lutam contra a usurpação do seu direito à maternidade. Lutam para que "ser mãe" deixe de ser uma frase proibida.

Contra os despedimentos que de uma forma especial as afectam.

Contra o desemprego que as espera à porta da Universidade, aberta por Abril, onde provam a sua competência e aptidão.

Contra a flexibilização do horário semanal de trabalho, pela estabilidade do horário de trabalho nas 40 horas semanais. Contra a usurpação dos tempos de lazer. Porque elas sabem, de uma forma especial, a importância da disponibilidade de espaços de ternura.

Contra a precarização, contra as ameaças de empobrecimento do trabalho, lutam elas, as mulheres do nosso país, cuja taxa de actividade faz inveja à dos outros países do sul da Europa. E que justamente as torna em protagonistas na batalha pelo desenvolvimento.

E porque simultaneamente, toda a sua vida se empenha também nas tarefas indispensáveis à estabilidade familiar, substituindo as mais das vezes o Estado nas obrigações de que este se demite, lutam contra o aumento da idade de reforma.

Elas sabem que a injusta repartição de riquezas, contra a qual se fez Abril, as transforma, hoje, aos olhos de alguns, de aliadas na construção da democracia política, económica, e cultural, em concorrentes na efectivação de direitos. Elas sofrem os efeitos brutais da desumanização resultante das políticas neoliberais. Elas são vítimas de violência.

Mas sabem que nada disto tem a ver com Abril.

E sabem que a Democracia, inseparável do seu direito à igualdade, impõe o reconhecimento da sua liberdade individual. O direito à sua autodeterminação. O direito a não sofrer do

Estado a suprema violência da ameaça com penas de prisão obsoletas. O direito a não ser objecto de uma política criminal assente na discriminação do sexo feminino.

O 25 de Abril - o dia da liberdade - comemora-se em vésperas de um referendo sobre a liberdade de consciência da mulher. O referendo sobre o aborto.

O PCP sempre manifestou objecção à discussão de questões do foro íntimo da mulher na praça pública.

Pelo profundo respeito que tais problemas nos merecem.

Neste 25 de Abril de 1998, num dia de especial significado para as Liberdades das mulheres portuguesas, queremos no entanto reafirmar que indo realizar-se o referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, o PCP estará na linha de combate pelo sim à despenalização.

Porque nós desde sempre lutámos pelo direito à dignidade das mulheres.

Contra todas as campanhas de culpabilização das mulheres, empenhar-nos-emos pelo reconhecimento dos direitos humanos plenos do sexo feminino. Pela destruição da mais bárbara barreira à liberdade individual da mulher.

Como Partido que tem no seu património o trabalho e luta de muitas mulheres, e que na vida do Povo e de milhares de mulheres anónimas formou e continua a formar esse património.

São esses milhares de mulheres anónimas que hoje saúdam a liberdade, que sabem que muito de Abril não está cumprido.

Elas registaram do Programa do MFA a garantia de uma nova política social, tendo em todos os domínios, como objectivo, a defesa dos interesses das classes trabalhadoras.

E isto diz-lhes respeito. E não está cumprido.

Como lhe diz respeito e se encontra no cerne de Abril a efectiva garantia do direito à liberdade.

E porque comemoram este 25 de Abril arrostando a exigência referendária para revogação de uma lei injusta contra a sua liberdade individual, as mulheres assinalam hoje, de uma forma especial, o dia da conquista de todas as liberdades.

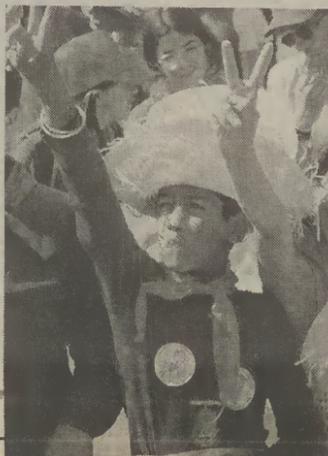
Abril chega todos os anos.

Com a criança pondo um cravo na metralhadora.

Com a criança que se espantou, porque condenada a entrar no caminho ignóbil da exploração dos trabalhadores, se tornou protagonista como futuro de Abril.

Abril chega todos os anos e é um Abril jovem

Como jovens eram todos os que, nesse dia 25 de 1974, trouxemos "alento aos quartéis e à rua", inundando as ruas de cravos.



Assalto aos supermercados no Brasil

Devido à prolongada seca que afecta o nordeste brasileiro, centenas de pessoas estão a assaltar os supermercados de forma a arranjar alimentos para sobreviver. O governo já se dispôs a distribuir alimentos para cerca de um milhão de famílias, ou seja, quase cinco milhões de pessoas, para fazer face à gravidade da situação. Os assaltos são apoiados pelos Sem-Terra até que as autoridades adoptem medidas «concretas, urgentes e suficientes». «De fome não vamos morrer, porque iremos buscar comida onde quer que ela esteja», afirmou Gilberto Portes, um dirigente da organização. Estas acções são também apoiadas por vários elementos da Igreja, nomeadamente pelo arcebispo Marcelo Pinto Carvalheira, que sustentou que «as pessoas que roubam porque têm fome ou estão desesperadas são inocentes». «É melhor deixar de ter fome do que poupar um supermercado», acrescentou.

207 milhões de pobres da América Latina

207 milhões de habitantes da América Latina vivem em situação de pobreza, o que perfaz 46 por cento da população daquela zona. Estes números foram adelantados pelo vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, durante um seminário sobre o tema realizado na sexta-feira. «Outros 100 milhões estão nos limites da indigência, pois os seus rendimentos diários são inferiores a um dólar», acrescentou Pio Covas. «São números alarmantes e deixam a descoberto a dramática situação de miséria em que está mergulhada a América Latina e para a qual, até agora, se vislumbram poucas saídas», considerou. Por outro lado, e de acordo com um estudo da Conferência Nacional de Bispos do Brasil, neste país existem 100 milhões de pessoas que estão no limite da sobrevivência e 50 milhões de consumidores. «Os gostos destes 100 milhões são manipulados pelo baixo nível dos programas de TV e

Eleições na Saxónia-Anhalt Alemanha em estado de choque

O resultado das eleições para o parlamento da Saxónia-Anhalt, alguns dias após o Bundestag ter aprovado a adesão da Alemanha à moeda única, deixou o país em estado de choque. O título «Wahl-Schock» (choque eleitoral) domina as primeiras páginas de numerosos diários alemães de grande tiragem. Segundo a expressão da generalidade dos comentadores políticos e jornalistas como Klaus Bressler, da ZDF, trata-se de um autêntico «desastre eleitoral» para a democracia-cristã e para o chanceler Helmut Kohl.

Os resultados confirmam a impopularidade daquele partido confessional que perde um terço do seu eleitorado (cerca de 12 pontos) e obtém assim a maior derrota da história da Alemanha Federal numas eleições estaduais baixando para

22%. Os Liberais, parceiros de coligação do actual governo, não conseguem entrar no parlamento por terem obtido apenas 4% assim como os Verdes que atigem só 3,5%. O SPD, co-responsável pela política europeia de Helmut Kohl nos

seus aspectos essenciais, não obtém a subida de 10 pontos para 44% que lhe era atribuída pelas sondagens e esperada pela direcção do partido mas passa apenas de 34 para 35,7% (+1,7%) beneficiando do chamado «efeito Schröder» e de um certo eurocepticismo daquele candidato à chancelaria de Bona. O PDS, Partido do Socialismo Democrático, mantém a sua percentagem de 19,5%, aumenta o número de votos em mais 68 000 e obtém mais quatro mandatos subindo o número de deputados para 25, resultado que é considerado positivo pelo seu presidente, Lothar Bisky.



A subida dos neonazis é fruto da política de Kohl

O partido neonazi DVU (União do Povo Alemão) do multimilionário de Munique, Gerhard Frey, que se candidatou pela primeira vez, atinge 13%, sendo assim o grande beneficiário do esboroamento da democracia-cristã. Não é ainda possível neste momento prever-se se estará perante uma hecatombe da democracia-cristã à semelhança do que aconteceu na Itália, o certo é que a política de desemprego, de liquidação da capacidade financeira das autarquias e de cortes no sistema social imposta pelos critérios de Maastricht está, à semelhança do que aconteceu em França, a dar um impulso espectacular aos neonazis cujo sucesso ultrapassa em muito todas as apreensões dos sectores democráticos.

A subida espectacular dos neonazis é considerada dramática pela generalidade dos comentadores e representantes dos partidos políticos e este viria a ser o tema principal do magazine político de Sabine Christiansen no primeiro canal de TV ARD onde o francês Daniel Goeudevert, ex-manager da Volkswagen, explicaria que «também há cerca de dez anos o Front National obtivera uma vitória eleitoral numas eleições autárquicas e que ninguém na altura dera importância a esse acontecimento e hoje aquele partido neofascista está em condições de influenciar a

eleição de 50% dos presidentes dos concelhos regionais em França». O ex-manager da Volkswagen atribuiu ao patronato a «responsabilidade política» pelo sucesso dos neonazis na medida em que «as empresas só se preocupam com os interesses dos accionistas e não com os cidadãos». No mesmo programa, o dirigente do PDS, Gregor Gysi, relembrou a utilização dos estrangeiros como bode expiatório por parte de sectores democratas-cristãos os quais contribuem assim para o sucesso dos neonazis e acrescentou que a melhor maneira de combater o neonazismo é explicar ao povo que «mesmo que os estrangeiros se fossem todos embora da Alemanha, os ricos continuariam a ficar mais ricos, os pobres cada vez mais pobres e os deputados continuariam a aumentar os seus próprios ordenados de uma forma escandalosa».

No programa da ARD «Brennpunkt» enquanto se dava conhecimento de um comunicado do Front National regozijando-se pelo sucesso dos neonazis na Alemanha e mais uma vez se advertia para a possibilidade do país se ver confrontado com a existência de um partido neofascista influente como em França, o Chanceler procurava minimizar o repúdio e a indignação dos meios democráticos e esconder o perigo, proferindo após uma reunião do seu partido algumas frases feitas como «nem todos aqueles que votaram DVU são neonazis» ou que «a extrema-direita não representa nenhum perigo para a República».

Também os sociais-democratas parecem não se aperceber da gravidade da situação e ao mesmo tempo que preferem só sublinhar que os resultados confirmam o fim da «era Kohl» dão a entender através do seu secretário-geral, Munterfering, que a única coligação possível na Saxónia-Anhalt será com a CDU e não com o PDS. Outras vozes como a do chefe do governo de Kiel, Heide Simonis, salientam porém que será uma vergonha internacional para a Alemanha se os neonazis vierem a entrar para o Bundestag nas eleições de Setembro próximo.

■ Rui Paz

Bundesrat e Bundestag dizem «Sim» ao euro

A Câmara das Regiões Federadas da Alemanha (Bundesrat), dominada pelo SPD, pronunciou-se sexta-feira por clara maioria a favor da participação do país na moeda única, a exemplo do que sucedera na véspera no Parlamento Federal (Bundestag), onde todos os partidos votaram a favor, com excepção do PDS, o Partido da Democracia Socialista.

Na votação do Bundestag, o chanceler Helmut Kohl voltou a assumir-se como o grande defensor do euro, não perdendo a oportunidade de tentar dissipar as crescentes dúvidas dos seus concidadãos quanto à união monetária: «Estou certo de que a história gloriosa do marco vai ser continuada pela do euro», disse, sublinhando a escolha simbólica de Francforte como sede do Banco central europeu.

Menos entusiasta, o social-democrata Gerhard Schröder, apesar de votar a favor da resolução, lembrou que «o euro tem um problema de legitimidade (...) e que será fatal não o perceber (...) a angústia das pessoas, daqueles que sentem que as suas preocupações não são levadas a sério».

Gregor Gysi, presidente do PDS, foi o único - com a sua colega Barbara Höll - a manifestar-se contra o euro. Pronunciando-se contra uma integração europeia assente na moeda, denunciou uma construção feita para benefício do capital, em detrimento dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos. Sublinhou ainda os perigos das divisões

acrescidas da Europa, mostrando que se a indústria de exportações alemã ganha com isso, se corre o risco de os grandes perdedores serem alguns países do Sul.

Também no Bundesrat a discussão não foi pacífica.

Na resolução aprovada, o Bundesrat constata que a transição para a terceira fase da União Económica e Monetária «é admissível, do ponto de vista da estabilidade político-financeira», mas os representantes dos «länder» exigiram que a política de estabilidade se mantenha para além da data de arranque do euro.

Estabilidade financeira e política de emprego foram, de resto, os temas centrais do debate que antecedeu a votação.

Para o secretário-geral do SPD, Oskar Lafontaine, o euro não deve visar apenas a estabilidade financeira, e exigiu uma política de emprego a nível europeu; já o ministro das Finanças, Theo Waigel, considera que a renúncia à estabilidade monetária não criará postos de trabalho.

Tal como já se previa, a Saxónia foi a única das 16 regiões alemãs que não votou a favor do arranque do euro, com onze países, no dia 1 de Janeiro de 1999. A Saxónia resolveu abster-se por não terem sido contempladas as suas exigências de um endurecimento das medidas para reduzir as dívidas externas da Itália e da Bélgica.

Canadá e Cuba estreitam relações

O primeiro-ministro do Canadá, Jean Chrétien, efectuou esta semana uma visita oficial de três dias a Cuba, a convite de Fidel Castro, dando corpo à decisão do Governo de Otava de estreitar o diálogo e a cooperação entre os dois países, e contrariando abertamente a política de isolamento que os Estados Unidos insistem em desenvolver em relação a Cuba.

O programa oficial da visita de Jean Chrétien começou logo à chegada à ilha, no domingo, com a inauguração do novo terminal do aeroporto de Havana, numa cerimónia que contou igualmente com a presença do Presidente cubano, Fidel Castro. Nada de mais natural: as obras contaram com o apoio económico canadiano, estimado em cerca de 38 milhões de dólares canadianos.

O Canadá é actualmente o principal investidor estrangeiro em Cuba, tendo as exportações de empresas canadianas para a ilha registado um aumento de 60 por cento desde 1994. Neste contexto, a visita de Chrétien visa não só apoiar os interesses económicos do país em Cuba, mas sobretudo deixar claro o apoio de Otava às empresas ameaçadas de ver os seus interesses prejudicados pela eventu-

al implementação da lei Helms-Burton.

Numa clara tomada de posição contra a política de Washington, o primeiro-ministro canadiano assinou durante a sua visita vários protocolos de cooperação com as autoridades cubanas nos domínios da saúde, desportos e coprodução audiovisual.

As boas relações existentes entre Cuba e o Canadá já haviam levado à assinatura, em Janeiro do ano passado, de um convénio entre os dois países em que pela primeira vez Havana aceita estabelecer mecanismos de cooperação em matéria de direitos humanos com um país ocidental. O acordo, de 14 pontos, prevê a criação em Cuba de uma espécie

de observatório encarregado de estudar as queixas sobre direitos humanos. À luz deste convénio, o Canadá recebeu no início de Abril um grupo de 12 ex-presos políticos cubanos, constantes de uma lista apresentada pelo Papa durante a sua visita à ilha.

A visita de Jean Chrétien foi antecederada de uma outra, que passou quase despercebida: a do ex-general norte-americano John Sheehan, que até 1997 comandou as forças de marines do Atlântico. Sheehan é um dos defensores do projecto de lei que alguns democratas e republicanos procuram fazer aprovar no Congresso, no sentido de autorizar a venda de medicamentos e produtos alimentares a Cuba.

Rússia Lebed na Sibéria prepara corrida ao Kremlin

Alexandre Lebed, o general na reforma que em 1996 deu a vitória a Boris Ieltsin na segunda volta das presidenciais, volta a aparecer na cena política russa e a surpreender os observadores ao ganhar no domingo a primeira volta das eleições de Krasnoyarsk, na Sibéria.

Longe vão os tempos em que a longínqua Sibéria era apresentada como o lugar de desterro dos políticos russos. Hoje, para Alexandre Lebed, a Sibéria é um auspicioso ponto de partida para a corrida ao Kremlin, nas presidenciais do ano 2000. Ao derrotar na primeira volta o actual governador de Krasnoyarsk e já anunciado candidato presidencial, Valeri Zúbov, o general Lebed demonstra que a sua popularidade continua em alta e que a elite de Moscovo terá de contar com ele.

De acordo com os dados divulgados pela Comissão Eleitoral, Lebed arrecadou cerca de 44 por cento dos votos, enquanto Zúbov se ficou pelos 36 por cento, cabendo o terceiro lugar ao candidato comunista, Piotr Romanov, com cerca de 13 por cento. O facto de nenhum dos candida-

tos ter obtido a maioria absoluta vai obrigar a uma segunda volta entre Lebed e Zúbov, mas seja qual for o seu resultado - que dependerá em boa medida da capacidade de cada um para captar os votos dos apoiantes de Romanov -, Lebed tem razões para estar satisfeito. As previsões, que apontavam Zúbov como favorito, não lhe davam mais de 30 por cento.

Criticado à direita e à esquerda, Lebed, conhecido na Rússia como o homem que pôs fim à guerra da Tchetchénia, agrada ao eleitorado sobretudo pela sua imagem de «homem forte», capaz de fazer qualquer coisa pela região, em vez de a pretender gerir a partir de Moscovo. A conseguir ascender ao Governo de Krasnoyarsk, o general passaria a dispor de uma enorme província, escassamente povoada mas rica em petróleo



Alexandre Lebed escolhe a Sibéria como trampolim para a presidência russa

e minérios, e contribuinte líquido dos cofres centrais da Rússia, como a plataforma ideal de lançamento para o Kremlin. Se se tiver presente que a vizinha região Jakasia, igualmente rica em petróleo e que no tempo da União Soviética fazia parte de Krasnoyarsk, é governada pelo irmão mais novo de Lebed, coronel Alexei Lebed, percebe-se como uma vitória na Sibéria seria ouro sobre azul para as aspirações do homem que foi traído por Ieltsin. Na segunda

volta das presidenciais de 1996, Ieltsin contou com o apoio de Lebed para derrotar o candidato comunista Guennadi Ziuganov; a «recompensa» - nomeação para o cargo de secretário do Conselho de Segurança - foi de pouca duração. Em Outubro, Lebed foi afastado.

Se a vingança é um prato que se serve frio, a Sibéria é sem dúvida uma «cozinha» apropriada para Alexandre Lebed preparar o repasto para o Kremlin.

Duma dá o dito por não dito

A Duma, Câmara Baixa do parlamento russo, aprovou sexta-feira, em terceira votação, a nomeação de Serguei Kirienko, de 35 anos, para primeiro-ministro. Kirienko foi eleito por votação secreta, recolhendo 251 votos a favor, 25 mais do que necessitava para ser confirmado. Um resultado no mínimo caricato, dado Kirienko ter sido rejeitado nas duas anteriores votações: na primeira, por voto secreto, recebeu 186 votos contra e 143 a favor; na segunda, por voto nominal, os deputados chumbaram a sua nomeação por 271 contra e 115 a favor. Comentando os resultados, Sergei Kirienko considerou que a decisão do Parlamento exigiu «uma grande coragem», e garantiu ter «igual respeito pelos que votaram a meu favor, pelos que votaram contra e pelos que nem sequer votaram». Palavras que não comoveram o dirigente do Partido

Comunista russo, Guennadi Ziuganov, para quem a votação foi a expressão da «velha política», que faz com que «todos tremam». Para Ziuganov, que lançara um veemente apelo ao voto contra Kirienko, a votação não foi honesta, dada a invulgar pressão psicológica que alega ter sido exercida sobre os deputados. Para que a votação fosse honesta, disse, teria sido «preciso que o voto fosse público para que todos tivessem uma posição clara e visível», o que não sucedeu. O dirigente comunista afirma que só resta agora «apelar ao povo» e promete surpresas para o 1º de Maio.

Por seu lado, o presidente Boris Ielstin assinou de imediato o decreto confirmando a nomeação de Kirienko como primeiro-ministro, considerando que a «razão ganhou». Uma «razão» a que não terão sido estranhas as suas próprias promessas de facilitar a resolução dos problemas dos deputados, incluindo os de carácter económico, desde que Kirienko fosse eleito. Para muitos observadores, e ao contrário do que afirmou o novo primeiro-ministro, a votação da Duma não exigiu «grande coragem», mas sim «grande falta de vergonha».

pelo futebol», lê-se no documento.

Negociações de paz afegãs

Iniciaram-se no domingo, no Paquistão, as negociações de paz entre os talibans e a oposição afegã, um dia depois do previsto devido ao atraso da delegação do grupo no governo. Os elementos da oposição pretendiam discutir a partilha do poder, o cessar-fogo e a troca de prisioneiros, mas os talibans recusam-se a falar em questões políticas. Actualmente, este grupo fundamentalista islâmico controla dois terços do país.

Boicote nas legislativas da Nigéria

As eleições legislativas nigerianas, realizadas durante o dia de sábado, foram marcadas por uma forte abstenção. Não há dados oficiais, mas os analistas calculam que o número de eleitores que não participaram no escrutínio está entre os 75 e os 90 por cento. A população respondeu desta maneira à convocatória da oposição, coroando de êxito a primeira iniciativa de protesto contra a eleição civil do ditador general Sani Abacha, que se realiza a 1 de Agosto sem a participação de outro candidato. Segue-se uma jornada de protesto nacional amanhã e uma greve geral em data a decidir. Abacha lidera o governo militar que tomou o poder em 1993.

Sérvios recusam intervenção internacional

Numa altura em que crescem os confrontos entre as autoridades e os independentistas do Kosovo, a população sérvia recusou a intervenção internacional no conflito. Consultada em referendo na quinta-feira, 94 por cento dos eleitores responderam não à pergunta «Aceitaria a participação de representantes estrangeiros na solução dos problemas do Kosovo?». Três por cento manifestou-se pelo sim. Os quase dois milhões de albaneses do Kosovo boicotaram o referendo.

Execuções no Ruanda sob protestos internacionais

Vinte e duas pessoas foram executadas no Ruanda, na sexta-feira passada, acusadas de terem participado na preparação, concepção e execução do genocídio, que teve como principal alvo o grupo étnico dos tutsis. Calcula-se que tenham morrido entre 500 mil e 800 mil pessoas na Primavera de 1994.

As execuções foram muito contestadas pela comunidade internacional, embora pareça que tenham contado com o apoio da população do Ruanda. Não foi permitido recolher imagens, mas os jornalistas presentes nos locais afirmam que os espectadores se sentiram vingados.

O secretário-geral das Nações Unidas opôs-se às execuções numa carta enviada às autoridades do país. «A justiça deve ser feita com regras e modos que permitam fazer progredir o processo de cicatrização das feridas, necessário ao estabelecimento de uma paz duradoura», afirmou o porta-voz de Kofi Annan, citado pela Lusa.

A alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Mary Robinson, tem uma posição semelhante, tendo alertado o governo para a possibilidade de as execuções poderem ter um impacto negativo no processo de reconciliação no país.

Várias organizações de direitos humanos que presenciaram os julgamentos afirmam que se registaram irregularidades que violam as leis ruandesas e internacionais.

O ministro de Estado ruandês tem uma opinião diferente sobre aquilo que a Amnistia Internacional considerou ser um «espectáculo macabro». Para Patrick Mazimhaka, o seu governo «nada tem de se envergonhar por tentar mostrar ao povo que, por uma vez, pretende seriamente castigar pessoas que cometam esse tipo de crimes».

114 pessoas, incluindo sacerdotes católicos, foram condena-

das à morte sob a acusação de participarem no genocídio. As execuções já realizadas tiveram lugar em Kigali, Nyamata, Kibungo, Murandi e Gikongoro, regiões mais marcadas pelos massacres.

Os condenados foram mortos com um tiro no peito, disparado a menos de um metro de distância. Estavam amarrados a postes, com capuzes pretos e com uma marca na zona onde a bala deveria entrar.

O vice-presidente do «Poder do Movimento Republicano Democrático» (extremista hutu), Frouald Karamira, foi um dos condenados.



Entre 500 mil e 800 mil pessoas morreram em massacres, em 1994, no Ruanda

Texto:
Domingos Mealha
Fotos:
Jorge Caria

Governo propõe mais desregulamentação laboral

É possível derrotar o novo surto legislativo

O Governo do PS, apesar das declarações em contrário do ministro da Economia, continua a pôr em prática o «Acordo Estratégico» e os «cozinhos» da Comissão de Acompanhamento. Para a próxima segunda-feira, está anunciada a discussão, na Comissão Permanente da Concertação Social, de um primeiro lote de propostas legislativas.

Em entrevista ao «Avante!», Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, chama a atenção para os contornos desta nova ofensiva, que distingue do pacote laboral cavaquista, e afirma o empenhamento dos comunistas na luta contra os seus objectivos e na acção para o alargamento e reforço da convergência de esforços de todos os que defendem os direitos dos trabalhadores como integrantes de uma democracia moderna e de uma sociedade de progresso.

«Avante!»: O Primeiro de Maio costuma ser considerado como um dia de festa e de luta para os trabalhadores. Qual das tónicas vai predominar nas comemorações do Dia Mundial do Trabalhador, este ano, em Portugal?

Jerónimo de Sousa: Por razões de actualidade, pelo combate que hoje se trava em muitas empresas e sectores, pelos problemas reais que hoje atingem os trabalhadores portugueses, este Primeiro de Maio tem de ser, sem abdicar da componente de festa, um dia de luta, expressa no próprio desfile de forma organizada e participada, representando um momento alto de cada uma das lutas em curso e um ponto de convergência das batalhas que os trabalhadores vão ter que continuar a travar nos próximos tempos.

Refiro-me, particularmente, às lutas mais recentes e que têm tido uma amplitude extraordinária, em sectores como os transportes e em empresas como a Carris, o Metro, as rodovias, o caminho-de-ferro, hotéis de Lisboa. Foram lutas com muito elevadas percentagens de adesão a processos de greve, coisa que não acontece, nalguns casos, há mais de dez anos. E tiveram, no geral, uma muito forte participação — que importa acompanhar e aprofundar — dos jovens motoristas, dos jovens dos hotéis e outros, desde os Cabos d'Ávila, aos trabalhadores do Chiado, ao sector da metalurgia, ao sector têxtil (onde os trabalhadores da cordoaria ainda lutam pela aplicação correcta da lei de redução do horário de trabalho), à Administração Pública, aos mineiros...

Por todo o País e com maior expressão em Lisboa, este Maio deve trazer para as ruas essa luta que se desenvolveu nos últimos meses, em torno de problemas concretos e de uma acção reivindicativa que acaba por dar sentido e dimensão ao próprio lema das comemorações da CGTP: mais emprego, melhores salários, menores horários, mais Segurança Social.

Os trabalhadores que não estiveram envolvidos em lutas neste período poderão festejar este dia com mais tranquilidade?

Não têm motivos para isso, antes pelo contrário. A par das práticas do capital nas empresas, procurando atingir direitos dos trabalhadores (com destaque para as negociações da contratação colectiva, onde é clara uma orientação estratégica do capital para desregulamentar e eliminar direitos reconhecidos) pelo princípio do facto consumado e com a violação constante da legalidade, o Governo do PS prepara-se para encetar uma nova ofensiva no plano da legislação laboral. Hoje, nenhum trabalhador pode estar descansado, pensando que as questões em causa só dizem respeito aos outros.

Essa nova ofensiva no plano legislativo significa que está na calha um novo pacote laboral?

Seria excessivamente simplista colocar assim o problema. Não estamos perante um novo pacote laboral do estilo cavaquista. Vamos ter doses de alterações legislativas intercaladas e faseadas no tempo. Já está em cima da mesa a primeira dose.

Está em cima da mesa na Concertação Social, mas ainda não em Conselho de Ministros?...

O Governo resolveu abrir um novo capítulo na Concertação Social mas, simultaneamente, assumiu que vai tomar a iniciativa legislativa com base no trabalho que foi feito, mais ou menos em segredo, pela famigerada Comissão de Acompanhamento do Acordo Estratégico, ao longo destes meses.

Não vamos estar perante um novo pacote. Vamos ter várias doses reparadas no tempo, em Maio, Junho e Julho, particularmente, numa linha de desregulamentação de direitos fundamentais para os trabalhadores.

Quem ler as peças que já estão apresentadas e o mapa de iniciativas que o Governo quer levar por diante, poderá chegar a esta conclusão: está em causa tudo o que são conceitos fundamentais do Direito do Trabalho. Só a luta dos trabalhadores impediu que o Governo e o patronato levassem por diante um desvirtuamento profundo do conceito de horário de trabalho, posto em causa na aplicação da lei de redução dos horários.

São feitas grandes pressões para, em vez do conceito de emprego, instalar o conceito de empregabilidade, o que eliminaria, na prática, o prin-

“ Não estamos perante um novo pacote laboral do estilo cavaquista ”



cipe constitucional de segurança no emprego, transformando a precariedade na lei geral do mundo do trabalho.

Um dos anteprojectos do Governo coloca em causa o conceito de retribuição do trabalho, procurando reduzir o salário ao «osso» e alargar a parte flutuante da remuneração, que ficará ao dispor discricionário das entidades patronais.

Neste processo remanescente do Acordo de Concertação Estratégica está também incluído o conceito de profissão, pela generalização da polyvalência e pelo impedimento da evolução na carreira profissional.

E até o conceito de férias querem alterar, submetendo o direito a férias ao princípio da assiduidade.

Estas alterações vêm satisfazer as exigências ultimamente colocadas pelas associações patronais?

Trata-se de responder às exigências do patronato, mas trata-se de ainda mais do que isso. Por exemplo, neste primeiro lote que vai estar em apreciação no dia 4 de Maio na Concertação Social, uma das peças é sobre o chamado trabalho a tempo parcial. Esta é claramente uma contrapartida que o Governo quer dar ao patronato depois da redução do horário de trabalho. Na prática, o projecto visa permitir a redução do horário com redução do salário. Toda a legislação anterior ia no sentido de incentivar nas empresas a criação de postos de trabalho permanentes; esta não só aumenta o vínculo precário como prevê grandes benefícios para as empresas que aceitem trabalhadores a tempo parcial e que podem ter um desconto de 50 por cento nas contribuições para a Segurança Social. Esta é uma das peças mais nefastas e mais perigosas deste primeiro lote.

Propostas deste género não poderão desfazer uma boa parte da imagem de uma governação preocupada com os aspectos sociais?

Também por isso eu dizia que não estamos perante um pacote laboral do estilo cavaquista. O Governo resolveu intercalar as três ou quatro medidas más com outras duas ou três de conteúdo mais ou menos positivo e que, nalguns casos, até correspondem a reivindicações dos trabalhadores e propostas da CGTP. Mas o que se está a passar é muito mais do que dar com uma mão e tirar com a outra.

Neste primeiro lote, por exemplo, faz-se a transposição de directivas comunitárias, que podem ser encaradas como positivas, de salvaguarda dos menores, das grávidas e dos deficientes na adaptabilidade dos horários de trabalho; mas o que aqui há de positivo é largamente anulado pelo conteúdo dos projectos sobre trabalho parcial, sobre retribuição e, até, sobre o regime de

lay-off (actualmente, em caso de suspensão ou redução do tempo de trabalho, as empresas suportam 50 por cento dos encargos com a compensação salarial, propondo o Governo que esta parcela baixe para 30 por cento, ou mesmo 15, à custa do aumento da parte que cabe à Segurança Social).

E, a propósito de preocupações sociais, é preciso questionar o Governo sobre os cem mil postos de trabalho, prometidos até 1999 quando se tratou de defender publicamente o Acordo de Concertação Estratégica mas que agora são remetidos ao esquecimento. Seria escandaloso que viessem contabilizar como criação de empregos a consequência estatística do alastramento do trabalho a tempo parcial!

Para quando estará prevista a apresentação de novos lotes de alterações?

A concretização do Acordo de Concertação Estratégica esteve congelada, por conveniência política do Governo, devido ao impacto da luta pelas 40 horas. Agora, o executivo entendeu descongela esse processo e avançou.

A próxima dose — passe o termo — deverá surgir em Junho ou Julho. À cabeça aparecerá a alteração da lei das férias. O Governo deverá ainda admitir que, através de lei ordinária, seja concedido às associações patronais o direito a participarem na elaboração de legislação laboral, que os constituintes e a Constituição não reconhecem. Serão aqui

incluídas também alterações graves ao regime de trabalho temporário e será modificado o modo de atribuição do subsídio de desemprego.

Mais uma vez, estas propostas serão acompanhadas de uma ou duas medidas positivas, agora em relação a coimas e sanções laborais. Mas até querem alterar a lei dos contratos a prazo, passando a duração máxima de três para quatro anos.

Tudo isto está previamente pensado e até já anunciado, em face do «trabalhinho» da Comissão de Acompanhamento, essa câmara corporativa inventada em sede de Concertação Social a que o ministro da Economia disse que ia pôr fim, mas da qual recebeu toda a herança, que está a tentar transformar em leis da República.

Com passagem pela Comissão Permanente da Concertação Social...

É evidente que esse será um mero acto *proforma*. Nós achamos positivo, no plano político, que o Governo assumia a responsabilidade legislativa. Mas existe já um vasto terreno minado de desvalorização do trabalho da AR e da consulta às organizações de trabalhadores, tendo em conta que isto nasceu torto, vindo de um órgão corporativo que não está previsto em nenhuma lei nem na Constituição. Este é um processo minado e altamente comprometido.

Vão querer iludir os trabalhadores, dizendo que há umas medidas más e há outras medidas boas, quando estão a ser atacados pilares do Direito do Trabalho, e esta é a questão central. Não podemos olhar só para uma peça, temos que ver fundamentalmente o puzzle todo. E o que se vê, neste caso, é um puzzle completo de desregulamentação de direitos dos trabalhadores e de benefícios para o capital.

Nós cremos que, tal como aconteceu com a luta das 40 horas — que obrigou ao adiamento das medidas contempladas no Acordo de Concertação Estratégica —, também aqui a luta pode ser determinante para travar e adiar a ofensiva e para clarificar responsabilidades nesta matéria.

Quer isso dizer que, através da intervenção institucional, será difícil pôr um travão a esta ofensiva?

Obviamente, os trabalhadores contarão com o Grupo Parlamentar do PCP na AR. Obviamente, os trabalhadores estarão atentos ao processo de discussão pública dos diplomas. Mas até este passo foi tido em conta por quem determinou os calendários das alterações legislativas em matéria laboral — e que vão ter lugar num quadro de realização da Expo '98, de decisão sobre a entrada de Portugal no Euro, da dramatização natural que vai acontecer na sociedade portuguesa, resultante da concretização do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, vão surgir num quadro de realizações e inaugurações e numa altura em que muitos trabalhadores começam a entrar de férias.

Este calendário foi friamente concebido para, não só iludir como ap-

Entrevista com
Jerónimo
de Sousa



“ Hoje, nenhum trabalhador pode estar descansado, pensando que as questões em causa só dizem respeito aos outros ”

Uma campanha do PCP e uma batalha de toda a sociedade

«Avante!»: Estão previstas formas de intervenção do PCP especificamente sobre estes problemas?

Jerónimo de Sousa: No quadro da nossa intervenção política geral, o Partido procurará alertar, consciencializar e mobilizar os trabalhadores e as suas organizações. Por outro lado, no próximo dia 12 de Maio, numa iniciativa com a participação do secretário-geral, o PCP vai anunciar uma campanha nacional em torno da valorização do trabalho e dos trabalhadores, utilizando a defesa e a concretização de direitos, que encaramos como uma boa contribuição do Partido para afirmar um princípio que consideramos fundamental: a democracia, na sua vertente social, não pode ser amputada destes direitos que os trabalhadores conquistaram e que a nossa Constituição consagra.

Neste sentido, esta também é uma batalha pela democracia. Por isso mesmo, o PCP vai, a nível nacional e junto das empresas, alertar os trabalhadores para aquilo que está em causa e, simultaneamente, apresentar propostas alternativas a esta linha de opção do Governo do PS.

A campanha tem a ver com a nossa concepção do PCP como um partido de luta e de proposta: luta, resistência e denúncia, para que os direitos se mantenham; e proposta, designadamente, nas áreas do emprego, dos horários, dos salários e da Segurança Social.

Fomos pioneiros na apresentação da proposta de redução para as 40 horas semanais, por exemplo. Foi uma batalha prolongada, mas tivemos êxito. Pensamos que hoje está na ordem do dia a continuação da redução do horário de trabalho, sem redução do salário — ao contrário do Governo, que admite diminuir o horário, mas reduzindo o salário. A ir avante, uma concepção como esta, do executivo PS, teria efeitos muito nefastos, num país com salários muito baixos.

Estamos em crer que, se os trabalhadores e a opinião pública forem alertados para a essência do que está em causa, não serão só os comunistas a empunhar esta bandeira. Era importante que sectores que possam agora estar distraídos face a estes temas, quando dis-

cutem os rumos da nossa sociedade, encontrassem nestas grandes questões sociais grandes motivos de convergência, entendimento, resistência e solidariedade.

Notas alguma manifestação de opiniões nesse sentido.

Numa iniciativa recente, de homenagem a Bento de Jesus Caraça, o Presidente da República fez um interessante discurso, onde vincou muito as suas preocupações sociais, particularmente em relação ao emprego, à concepção de defesa do sector público da economia e das funções sociais do Estado. Refiro este exemplo, tendo em conta o peso institucional que tem o PR.

Já nos preocupa mais a posição do PS e do Governo, apesar de admitirmos que poderá não ser pacífico defender a posição do Governo dentro do Grupo Parlamentar que o apóia.

Mas existem outros sectores e outras personalidades que tiveram grandes manifestações de solidariedade para com a luta pelas 40 horas e que aqui vão encontrar razão para desenvolver essa mesma solidariedade, porque não há progresso nem verdadeira democracia se nos locais de trabalho houver homens inseguros, precarizados e com medo.

Esta é uma questão de fundo. A ideia de empresas sem dimensão social e de trabalho sem direitos deverá merecer a condenação de muitos portugueses e portuguesas. Esta não é uma questão que diga respeito apenas aos trabalhadores, mas toca toda a sociedade.

Também toca toda a sociedade o objectivo de garantir a capacidade das empresas portuguesas resistirem num novo quadro de concorrência ainda mais forte no espaço da União Europeia?

Mal andará um país e uma economia se pretenderem afirmar-se e desenvolver-se na base de salários baixos e trabalho sem direitos. A competitividade e a produtividade devem ser garantidas através do aproveitamento de tecnologias, de uma melhor formação profissional, de um melhor sistema educativo, através do investimento e do apoio às pequenas e médias empresas. Isto nós vemos com bons olhos.

Agora não aceitamos é que se confunda competitividade com o privilégio exclusivo do lucro. Obviamente que, se os portugueses tiverem fraco poder de compra, serão as empresas nacionais as primeiras prejudicadas. Os melhores salários e a garantia de direitos são a base fundamental para o aumento da produtividade e da competitividade das empresas.

Distinguem-se os comportamentos, na área social e laboral, das empresas com capital sobretudo nacional e das multinacionais?

As multinacionais têm uma visão mais estratégica. Por exemplo, na Tabacaria, recentemente privatizada, a multinacional Philip Morris propôs aos trabalhadores a eliminação de regalias e direitos, consagrados na contratação, a troco de umas largas dezenas de contos e de um aumento de 8 por cento. São as multinacionais que surgem como pioneiras na alteração do conceito de retribuição, criando prémios da mais variada ordem e provocando uma desvalorização da remuneração-base.

Não vemos os padrões todos como uma seita que quer eliminar radicalmente os direitos dos trabalhadores. Existem empresas de capital nacional que respeitam os direitos dos trabalhadores. Mas existem sectores do patronato com um conceito de «lucro rapidamente e em força», que apostam na limitação dos direitos e depois verificam que não conseguem aquele objectivo, pelos prejuízos naturais para os principais interessados, que são os trabalhadores.

O traço mais marcante é uma visão estratégica de desregulamentação e precarização e em conformidade com as orientações do capital multinacional, como o G7 ou os centros de decisão da UE.



25 de Abril comemorado em todo o País Liberdade em festa!

De Vila Real de Santo António a Cabeceiras de Basto, de Alpiarça ao Funchal, de Porto a Lisboa, muitas e muitas dezenas de iniciativas - colóquios e convívios, almoços e jantares de confraternização, corridas de atletismo - comemoraram em todo o País o 25 de Abril.

Particular destaque teve, porém, o desfile que em Lisboa, como habitualmente, desceu a Avenida da Liberdade. Milhares de pessoas que a seguir ao almoço se haviam concentrado nas avenidas que vão dar ao Marquês de Pombal aguardavam sem pressa que a «cabeça» da manifestação desse início ao desfile. Era a hora dos encontros, dos abraços.

Mas como é também habitual nas manifestações do 25 de Abril, ainda o desfile não tinha arrancado do Marquês já uma autêntica manifestação subia a avenida, vinda dos Restauradores. Ambas ladeadas de outros tantos milhares de pessoas que de forma algo desorganizada sempre preferem subir e descer a avenida ao sabor da festa.

Cerca das 16 horas, finalmente, a comissão promotora dava início ao desfile cuja «cabeça» integrava, para além de alguns de militares do MFA, representantes dos principais partidos democráticos e da CGTP-IN. Assim, ao lado de Vasco Gonçalves, Vítor Alves, Vasco Lourenço ou de Vítor Crespo, podiam ver-se, entre outros, pelo PCR, Carlos Carvalhas, Rosa Rabais e Octávio Teixeira, os vereadores da CML, António Abreu e Rui Godinho, os socialistas Gualter Basílio, Helena Roseta, Edmundo Pedro e a jovem Ana Catarina, o Major Tomé, da UDP, Manuel Carvalho da Silva e Manuel Lopes, da CGTP.

Atrás, seguido dos Pioneiros, vinha o tradicional chaimite, pronto a disparar cravos e carregando em cima o futuro do País - um monte de crianças que aqui e ali cantavam a «Gai-

vota», num apelo à paz e à liberdade.

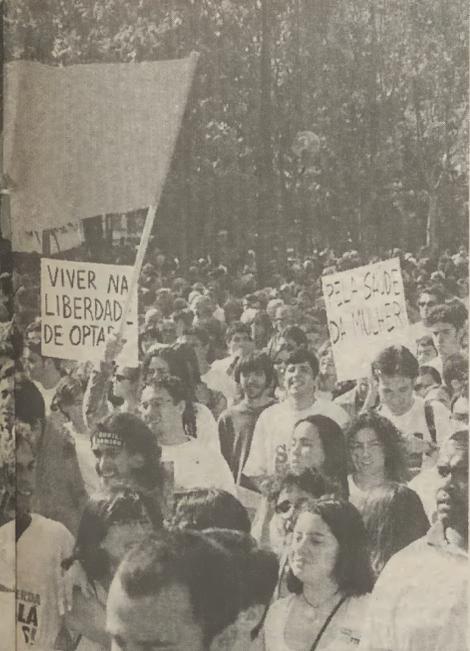
Entretanto, a primar pelo número e pela alegria, um enorme grupo de jovens da JCP, segurando panos, agitavam as suas bandeiras vermelhas, cantavam a Internacional, exigiam «o direito de optar» e gritavam palavras de ordem que claramente indicavam a sua disposição de não mais deixar ressurgir um passado de obscurantismo e repressão, de lutar por uma sociedade de justiça, progresso e bem-estar.

Seguia-se-lhes um pequeno grupo de jovens socialistas empunhando bandeiras amarelas e que, animando de vez em quando, gritava «25 de Abril, sempre! Fascismo nunca mais!».

Por fim, vinham os vários grupos sociais e sectores profissionais que nunca faltam à festa da liberdade. De entre eles destacavam-se as mulheres que, a par de reivindicações específicas, como o «Sim à despenalização do aborto», dançavam e cantavam «os parabéns» ao 25 de Abril.



Mais uma vez, este ano, a Avenida da Liberdade foi palco d. uma grandiosa manifestação em defesa dos ideais de Abril



O comício começou quando o desfile chegou aos Restauradores. Chamados ao palco os representantes da Comissão Promotora da manifestação e lido o «Apelo à participação» suscitado por cerca de 500 personalidades, intervieram então a jovem Lúcia Moniz e, a encerrar, o almirante Vítor Crespo.

A festa não terminou, porém, aqui, apesar das canções que se ouviram. Prosseguiu no Martim Moniz, com comes, bebes e «animação de rua» promovida pela Câmara Municipal de Lisboa e a Associação 25 de Abril.

Ao fim da tarde, começaram as despedidas. «Até ao 1º de Maio!» era a frase que mais se podia ouvir.



Os jovens precisam conhecer os perigos do obscurantismo e da opressão, por isso «não nos calaremos», garantiu Vítor Crespo



Jovens defendem valores de Abril

No comício, coube a Lia Gama e a João Mota lerem alternadamente excertos do «Apelo da Comissão Promotora».

Entre várias preocupações, o Apelo referia particularmente as que se prendem com a moeda única e as suas repercussões para o nosso país. E exigia que, quando da discussão da Agenda 2000, fossem contempladas as questões sociais, neste momento a gerar uma «onda de angústia colectiva».

Na verdade, a reflectir «a crise do sistema» adensam-se os fenómenos de insegurança, droga, marginalização e fractura social», pelo que importa «encontrar respostas duradouras capazes de corrigir as patologias de fundo que o País apresenta».

Por outro lado, a «flexibilização terá avançado já mais do que seria prudente», o que desde logo exige vontade política para, entre outras medidas, estimular «um desenvolvimento regional equilibrado», promover «a criação de postos de trabalho duráveis» e assegurar «um carácter mais redistributivo da fiscalidade».

A situação na saúde e no ensino e regionalização foram outros temas sobre os quais o «Apelo» manifestou as suas preocupações.

Em nome da juventude falou a seguir Lúcia Moniz. Falou das preocupações dos jovens em relação às consequências da política neoliberal sobre o emprego, a edu-

cação, a qualidade de vida e a exclusão social. Uma política «que quer destruir o Estado Providência e com ele o serviço público».

Os jovens são defensores dos valores de Abril, assegurou, afirmando que a juventude sempre se tem destacado na luta pela defesa dos direitos inalienáveis dos povos e manifestando a sua solidariedade designadamente ao povo de Timor-Leste e ao Movimento dos Sem Terra.

Democracia mantém potencialidades

O almirante Vítor Crespo encerrou o comício com uma intervenção que começou por lembrar ter o 25 de Abril permitido, com o «rompimento de cadeias e tutelas humilhantes», que a alegria e a esperança «galvanizassem todo um povo».

«Nós todos, os que tivemos as vidas marcadas pelo passado retrógrado e perverso, não nos calaremos», garantiu, prometendo que tudo contarão aos mais jovens «para que os perigos do obscurantismo e da opressão estejam na consciência de todos».

Para Vítor Crespo não é também possível esquecer os povos que então «tomaram em mãos os seus destinos» e para quem «o 25 de Abril foi também a liber-

tação» e o renascimento da esperança. E para aqueles a quem «ainda não chegou a liberdade», como o povo de Timor-Leste, deixou uma mensagem de esperança e solidariedade.

Portugal mudou muito, disse. O regime democrático consolidou-se mas, mercê da actuação das forças de direita, «ficou aquém do que muitos pretendíamos». A democracia está, contudo, longe de ter «esgotado as suas potencialidades».

Também o mundo sindical mudou muito, fruto das lutas concretas dos trabalhadores por realiações sociais, pela melhoria dos salários e das condições de trabalho, pela diminuição do horário de trabalho, ainda que hoje se esperem tentativas para a sua secundarização.

Vítor Crespo manifestou ainda as suas preocupações face à globalização, à liberalização dos mercados, à livre circulação de capitais, à flexibilização e às graves condições de exploração do trabalho que são seu reflexo.

Os novos métodos de acumulação de capital, o aumento das manchas de pobreza, a violência estimulada pelos «media», a existência, afinal, de um mundo de progresso apenas para alguns - os muito ricos -, foram outras questões sobre as quais este militar de Abril mostrou estar preocupado.



No Porto

A Praça General Humberto Delgado e a Avenida da Liberdade voltaram a acolher no Porto as comemorações do 25 de Abril que decorreram sob o lema «No ano dos oceanos navegar nos mares de Abril» e foram promovidas pela União dos Sindicatos do Porto, Federação das Colectividades, Culturporto (CMP) e Associação 25 de Abril, entre outras.

A passagem do ano da Liberdade no dia 24 contou com a animação de João Afonso e Luís Pastor sendo, como tradicionalmente, o Coral de Letras da Universidade do Porto a dar o tom para o coro colectivo da «Grândola, Vila Morena», seguido de belo fogo de artifício.

No dia 25, o cortejo e as palavras de ordem dos manifestantes trouxeram à luz as preocupações e as reivindicações dos que querem manter vivos e concretizar os ideais da liberdade, democracia e desenvolvimento que ergueram a Revolução dos Cravos.

Na manhã do 25 de Abril, é acto repetido ano a ano por muitos democratas e antifascistas a ida junto ao edifício da ex-PIDE no Porto (que há vários anos foi transformado em asséptico Museu Militar) e a deposição de uma coroa de cravos vermelhos, em memória de todos os que ali sofreram a prisão, a tortura e a morte.

Hernâni Silva, da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, evocou então a luta pela liberdade e os que a protagonizaram, tendo-se guardado um minuto de silêncio em memória dos dois grandes resistentes recentemente desaparecidos: Maximiano Silva e Virgínia Moura.

Arnaldo Mesquita, por sua vez, levou ali o seu importante testemunho pessoal para a história do 25 de Abril que, «mau grado» toda a repressão, «veio a ser uma das mais belas páginas da nossa história».

■ Rosa Xisto

Ano Europeu Contra a Violência sobre Mulheres

Violências

Os anos-tema têm pelo menos o mérito de focalizar atenções e despertar sensibilidades para o problema eleito. Assim, reacções que, noutra situação, os media não registariam, chegam ao conhecimento público. Foi desta forma que tivemos acesso a mais uma opinião (?) do chefe do PSD da Madeira.

Instado pelos jornalistas a falar sobre o problema da pedofilia no Arquipélago e das acusações a elementos do seu governo, Alberto João Jardim só disse: "Não comento garotices." Certamente foi a estupefacção que impediu os jornalistas de lhe fazer a pergunta que a todos ocorreu: que serão "garotices" para Jardim?

A pedofilia? A rede pedófila da Madeira? A grave acusação a elementos do seu governo? A investigação da polícia judiciária? A prostituição infantil? A situação social e económica que atrai para a prostituição crianças da Madeira?

Parecia-me que já deveríamos estar calejados contra a pretensa irreverência do chefe do PSD da Madeira; no entanto, a

povo designa as flatulências inadvertidamente saídas pelo outro extremo do corpo - "foi um desabafo" -, por outro lado, desde essa altura que espero as reacções - que noutras circunstâncias e sobre outros assuntos -, paladinos da "boa moral e dos bons costumes" apressadamente manifestam.

Estão neste caso, naturalmente, Marcelo Rebelo de Sousa e António Guterres.

Espero... mas nada!

Espero, desde o primeiro momento em que o conhecimento desta realidade me apanhou a declaração de uma posição pessoal do cidadão António Guterres e o anúncio de medidas por parte do 1º Ministro, todas, no mínimo, ao nível da emoção e do empenhamento com que afirmou ser contra a despenalização do aborto.

Espero, porque não é possível que não se pondere que a imposição de fazer nascer crianças, sem condições, possa ter no fim... este fim.

Porque não é possível que mesmo quem, de forma fundamentalista, quer impor os seus conceitos éticos e morais a todos os outros, condenando o recurso ao aborto em condições de segurança - mesmo nos casos de manifesta e provada incapacidade de fazer nascer crianças para um projecto de alegria e felicidade -, que, conhecedor desta realidade, não sinta tremer as suas convicções. Ou não se pronuncie propondo as medidas capazes de a eliminar. Sob pena de sobre a sua apregoada moralidade fazer cair maiores suspeitas.

Mas Alberto João Jardim não conta só com estes estranhos silêncios, apoia-se em antecedentes de idêntico jaez.

De facto, outra afirmação de igual calibre "ético e moral" foi proferida pelo professor Daniel Serrão, paladino do movimento Pró-Vida, quando afirmando condenar o recurso ao aborto em qualquer circunstância, mesmo se em caso de gravidez resultante de violação, defendia a estranha definição de haver violação com e sem violência.

Achando provavelmente que a violação não passa de uma "garotice".

O Dr. Alberto João Jardim e os seus iguais continuarão a fazer carreira enquanto houver quem a nível dos órgãos de decisão confunda a brutalidade boçal com poder e, disso tenha medo, contribuindo para alimentar o crescimento destes pequenos tiranos.

Para quem pensa que "não fazer ondas" é o melhor só há que alertar que embora vivendo nós uma democracia nascida do 25 de Abril, estranhos paralelismos se vão estabelecendo, hoje, relativamente ao passado.

vida e o reiterado desprezo que Alberto João Jardim, sempre que pode, manifesta contra as pessoas em geral e os madeirenses em particular, ainda têm poder de nos espantar e provar-nos, a todo o momento, que é sempre capaz de ir mais longe na sua boçalidade.

E se, por um lado, não consigo deixar de ligar a resposta de Jardim - porque muitos a classificaram como mais um dos seus desabaços -, à maneira como o nosso

Também Salazar teve os "Ballets Rose" não na Madeira mas noutra idêntica zona turística (a costa do Estoril) e envolvendo também figuras do regime e das finanças.

No tempo de Salazar as campanhas políticas pró-natalidade tinham como objectivo manter uma reserva de mão-de-obra, sempre renovada e disponível, a níveis que permitissem manter os salários de miséria com que os grupos monopolistas garantiam o crescimento da sua riqueza.

As políticas neoliberais desenvolvidas por este governo PS ou pelos anteriores do PSD e as já anunciadas propostas de alteração da legislação laboral, prosseguem, na prática, idênticos objectivos.

É o insuspeito jornal Expresso que corrobora esta afirmação nos artigos que tem dedicado ao assunto: "É o baixo nível económico e a exclusão social existentes na Madeira que estão directamente ligados a este problema."

Não tendo ouvido, lido ou visto nenhum apoiante ou simpatizante dos movimentos pró-vida pronunciar-se sobre as redes de pedofilia existentes a nível nacional ou internacional, conhecendo hoje como se conhece, os valores que o lucrativo negócio da prostituição e da pornografia atingem - voltando aos artigos do Expresso -, será lícito questionar que diversidade de interesses apoiarão as "campanhas do zezinho"?

Violências sobre mulheres e menores

Há um ano, um estudo feito por um grupo de sociólogos do, então, Ministério da Qualificação e Emprego, revelava que quase metade dos **4,25 milhões de trabalhadores, na sua maioria mulheres, estava longe de ter um emprego estável, de cumprir um horário fixo ou, sequer, de estar protegidos por um contrato de trabalho legal** ou ter a correspondente inscrição na Segurança Social.

O Estudo confirmava com números, uma a uma, todas as situações que o IV e V Congressos do MDM e os sindicatos da CGTP, vinham denunciando há largo tempo:

- 1,1 milhões estavam classificados como empresários em nome individual;
- 1,2 milhões não estavam inscritos na Segurança Social;
- 387 mil tinham um contrato a prazo;
- 388 mil trabalhavam em regime de tempo parcial;
- 180 mil eram reformados activos;
- 146 mil trabalhavam em casa;
- 900 mil trabalhavam mais de 45 horas semanais.

Foi essencialmente os números da fuga às contribuições para a Segurança Social e impostos e as horas extra sem remuneração, que determinaram as medidas excepcionais de intervenção da Inspeção do Trabalho dirigidas, mediaticamente, às grandes superfícies comerciais (super e hipermercados e centros comerciais), às grandes obras públicas (Expo 98 e Ponte Vasco da Gama) e às empresas bancárias e seguradoras.

Um ano decorrido e, na ausência de estudos técnicos, a verificação dos sindicatos, no quotidiano da sua intervenção junto dos trabalhadores, revela que apenas se alterou o número dos "recibos verdes" e dos contratos a prazo pela transferência de uns para outros e as situações de ausência de vínculo.

O número dos contratos renováveis dia a dia aumentou, assim como se detectam hoje mais frequentemente as situações de clandestinidade. De forma geral a "legalização" da situação laboral fez-se por intermédio de empresas alugadoras de mão-de-obra.

A Inspeção de trabalho passou a "legalizar" todas as situações em que se apresentasse um contrato escrito, sem aprofundar se o mesmo correspondia à prática ou sequer à situação descrita.

É desta forma que, apesar da lei definir que as condições de contratação a prazo para novas empresas ou lançamento de nova actividade, impõem prazo igual ou superior a 6 meses, a IGT considerou legais os despedimentos no Carrefour de Oeiras ao fim de dois meses de contrato.

Como justificação, recorreu à definição de actividade sazonal. Como se os supermercados estivessem dependentes dos ciclos climáticos.

Adapta-se, assim, a lei às necessidades dos grandes grupos do comércio.

Deixa-se, quando abrem uma nova loja, que recorram, primeiro, ao artifício do início de actividade que lhes permite contratar a prazo todos os trabalhadores e, diz-se, a seguir, que a actividade é sazonal para despedir antes do prazo legal. Não cumprindo sequer a lei de que indevidamente antes se aproveitaram.

Tudo isto, parece, com a benção da IGT.

Todos os mecanismos servindo para instalar uma cultura de precariedade.

São as mulheres e os jovens à procura do 1º emprego os mais afectados por estas situações.

E se as estatísticas descrevem o perfil do desempregado inscrito nos centros de emprego como:

"É mulher, tem entre 25 e 49 anos, vive na área de Lisboa, possui entre 4 a 9 anos de escolaridade."



e Menores

É desempregado de longa duração. Anteriormente exercia funções administrativas.”

Perfil, ele próprio em mutação pelo contributo constante de jovens mulheres licenciadas à procura de 1º emprego, se as estatísticas tratassem, igualmente, o trabalhador precário, certamente que o seu perfil seria:

“É mulher, tem entre 16 e 60 anos, vive em todo o País, possui desde a escolaridade básica à licenciatura. Encontra-se em todos os sectores de actividade.

Tem tendência a cair frequentemente no trabalho clandestino.”

Não existem estatísticas mas as pessoas existem, reais, no país real, desmentindo na vida do dia-a-dia, o país que a propaganda oficial constrói rosadamente de faz-de-conta com planos de emprego, planos para a igualdade ou, mais recentemente, com planos para a paridade.

Dos quais nunca se fazem balanços de sua aplicação, para que não se veja o deserto de medidas concretas, existente por detrás das fachadas.

Mas o quotidiano violentamente inseguro existe, confirmado a cada passo.

Inquéritos feitos pelos movimento sindical, sobre condições de trabalho na zona do grande Porto e de Lisboa, revelam situações quase ao nível da escravatura nos restaurantes instalados nos Centros Comerciais.

Do mesmo modo se podem classificar as condições de contratação das promotoras do queijo, do detergente, do iogurte ou do perfume, ou das repositoras por conta das marcas que alugam espaço nas prateleiras dos supermercados. As jovens que nos tolgem o passo e que, em arremedo de anúncio de televisão, nos perguntam se queremos experimentar aquela marca que até oferece um desconto ou um saco para as compras.

Tanto podem fazer parte do exército de falsos empresários em nome individual, como dos que têm contratos renováveis ao dia.

Contratos tão ilegais como ilegais muitas vezes são as empresas de aluguer de mão-de-obra que as contratam e que constituem as modernas “praças de jorna” dos nossos dias.

Trabalhadoras irmanadas pelo horário que não controlam, contratadas por agências que no contrato do mês só lhes garantem 10 dias de trabalho efectivamente pago.

Perfil duma precariedade violenta, mais nítido quando permenorizadas as condições de trabalho:

- Ganham ordenados, em muitos casos, inferiores ao salário mínimo nacional;
- São responsáveis pelo nível dos stocks, pelas prateleiras sempre completas;

- Nas lojas, pelas caixas. No 1º dia o patrão diz-lhes que só podem aceitar cheques até 5.000\$00 mas, porque o essencial é vender, podem fazer excepções se “o/a cliente tem uma cara que mereça confiança”. A seguir aparece um cliente que faz uma despesa de 36.000\$00 e paga com um cheque sem cobertura.

Nesse mês a trabalhadora levou para casa pouco mais de 2.000\$00. Teve de processar o cliente e está à espera do dia em que receberá, ou não, por ordem do Tribunal os 36.000\$00.

- Se falta dinheiro na caixa é porque se enganou ou o tirou, logo é legítimo, diz o patrão, que lho desconte no fim do mês. Se há a mais, é um engano, só possível por existir a loja de que é dono, logo, pertence-lhe!

- São regra geral 2 trabalhadoras para um horário de funcionamento das 10 às 24. Nos dias de folga substituem-se mutuamente, fazendo o horário completo.

- Almoçam ou jantam em 10 minutos, às escondidas, com cartão à porta: “Aberto/Volto já”, porque a loja não fecha.

- As funções para que foram contratadas, já foram acrescentadas limpar os vidros das montras, manter limpa a loja...

São jovens de 18 a 20 e poucos anos. Bonitas ou “agradáveis à vista”. Face real do chamado aumento de emprego dum sector em crescimento. Em franco crescimento. Perfil duma precariedade violentamente exploradora.

Fazendo, com este baptismo de fogo, a aprendizagem do mundo do trabalho.

Sindicalizando-se quando lhes falamos dos direitos que têm, com uma decisão que até a nós nos parece, por vezes, inesperada...

E nesta sociedade, marcada por políticas sociais e económicas que privilegiam o primado do lucro, a violência toma-se uma realidade que convive connosco a todos os níveis.

É essencial que nos apercebamos de como esta realidade faz parte do nosso quotidiano porque é a única forma de lutarmos para eliminar as causas que a provocam e que radicam nos processos de acumulação capitalista e são agravadas pelas políticas de inspiração neoliberal que acentuam até ao limite do intolerável a exploração nas mais diversas expressões.

Droga em debate

O que está em causa é o próprio sistema

“Droga, branqueamento de capitais em questão” – é o tema de um Fórum que o PCP vai realizar no próximo dia 7 de Maio, na Sala Londres do Hotel Metropolitan.

Em causa está a necessidade de “que algo mais seja feito”, num quadro em que milhares de milhões de contos do tráfico da droga se tornam “uma componente essencial da economia actual, elemento promotor de corrupção, instrumento de afirmação de mafias”. Um processo que se alimenta “do sofrimento humano e das chagas sociais que lhe estão ligadas”.

Em depoimento ao “Avante!”, Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, faz uma breve análise da dimensão dos problemas em causa e das razões deste Fórum.

Antes do mais, preocupam-nos os aspectos sociais do problema da toxicoddependência. Mas também a sua influência no plano económico, no plano político, as suas incidências na vida democrática.

Estamos perante um negócio sórdido, que cria graves problemas sociais e sobrevive à custa da vida e do sofrimento de milhões de seres humanos. Um negócio que gera somas colossais - à escala mundial e também no nosso país - somas que entram depois num circuito legal. Qualquer coisa como 75 mil milhões de contos que, segundo as últimas estimativas do FMI, são anualmente “reciclados”.

Estas verbas têm um impacto económico evidente. Por vezes há a ideia de que quem beneficia com o tráfico de droga é apenas este ou aquele sector marginal. Mas hoje este fenómeno passa pelo sistema financeiro e por muitas actividades consideradas acima de qualquer suspeita. Há mesmo uma tendência para cada vez mais áreas da actividade económica serem envolvidas e beneficiarem deste tipo de tráfico.

Tudo isto facilita também o desenvolvimento da corrupção, das mafias, dos mais diversos poderes secretos. E naturalmente cria problemas relativamente ao funcionamento da vida democrática - gangrena a democracia. Factos que não são dissociáveis de aspectos centrais da orientação e evolução do capitalismo.

Esta a grande questão.

Um fenómeno preocupante que precisa ser combatido

Estamos perante um fenómeno preocupante, que precisava ser combatido. Mas o que verificamos é que as orientações dominantes nestes últimos anos tendem a facilitar este tipo de práticas.

A desregulamentação da economia, a liberalização do movimento dos capitais, a proliferação dos *off-shore* ou centros financeiros extraterritoriais, como paraísos fiscais e, em muitos casos, como centros de lavagem e branqueamento de dinheiro, são exemplos disso. E temos também agora a implementação do *euro*, que segundo alguns peritos e nomeadamente o próprio GAF, uma instituição especializada neste tipo de problemas, pode vir a facilitar o branqueamento de capitais.

Existe assim a possibilidade e o perigo de um novo salto qualitativo no tráfico e no branqueamento, com todos os problemas que lhe estão subjacentes - sociais, económicos, financeiros e políticos.

Um conjunto de problemas que justifica, na nossa opinião, uma abordagem mais profunda para a sua caracterização e uma definição de medidas efectivas para lhe fazer frente.

É preciso aperfeiçoar a legislação, é preciso vontade política e são necessários meios efectivos para investigar e combater este tipo de fenómenos.

Este Fórum integra-se neste objectivo, está também associado à necessidade do equacionamento, da reflexão, e do apuramento de novas linhas de iniciativas a tomar no plano nacional e no plano internacional, particularmente oportuno no momento em que se vai realizar uma assembleia das Nações Unidas sobre as questões da droga, no próximo mês de Junho.

O que está em debate

Em debate vão estar questões como: o tráfico de droga; o branqueamento de capitais e o seu peso na economia; o sistema financeiro e o branqueamento; as conexões com o poder económico e político; a situação na Europa e em Portugal; aspectos da legislação existente e do grau do seu cumprimento.

Por exemplo, irá ser tratada a questão do aperfeiçoamento da legislação. Embora o problema fundamental seja da aplicação prática da já existente e dos meios e estruturas necessários para o efeito.

Outro dos temas em debate será o problema do segredo bancário. A questão sensível e polémica

da inversão do ónus da prova. Será igualmente tratada toda a questão dos movimentos de capitais, nomeadamente dos movimentos de capitais de curto prazo, o seu controlo e taxaço. Está igualmente em debate o problema dos *off-shore*.

Irá ser debatidas as estratégias mais eficazes e novas medidas no plano nacional, da Europa e no âmbito da ONU.

A toxicoddependência constitui para nós uma grande preocupação - as últimas estimativas apontam para a possibilidade de haver em Portugal mais de 150 mil dependentes da heroína, com todo um percurso de sofrimento pessoal e familiar. Uma realidade que reflecte graves problemas sociais. Mas que está também ligada ao tráfico da droga e ao interesse material com este negócio.

Assim, de par com a necessidade de uma prevenção primária para que não haja mais pessoas, nomeadamente jovens, a cair na dependência das drogas, de par com a exigência do tratamento daqueles que já caíram na dependência, dando-lhe perspectivas de reinserção social, o combate ao narco-tráfico é também uma das formas de prevenir a toxicoddependência.

E uma das formas mais eficazes, se não a mais eficaz, de combate ao narcotráfico é atacar o interesse material dos traficantes e dos branqueadores. Tudo aquilo que se faça para tentar anular os proveitos do crime, para retirar os lucros e os bens que resultam do tráfico e do branqueamento de capitais, é extremamente eficaz para prevenir a proliferação da toxicoddependência.

Um amplo leque de participantes

Fizemos um conjunto largo de convites a instituições, a entidades nacionais e a especialistas internacionais.

Temos a participação de Lelouca Orlando, deputado europeu da Rete e presidente da Câmara Municipal de Palermo, Sicília, que é uma pessoa conhecida pela sua intervenção no tratamento destes problemas e no combate à mafia.

Temos também a participação do representante do Partido da Refundação Comunista de Itália, Francesco Forgiane, membro do Bureau Nacional, responsável deste partido pela luta contra a mafia e membro da Comissão Parlamentar antimafia da Assembleia Regional da Sicília.

Vamos ter ainda a participação de um representante do Partido Comunista Francês, François Auguste, membro do Conselho Nacional e responsável do PCF pela luta contra a droga.

No plano nacional contamos com a intervenção de especialistas, representantes de instituições, quadros do Partido, individualidades, deputados comunistas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

O Fórum - em que intervirá o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas - pretende ser um espaço de recolha de opiniões, num quadro bastante diversificado, e de apuramento de ideias para posteriores iniciativas no combate ao narcotráfico e ao branqueamento de capitais, na luta por uma nova política em Portugal e por uma mais justa ordem económica e política internacional.



EM FOCO

Bento de Jesus Caraça evocado**50 anos após a sua morte**

A cultura integral do indivíduo, hoje

Jorge Sampaio

Um homem do seu tempo

Nunca são de mais as evocações daqueles cujas vidas encerram - ou abrem - lições para os vindouros, cuja postura na vida resiste ao tempo e se constitui em referência para o futuro. É o caso de

Bento de Jesus Caraça, cuja vida e obra está de novo a ser lembrada, desta vez a pretexto do cinquentenário da sua morte, em uma séria de iniciativas que a CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional - leva a cabo e que teve a sua primeira realização no passado dia 22, no Fórum Lisboa, em cuja abertura o Presidente da República, Jorge Sampaio, interveio. O «Avante!» noticiou já alguns dos principais momentos deste conjunto de realizações, bem como divulgou a composição da Comissão de Honra desta evocação.

O conjunto de personalidades que se reúnem em torno desta homenagem dá bem a ideia do alcance da mensagem e do exemplo do homenageado, um homem interveniente no seu tempo, tanto na área científica e cultural como na da política e da actividade cívica.

Militante comunista, antifascista destacado - foi um dos fundadores do Movimento da Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), que mais tarde daria origem ao Movimento de Unidade



Democrática (MUD) -, Bento Caraça foi uma das figuras mais relevantes da cultura portuguesa. Economista, matemático, demógrafo, a sua carreira de cientista e de catedrático foi brutalmente interrompida pelo fascismo. Autor de numerosas obras de carácter científico e cultural, destacou-se na luta pela democratização da cultura, nomeadamente à frente da Universidade Popular Portuguesa. A acção e o pensamento de Bento Caraça não foram apenas evocados na homenagem da passada semana. A evocação foi ainda pretexto, em todos os oradores, para a reflexão sobre os tempos de hoje, sobre os problemas que hoje se colocam à sociedade portuguesa.

Desde a intervenção de abertura, a cargo do Presidente da República, em que Jorge Sampaio abordou a questão do emprego e das desigualdades, a Mário Soares que criticaria a especulação financeira que cava um abismo entre a minoria dos muito ricos e a maioria dos muito pobres, as intervenções sucederam-se durante o dia. Riccardo Petrella, Professor da Universidade Católica de Louvain, falou sobre a deterioração quase generalizada dos direitos humanos e sociais no mundo. O escritor José Saramago venceu a modernidade do pensamento de Caraça. Por fim, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, lembrou os actuais combates que os trabalhadores desenvolvem em defesa dos seus direitos.

Das principais intervenções, deixamos aqui alguns excertos mais significativos.

(...) Ele foi, de facto, um homem do seu tempo e da sua circunstância, cujas grandes questões equacionou com um rigor e uma clareza que ainda hoje nos surpreendem e encantam. Mas foi também um homem que, como poucos, possuía uma visão larga e para além do imediato, uma visão que alcançava a distância, que media as consequências e os efeitos dos nossos actos, que prevenia os erros e os riscos, que convidava à grandeza e à generosidade. Por isso mesmo, tendo sido um homem do seu tempo, é-o ainda do nosso.

De facto, é do nosso tempo a sua curiosidade sem limites, a vontade de saber e de alargar horizontes, o espírito crítico e anti-dogmático, a capacidade de considerar as questões de todas as áreas do saber e da acção, para, com elas, construir sínteses. É do nosso tempo a conciliação que conseguia fazer entre uma altíssima competência científica e uma concepção universalista a que nada era alheio.

É ou deve ser do nosso tempo a sua radical recusa de pactuar com a mediocridade e com a demagogia, a sua exigência de qualidade moral e intelectual, de rigor, o seu incansável devotamento às causas em que acreditava.

É do nosso tempo o entendimento que tinha da política como um serviço prestado à comunidade, exercido em nome de ideais e de princípios, com o objectivo de transformar o que está mal, de ser útil aos outros.

É do nosso tempo o impulso de justiça e a sua atitude moral de insubmissão e de resistência à arbitrariedade e à opressão, tão exemplarmente expressa na defesa que apresentou no processo da sua iníqua expulsão da Universidade.

Homem de muitos interesses e de muitos saberes, que, para além da matemática, da economia, da estatística, da demografia, da física, iam da literatura à música, da filosofia às artes plásticas, da história à pedagogia, Caraça manteve uma constante humildade e abertura aos outros.

Foi um professor querido como poucos, apesar da sua altíssima exigência com os alunos, a qual, aliás, começava consigo mesmo.

Viveu num país sem liberdade e foi preso, perseguido, humilhado, demitido. A pergunta que hoje nos ocorre é esta: numa sociedade livre, que extraordinárias possibilidades teria ele de realizar os

seus projectos e de aproveitar inteiramente as suas extraordinárias capacidades?

Nas condições em que viveu, lutou por um país livre e de dignidade para todos os portugueses, por uma sociedade solidária, sem discriminações nem exclusões, por uma Escola e por uma Universidade que fossem um lugar de criação de saber original, de transmissão de conhecimentos, de formação humana. Lutou por uma cultura crítica, criativa, por um Mundo de paz e de concórdia.

Nunca se rendeu nem aceitou ser derrotado, nunca desistiu. Tinha convicções e uma honradez que merecia o respeito geral.

Mesmo os que dele discordavam não deixavam de reconhecer a integridade do seu carácter, a probidade intelectual, a limpidez das suas intenções.

Fiel às suas raízes populares e à memória do seu Alentejo natal, era um dos raros homens em cuja boca a palavra povo estava isenta de demagogia e tinha o puro valor da mais alta dignidade. Era tolerante e fraterno. Tinha muitos amigos que pensavam de modo diferente do seu e fez sempre dessa diversidade um motivo de enriquecimento intelectual e afectivo. Para ele, e cultura era o nosso espaço comum, onde nos reconhecemos, ao mesmo tempo, iguais e diversos.

(...)

Tenho-o dito em várias ocasiões e faço questão de o vincar nesta homenagem a um homem que ousou enfrentar os problemas do seu tempo: precisamos de

reinventar os instrumentos da solidariedade a partir dos problemas concretos da sociedade portuguesa.

E precisamos de o fazer por duas ordens de razões: porque temos hoje outros problemas e porque as velhas soluções se tornaram, em muitos casos, desajustadas ou mesmo impraticáveis.

Temos, em primeiro lugar, um problema de emprego, que atinge quer os que estão desempregados, quer os que estão em situações precárias de emprego, ainda, os que vêm pairar no horizonte ameaças consistentes à estabilidade do seu emprego ou ao exercício dos direitos que a democracia lhes reconhece.

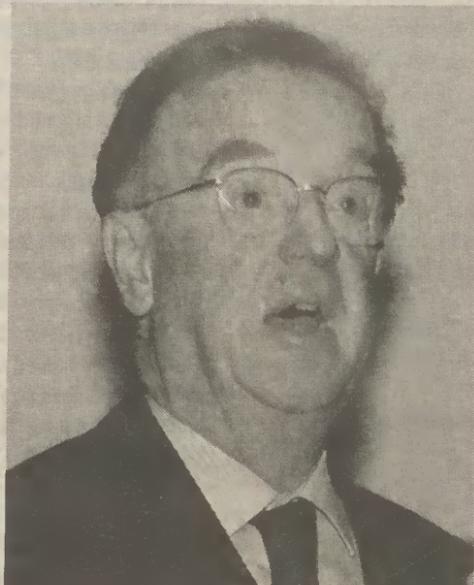
Temos, estreitamente ligado ao primeiro, um problema de desigualdade de oportunidades no acesso à educação, à qualificação profissional, à gestão do tempo de trabalho e do tempo livre, aos rendimentos e à protecção e à segurança social.

Temos, por último, uma mudança profunda nas possibilidades de intervenção perante as situações: mudou o contexto geo-estratégico, alteraram-se as relações entre os espaços público e privado, mudaram os meios de intervenção dos agentes económicos e sociais.

Há trinta anos, a lógica do compromisso social assentava no pleno emprego masculino e a questão social tinha a dimensão dos problemas de repartição, dentro das empresas e do Estado-Nação.

Hoje, o desemprego deixou de ser uma possibilidade remota e ocasional para se transformar numa característica persistente das sociedades europeias, as quais estão confrontadas com um dilema inaceitável: aceitar o desemprego e a marginalização social de uma parte dos cidadãos ou reduzir os níveis de protecção social.

Uma problema desta dimensão e desta complexidade, que corrói há duas décadas a identidade europeia, não tem, evidentemente, uma solução fácil. Mas tem - tem de ter uma solução. É dever de todos nós não desistirmos de a procurar. (...)





Manuel Carvalho da Silva

Reflexões sindicais

(...) Ao relermos hoje os escritos de Bento Caraça não podemos deixar de admirar a visão larga dos problemas que se põem à sociedade e o sentido pedagógico da sua intervenção. Como ele referia, naqueles tempos conturbados em que a ascensão do nazismo e do fascismo parecia imparável, «*o que o mundo for amanhã, é o esforço de todos nós que o determinará. Há que resolver os problemas postos à nossa geração e essa resolução não a poderemos fazer sem que, por um prévio esforço do pensamento, procuremos saber, por uma análise fria e raciocinada, quais são esses problemas, quais são as soluções que importa dar-lhes – saber donde vimos, onde estamos, para onde vamos*».

Também hoje, em que os arautos do neoliberalismo proclamam o «fim da história», nós devemos «*pensar o que podemos fazer, pois amanhã pode ser tarde*».

Conseguirá a humanidade, perguntava então Bento Caraça, tomar finalmente consciência de si mesma, revelar a si própria a sua alma colectiva, feita do desenvolvimento ao máximo, pela cultura, da personalidade de todos os seus membros?

Na altura, Bento Caraça concluía, como nós o poderíamos fazer hoje: «*Esta é a grande tarefa que está posta, com toda a sua simplicidade crua, à nossa geração – despertar a alma colectiva das massas. Ou ela a realiza e ascendemos a um estado superior da unidade, ou fracassa e amanhã assistiremos a um novo gesto de renúncia e o individual continuará a sobrepor-se ao colectivo numa adulteração criminosa da moral social. Precisamos, para não traír a nossa missão, de nos forjarmos personalidades íntegras, de analisarmos o nosso tempo e de actuar como homens dele*».

(...) Os problemas com que os trabalhadores se defrontam hoje não são apenas de ordem económica, são também de natureza ideológica. Com efeito, no mundo actual, o endeusamento do mercado e a febre das privatizações (marcas tão visíveis na construção europeia), têm levado muitos a considerar que nada se pode fazer para inverter esta tendência e que os trabalhadores e os sindicatos deve-

riam curvar-se perante esta realidade, apesar dos seus efeitos cada vez mais restritivos sobre o emprego, o crescimento económico e as condições sociais em geral.

A globalização da economia, sustentada pelas teses neoliberais, tal como tem sido praticada, tem conduzido ao aumento da exploração da mão-de-obra, ao crescimento do desemprego estrutural, à precarização do emprego, à crescente violação dos direitos laborais e sociais.

Impera uma lógica que tende a reduzir os problemas económicos à questão da competitividade das empresas e a conceber as políticas sociais como um espaço residual limitado pelas mudanças decorrentes das novas tecnologias, pelos efeitos da globalização dos mercados financeiros, pelas alterações políticas decorrentes do fim da guerra fria.

A diversidade dos recursos e dos sistemas de inovação e as interligações entre os diversos sistemas e culturas, melhoram a eficiência e contribuem para reforçar as sinergias a nível global. É necessário assegurar que o pensamento único não se imponha e que a globalização económica não seja sinónimo da crescente hegemonia dos EUA através dos mecanismos de mercado.

(...) Ouvimos dizer, muitas vezes, que os sindicatos estão a perder força e capacidade de intervenção, mas alguns dos que parecem lamentar essa situação, são os mesmos que procuram anular direitos sindicais e espaços de intervenção com o fim de enfraquecer o poder dos sindicatos.

(...) A sociedade precisa de organizações que tenham e assumam a sua res-

ponsabilidade, o seu espaço de intervenção e a sua autonomia, afirmando os seus princípios, valores e objectivos.

Os direitos dos trabalhadores não são uma coisa à margem da sociedade: têm a ver com a organização das pessoas e das famílias.

Os sindicatos desempenham na sociedade um papel insubstituível, sendo a sua acção reconhecida como uma das formas mais eficazes para assegurar a participação cívica dos trabalhadores, para veicular valores essenciais à sociedade e para promover o progresso social.

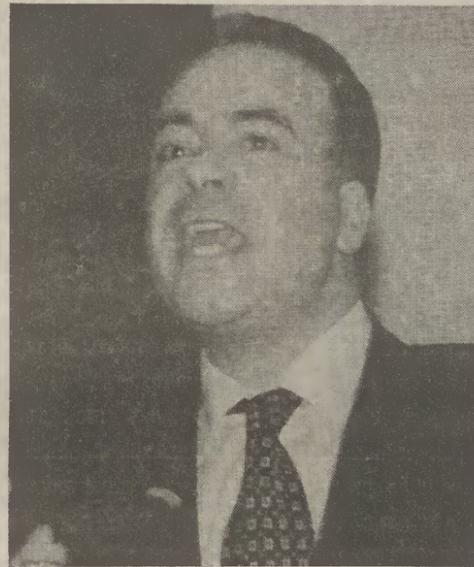
(...) Perante a dimensão e amplitude dos problemas com que nos confrontamos, é necessário ultrapassar concepções redutoras da acção sindical. A força do movimento sindical e a perspectiva de resolução dos problemas dos trabalhadores, passa, cada vez mais, por uma prática de solidariedade e desenvolvimento da unidade na acção, em cada empresa e serviço, dentro de cada país e no plano internacional.

O movimento sindical tem, também, de ser forte agente de mudança. Sem tibiezas, tem de afirmar valores actuais e bater-se pela sempre renovada utopia duma sociedade sem a exploração do homem pelo homem, uma sociedade efectivamente nova!

«*E para atingir esse cume elevado, acessível a todo o homem, como homem e não apenas a uma classe ou grupo, não há sacrifício que não mereça fazer-se, não há canseira que deva evitar-se*».

A pureza que se respira no alto, compensa bem da fadiga da ladeira», concluía Bento de Jesus Caraça.

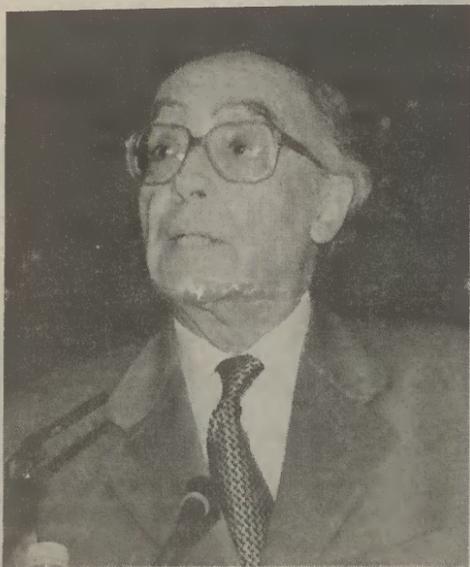
O futuro faz-se com confiança e determinação.



José Saramago

Do cultural ao social

(...) Se Bento de Jesus Caraça, cujos breves quarenta e sete anos de vida, mais do que o cinquentenário da morte, estamos a celebrar aqui, tivesse ido a Valência, em 1937, a sua Conferência *A Cultura Integral do Indivíduo - Problema Central do Nosso Tempo*, não tenho dúvida de que os três organizadores da reunião de 1987 (*) o haveriam incluído no bando dos «sem-razão» que estavam decididos a exautorar. Diriam, por exemplo, que o problema central deste tempo em que estamos já não é a «cultura integral do indivíduo», mas a liberalização do comércio mundial. E teriam toda a razão ao dizê-lo: esse é, de facto, o problema central dos tempos de agora, precisamente porque representa uma ameaça mortal, não apenas ao que Bento Caraça designou por «cultura integral», mas à simples «cultura», sem mais adjectivos ou classificações. Todos sabemos que algumas das análises e previsões formuladas por Caraça na sua Conferência de 1933 foram contrariadas pela brutalidade dos acontecimentos europeus e mundiais verificados nos sessenta e cinco anos que nos separam dela, todos sabemos que a possibilidade de uma «cultura integral do indivíduo» se afasta cada vez mais do que imaginámos ser o seu previsível horizonte, todos sabemos que a «alma colectiva das massas», que Bento de Jesus Caraça queria ver despertar, nem sempre é boa conselheira. De certo modo, ele já o estava admitindo quando escreveu: «Sei



demasiado (...) quanto são falíveis ainda os juízos mais prudentes, e, se não receio o erro, é só porque estou sempre pronto a corrigi-lo.» Magnífica lição, direi mesmo que a melhor de todas, porque essas palavras constituem, a meu ver, o núcleo mais fértil do seu discurso, aquele com que mais nos convém aprender. É ocioso dizer que Bento Caraça, hoje, escreveria diferentemente sobre o tema da «cultura integral do indivíduo», é até duvidoso, tendo em conta as circunstâncias actuais do mundo, que considerasse de utilidade abordá-lo, mas o que não é duvidoso nem ocioso é pensar que aquelas palavras - «Se não receio o erro, é só porque estou sempre pronto a corrigi-lo» - voltariam a acudir à sua mente e que as escreveria com a mesma profunda convicção. E talvez repetisse ainda, letra por letra, agora com mais motivos do que então poderia supor: «O poder revolucionário de uma ideia mede-se (...) pelo grau em que ela interpreta as aspirações gerais, dadas as circunstâncias do momento em que actua. Assim, uma ideia ou teoria que, em dada época, é revolucionária, pode, noutra em que as circunstâncias sejam diferentes, ter perdido por completo esse carácter.» O que Bento Caraça está a dizer aqui, se não interpreto mal as suas palavras, lembra singularmente, a

parábola do vinho e dos odres que se pode ler em São Marcos: «Ninguém deita vinho novo em odres velhos; se o fizer, o vinho acabará por romper os odres e perder-se-á o vinho juntamente com os odres. Mas o vinho novo deita-se em odres novos.» Tenho a certeza de que Bento Caraça, apesar de comunista, laico e republicano, não se importaria de subscrever estas palavras do evangelista... O vinho novo é a nova ideia que virá a tomar o lugar da antiga, o odre novo é a consciência em que essa ideia se vai formando e que do mesmo passo é formada por ela. Quando «os interesses egoístas dos dirigentes se sobrepõem aos interesses gerais», diz Caraça, «dá-se um anquilosamento da classe dirigente; a doutrina ou teoria, em cujo nome antes lutara e vencera, perde o seu carácter revolucionário, torna-se, primeiro, conservadora, e mais tarde, quando os antagonismos são flagrantes e se trava a luta, reaccionária». São sábias palavras, estas. Quanto sofrimento físico, quanta dor moral, quantos desalentos e frustrações se teriam evitado se as tivéssemos recordado em alguns momentos da nossa história recente!... É que se é certo que as ideias, por serem ou para serem novas, não têm de aparecer necessariamente como contrárias ou inimigas das antigas, também as próprias ideias antigas deveriam ser capazes de gerar, a tempo, no seu interior, a semente do novo que lhes sustentaria a vida e prolongaria o espírito. É talvez uma questão de cultura, essa que para Bento de Jesus Caraça constituía o problema central do seu tempo, e, provavelmente com mais razão ainda, digo, do nosso. (...)

(*) Saramago refere-se ao encontro, em Valência, de intelectuais, celebrando os cinquenta anos então passados sobre o Congresso de Escritores Antifascistas em Defesa da Cultura, realizado em 1937.

Palavras e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

A dignidade de resistir em Cuba

Nunca foi tão importante travar os efeitos nefastos do bloqueio – verdadeiramente monstruoso – com que os Estados Unidos pretendem aniquilar a experiência de socialismo que, ao longo de quase quatro décadas, Cuba tem vindo a levar à prática, com sucessivas correcções e em circunstâncias particularmente difíceis após o desmoronamento da União Soviética.

Oito dias vividos na Havana, integrado numa delegação cultural portuguesa e com a ajuda preciosa do meu irmão Miguel Urbano ali residente, permitiram-me, através de contactos com intelectuais cubanos e assistindo permanentemente ao espectáculo de rua, ao pulsar da cidade a um novo ritmo, dar-me conta do que continua sendo Cuba, do que a defende do descabro económico e do que nela está a mudar para bem e para mal.

Fascinante é a capacidade de adaptação dos cubanos às dificuldades, na rápida e inven-

tiva criação de pequenas indústrias, no desenvolvimento do artesanato, na forma como se improvisam peças de máquinas, de automóveis, de quaisquer utensílios domésticos. O desanrascano ajudou-os a sobreviver, nos momentos piores de 1982, 83, em que até a electricidade desapareceu, mas a esperança teimosa não se apagou nos corações (e continuava-se a dançar a rumba).



Fábrica de Tabaco, perto da *Bodeguita*, ao pé dos formosos e arrogantes palácios dos conquistadores de outrora, ou da pesada massa da Catedral e da fabulosa *Plaza de Armas*, onde o plateresco e o barroco se defrontam e o próprio solo é feito de grandes tacos de madeira. Há que segurar bem a carteira, porque o roubo de esticção e outras astúcias congêneres já ali pululam, embora não haja ainda assaltos à mão armada e crimes de sangue com nas demais grandes cidades da América Latina.

É delicioso tomar um *daiquirri* cheio de rum e de gelo ou um simples *mojito* nestas paragens, embora se seja assediado pelos espertalhões que querem vender sempre alguma coisa a alguém.

Esta face de Havana tem o seu reverso (e é imprescindível, mas não assim tão fácil, conhecê-lo): o mundo discreto dos que trabalham serenos e conscientemente nas suas profissões, dando sempre o seu melhor e que, simples funcionários ou sociólogos, economistas, cineastas, gestores, poderiam muito deles gozar a fartura dos privilegiados numa Universidade ou numa multinacional de qualquer outro país da América Latina (não lhes faltam convites), mas preferem dar ali tudo por tudo por Cuba e pelo projecto socialista.

São jovens ou homens e mulheres da casa dos quarenta, cinquenta anos, que mourejam, vivem apaixonadamente as suas profissões, as suas criações, o seu prazer e por vezes produzem teoria em revistas excelentes, num país cercado, muito mais livre do que na Europa se supõe, onde há diálogo, participação veemente e discussão a todos os níveis no interior das estruturas sociais, da cultura à indústria, à agricultura.

Seriam tantos os nomes a citar que prefiro ater-me a esta simples menção, a de que uma geração de grande capacidade intelectual e

técnica existe em Cuba, motivada (pode parecer incrível) quase só por estímulos morais, aqueles que tão caros eram ao Che Guevara e em que por cá pouca gente acredita.

Mas como os estímulos materiais são também necessários – e por vezes imprescindíveis – unamos esforços todos os que amamos Cuba e o socialismo e lutemos, com todas as armas da inteligência e da persuasão, para pôr fim ao bloqueio americano, pois esta sociedade, que vai avançando para o futuro sobre o gume, a lâmina cortante, do ódio e da prepotência, esta seriamente ameaçada.

Nisto pensava eu – e continuo a pensar – quando, na praia de Guanabo, do lado leste da ilha, surgiu de manhã, para nós portugueses solidários com Cuba, um piquenique à beira-mar, com uma mesa comprida cheia de frutas, alguns queijos, presunto, sumos e *mojitos*, e houve guitarras, canções (até baladas do Zeca Afonso), rumba e amizade.

Era sábado, com sol entre aguaceiros, a água estava a 27°, as ondas eram altas, tónicas, bravas, e surgia quem as rompesse.

O dia, como uma grande ave de luz, espalhava as suas plumas sensuais sobre a nossa alegria. Alguém cantava: “*Hasta siempre, Comandante*”.

Eng. Guterres, foi você que pediu esta “AD”?

■ Carlos Gonçalves

Não constitui novidade que esta putativa “AD”, dita “Alternativa Democrática”, pese embora toda a chifrineira mediática e a “passerelle” de tias e barões dos respectivos congressos, foi posta a andar, já lá vão uns meses, numa OPV (oferta pública de venda) do PP ao PSD, acertada entre Paulo Portas e Marcelo Rebelo de Sousa. Novidade é constatar que esta coisa parece estar a servir sobretudo ao PS/Guterres.

O PSD minguava e o PP sofria de raquitismo crónico. O Governo PS não tem deixado às forças à sua direita muito espaço para se fazerem notar.

Entre amores e desgostos do triângulo promíscuo em que têm vivido com o PS no Governo, as rúbricas de faca e alguidar e as cenas de ciúmes com que PSD e PP se arranhavam, só serviam para agravar as suas mazelas.

PSD e PP precisavam desesperadamente de um facto político, uma qualquer novidade uma esperança, mesmo vaga, de voltar ao poder, de recolocar as respectivas clientelas à molhada nos tachos, de distribuir de novo orçamentos e fundos comunitários por filhos e enteados.

Ei-los então, MRS e PPortas, negociando o dote – dezasseis deputados que em votos se calhar nem metade valem, aprazando para mais tarde o anúncio público do contrato-promessa de casamento por interesse, num noivado requentado, sem namoro nem romance, reprise duma novela de cordel, cheia de casa e separa, volta a casar e torna a descasar.

Ficou tudo decidido entre os dois mandantes. Os Congressos, em ambos os casos, pouco mais foram que pró-forma e encenação para garantir audiências televisivas, que a telecracia tem exigências incontornáveis.

No conciliábulo do PP, Nogueira Pinto foi apenas a “megeira” de serviço, o pretexto para que PPortas fizesse de herói salvador quase no último minuto.

No Congresso do PSD, por muito que a política-espectáculo exigisse e encenasse, a “suspense” teve sempre um gosto artificial de “pudim de pacote”.

Tudo correu conforme o “guião”, até ao pormenor do “voto electrónico” ter assegurado os 2/3 mais um de votos expressos – e registe-se que ninguém esclareceu as desconfinças no software que se ouviram entredentes.

Durão Barroso começou por fazer-se desentendido quanto à “AD”, inscrita na moção de MRS desde 28 de Janeiro, e acabou em mera gestão do distanciamento para uma próxima oportunidade. Aliás, houve um momento em que quase pediu desculpa por não ter perdido o avião dos States.

Santana Lopes por pouco nem ganhava o “cachet” da viagem a Tavira, foi precisa criatividade para, sem ninguém lha pedir,

“fazer a ponte” entre uma posição e uma não posição.

MRS teve o que lhe foi preparado pelo marketing político e que, há meses, se sabia ser o seu objectivo. Teve a “AD” e teve a farsa da liderança reforçada e serena de um “verdadeiro” candidato a Primeiro-Ministro.

E afinal a quem serve esta hipótese de “AD”? Como dizia Carlos Carvalhas, onde estão “... as terríveis divergências de fundo que têm com o PS e quais são as grandes propostas que os diferenciam das linhas essenciais da política que o PS tem praticado no Governo”?

Parece claro que, diferentemente da primitiva versão “sá-carneirista”, esta prometida “AD” não comporta um projecto de rotura pela direita, mas antes a substituição dos “rótulos” e das “caras” para executar no essencial as mesmas políticas.

A “direita dos interesses” está com o Governo PS e aí estão as suas políticas neoliberais e os seus lucros.

Esta presumível “AD”, até ver, nada soma aos votos da direita. É um projecto de poder a prazo, talvez mais para o sucessor de MRS do que para o próprio.

A quem aproveita, naturalmente, é ao PP, salvo do naufrágio in extremis e, perversamente ou talvez não, aproveita ao PS de Guterres.

Deu ao Governo PS o biombo da acrescenda algazarra pseudo-oposicionista, para esconder a convergência real das suas políticas com o PSD e o PP.

Deu a Guterres o alibi do “perigo da direita” para pedir votos de esquerda e fazer políticas ainda mais a direita com rótulo PS – é só ver o elogio da “dimensão” dos grupos económicos.

Deu-lhe o pretexto para se lançar desde já em campanha eleitoral e, como “por acaso”, deixar escapar à sua “candidatura a Primeiro-Ministro”, enquanto o aparelho do PS/Governo está já a funcionar para as eleições.

E ainda lhe serviu de motivo para uma manobra de contra-informação e de recusa de uma “coligação” com o PCP, que ninguém propôs, e, por acréscimo, de demarcação das comemorações do 25 de Abril.

De facto, esta putativa “AD”, até ver, a quem serviu às mil maravilhas foi aos desígnios do PS/Guterres.

Francamente, não sei bem se não é de desconfiar.



EM FOCO

T R I B U N A

Assim vai a «Democracia» na Rússia...

Finalmente, os deputados da Câmara Baixa do Parlamento russo (a DUMA) aceitaram, à 3ª volta, a investidura, por voto secreto, do novo primeiro-ministro russo. Os comunistas russos mantiveram a sua posição oficial que não foi, no entanto, suficiente para evitar a consagração, como primeiro-ministro, de Serguei Kirienko.



■ Lino de Carvalho

Muitos episódios (alguns até anedóticos) rodearam todo este processo. O último dos quais, segundo consta, é o facto do novo primeiro-ministro e os fortes interesses económicos internacionais que o apoiam terem oferecido 10.000 dólares (cerca de 1.800 contos) a cada deputado que apoiasse a opção pelo sistema de voto secreto para a 3ª volta porque, por este método, a confirmação de Kirienko estaria mais próxima de ser garantida. Por mim, não tenho condições para confirmar este episódio mas a verdade é que, após a votação nominal e aberta na segunda volta, a maioria dos deputados da Duma russa decidiu que a terceira volta fosse mesmo por voto secreto e o facto é que Kirienko foi confirmado como Pprimeiro-ministro de acordo com a vontade do tzar Boris.

Este episódio telenovelesco e muitos outros que rodearam este caso – como a promessa de Ieltsin, em público e na televisão, de aumentar os vencimentos dos deputados da Duma ou as notícias sobre os riscos de perdas de mordomias em caso de dissolução do parlamento russo – marcaram este processo, a par de outras ponderações mais sérias e complexas como a forte possibilidade de um “golpe” de Ieltsin e dos que o suportam no caso da candidatura de Kirienko ser definitivamente rejeitada pela Duma, criando ainda mais dificuldades à luta de todas as forças progressistas que se opõem à gravíssima situação política, económica e social que atravessa, hoje, a Rússia e buscam uma solução alternativa.

Mas todo este processo somado a múltiplas outras informações que nos vão chegando sobre o estado das coisas nos antigos países socialistas não deve passar à margem do debate político como episódios mais ou menos tristemente humorísticos ou jornalísticos. Bem pelo contrário. A informação já disponível e acumulada sobre a situação na Rússia e noutros antigos estados socialistas deve ser transformada num instrumento do nosso combate político e ideológico.

No XIII Congresso (extraordinário) do PCP fizemos – e bem – uma análise, sofrida

obviamente, mas séria e teoricamente consistente, sobre os acontecimentos que levaram à derrocada das experiências socialistas a Leste. Apontámos cinco causas fundamentais que se mantêm, hoje, no essencial correctas: a crescente degradação do carácter popular do poder; as graves limitações que a democracia política sofreu “não apenas no que respeita ao exercí-



cio do poder, mas no que respeita a liberdades e direitos dos cidadãos, à democraticidade das eleições, ao direito de associação, ao direito de informação, ao respeito pelo valor e intervenção do indivíduo, à afirmação da opinião diversificada”; a centralização excessiva da propriedade estatal, da planificação, das unidades económicas e de gestão não “considerando o papel do mercado na economia”; a instalação de um sistema de centralismo burocrático no Partido Comunista abafando-se a sua vida democrática interna, adoptando-se um sistema de imposição administrativa das decisões, enfraquecendo-se o trabalho colectivo e também a confusão e fusão que se estabeleceu entre as funções e estruturas do Partido e do Estado e, por fim, a dogmatização e instrumentalização da teoria marxista-leninista.

O XIII Congresso (extraordinário) do PCP foi, sem dúvida, um congresso que marca a história do PCP: pelo momento em que se realizou (Maio.1990) ainda a “quente” sobre os acontecimentos a Leste; pelas teses que desenvolveu sobre um tão gigantesco e complexo problema que abalou as mais profundas convicções de muitos e muitos comunistas; pelo seu inestimável papel na salvaguarda, no essencial, da unidade e mobilização do Partido num momento tão difícil. Entretanto, já lá vão oito anos após o Congresso, quase nove após o desaparecimento da RDA e seis após os acontecimentos de Agosto de 1991 em Moscovo. Sofremos, ao longo deste período, toda a sorte de acusações e de penalizações (no plano social e eleitoral) em consequência dos acontecimentos a Leste. Já percorremos a nossa via sacra. E já afirmámos (mesmo antes da derrocada do socialismo) o projecto de democracia política, económica, social e cultural que defendemos para Portugal.

É, pois, tempo, neste terreno, de passarmos também à ofensiva. E compararmos a democracia, o bem-estar, a montra, apregoada e prometida aos milhões de cidadãos dos antigos países socialistas com a triste realidade actual.

Henri Alleg, no seu livro “O Grande Salto Atrás”, já contribuiu com muita informação e material de reflexão. Como afirma no seu livro a verdade “é que uma oligarquia criminoso se apoderou, efectivamente, das riquezas e da direcção do país”. Entretanto mais informação tem sido divulgada numa perspectiva, aliás, bastante estimulante do ponto de vista da aná-

meiro-ministro Viktor Tchernomyrdine (actualmente pré-candidato à sucessão de Ieltsin nas próximas presidenciais) é o “patrão” da Gazprom, que detêm o monopólio da exploração do gás natural na Rússia e em muitos dos antigos países da ex-URSS, estando hoje – após os breves anos em que esteve à frente do Governo russo – situado entre os 18 homens mais ricos do planeta!!!

Entretanto, o grosso dos rendimentos resultantes desta pilhagem do património público estão, como não podia deixar de ser, depositados ou investidos a partir do sistema financeiro capitalista. A Suíça é, em valores absolutos e com

base em dados de 1997, o primeiro investidor estrangeiro na Rússia. É que “à medida que a economia criminalizada se estabiliza os capitais da corrupção, da pilhagem, da extorsão, voltam à Rússia. Sob identidade suíça, evidentemente”. Como afirma Ziegler, “a Rússia de hoje é um caos social organizado segundo a racionalidade predominante dos cartéis da criminalidade transnacional”.

Enquanto isto, 85% da população (qualquer coisa como mais de 120 milhões de pessoas) vive abaixo do nível de pobreza e afunda-se na miséria. Os mais horrorosamente imolados a esta empolgante “democracia do capital” são os reformados. O consumo de produtos alimentares baixou cinco vezes nos últimos 7 anos. A liquidação do sistema público de saúde e a progressão da miséria, da doença e da toxicodpendência estão a transportar a Rússia para os primeiros lugares da degradação das condições sanitárias no mundo. O alastramento da Sida, por exemplo, atinge proporções gigantescas. Se em 1994 só haveria, oficialmente, 158 casos de seropositivos, hoje, esse número, de acordo com um relatório da ONU, subiu a mais de 40.000 pessoas infectadas. A extraordinária degradação da situação social é particularmente dramática para as mulheres. Por exemplo, o crime organizado, mantém em Kiev, São Petersburgo, Alma-Ata, Tashkent e muitos outros lugares as chamadas “agências de manequim” ou “agências de recrutamento de jovens dançarinas”. Não suportando mais a miséria em que vivem, milhares de jovens respondem aos anúncios e são, depois, encaminhadas para os bordéis de Berlim, Paris, Zurique ou Londres. A Interpol calcula em mais de um milhão o número de jovens lançadas assim no mundo da prostituição, da pornografia ou, simplesmente, nos “salões de massagens”. É a versão, no final do Século XX, de um novo e gigantesco tráfico de escravos.

O crime organizado não se limita à Rússia e aos ex-países socialistas. Estende-se por todos os continentes e aplica e reproduz o fruto desta colossal extorsão do património e das pessoas nos múltiplos circuitos do capitalismo financeiro, da especulação e do branqueamento de capitais. Senta-se à mesa do G-7. Faz parte do organigrama do sistema mundial capitalista.

Esta foi a “democracia” oferecida aos povos de leste. Esta é a “democracia” oferecida ao mundo. Em nome do combate político e ideológico e da solidariedade devida aos que mais sofrem, devemos empenharmo-nos mais nesta batalha, oferecendo, em alternativa, o projecto de democracia avançada que queremos e temos para Portugal e para o mundo. Uma democracia infinitamente superior à do sistema capitalista.



Mais um crash...

Num só dia, os investidores da Bolsa de Lisboa perderam esta semana qualquer coisa como 740 milhões de contos. Tudo porque o *Wall Street Journal* se lembrou de dizer que a Reserva Federal dos EUA se está a preparar para agravar as taxas de juro. O boato, é claro, fez tremer todas as bolsas, mas a portuguesa foi a que mais se ressentiu, na Europa. E porquê? É muito simples: porque a Bolsa portuguesa é pequena, tem pouca liquidez e está excessivamente dependente dos investidores estrangeiros. O resultado está à vista: até as «estrelas» do momento na especulação bolsista nacional - A Portugal Telecom e a EDP - tiveram quebras de mais de 5%, com esta última a ver mais de 900 mil acções a mudar de mãos. Se um pequeno abano faz desaparecer 740 milhões de contos de um momento para o outro na Bolsa portuguesa, o que acontecerá em Portugal com um terramoto dos antigos, como o que aconteceu no célebre *crash* de 1928?

Voltou a moda do «reaccionário»...

Primeiro foi Marcelo Rebelo de Sousa, com o seu curioso

PONTOS CARDEAIS

ataque ao PS ao apelidá-lo, em pleno congresso do PSD, de «ter o Governo mais reaccionário que houve em Portugal desde o 25 de Abril». Isto vindo do novo chefe de um partido que conduziu o grosso do reaccionarismo na governação portuguesa durante 10 anos seguidos, é coisa de assombro. É verdade que o actual Governo PS tem prosseguido, com diligência e empenho, a generalidade da política reaccionária herdada dos Executivos do PSD, mas acusar assim o PS e esquecer as responsabilidades próprias, só mesmo do professor Marcelo.

Mas a coisa não ficou para aqui. Agora foi um dirigente socialista, Mesquita Machado, presidente da Câmara Municipal de Braga, que não esteve com meias medidas e chamou reaccionário a Mário Soares, no que toca à posição que este assumiu recentemente contra a regionalização. «Prezo muito o doutor Mário Soares», disse Mesquita, «mas não compreendo que venha dizer que a eleição dos dirigentes regionais pode trazer problemas reivindicativos», posto o que qualificou de «reaccionária» a posição agora assumida por Mário Soares, ao mesmo tempo que

afirmava não compreender «como é que Mário Soares, quando era líder do PS - tal como aconteceu com a então AD -, defendia a regionalização e por que é que inscreveu a criação de regiões como meta a atingir quando escreveu o programa da campanha presidencial». Parece que chegou a moda de chamar reaccionário ao PS. Por que será?

Mais um milhão para o ensino privado

Iniciou esta semana funções um novo organismo criado pelo Ministério da Educação e previsto na Lei do Financiamento. Chama-se esse serviço Fundo de Apoio ao Estudante (FAE) e o primeiro relambório da sua comissão instaladora garantiu, logo à cabeça, que a «grande prioridade» deste novo organismo vai ser «a equidade» da acção social escolar no ensino superior. Como? Suas excelências explicaram: «o objectivo é conseguir atribuir bolsas à totalidade dos candidatos do ensino privado que satisfazem os requisitos, já no próximo ano», o que implica um aumento de «4 por cento»,

qualquer coisa como mais de um milhão de contos, que fará subir as verbas disponibilizadas para as bolsas do privado dos 2,7 milhões de contos deste ano para 3,8 milhões de contos no próximo ano lectivo. Ou seja: o Governo prepara-se, calmamente, para dar ao ensino privado para cima de um milhão de contos mais, desta vez a coberto das bolsas de estudo aos alunos. E as bolsas de estudo para o Ensino Superior público? E o reforço das verbas para as residências universitárias públicas? Para aí já não há, por parte desta comissão, deste Ministério e deste Governo, a «grande prioridade» da «equidade na acção social escolar no ensino superior»...

Nova ponte sem novidades

Segundo dados fornecidos pela Lusoponte, a utilização da nova ponte Vasco da Gama, no Estuário do Tejo, está a «ultrapassar as expectativas». Todavia, analisados os pormenores, verifica-se que apenas atravessam a nova estrutura 22 mil veículos por dia e em média, sendo que a maioria utiliza o sentido Norte-Sul - que não paga portagem. Acresce que uma boa parte deste tráfego se regista aos fins-de-semana, o que indicia que ainda se está na fase da curiosidade, enquanto os concelhos directamente atingidos - Alcochete, Montijo e Moita - só falam de desvantagens como o aumento do trânsito e não vislumbram compensações. Quanto ao trânsito na Ponte 25 de Abril, os responsáveis da Lusoponte «ainda não sabem» se diminuiu desde que abriu a Vasco da Gama. Não sabem?! Então por que não experimentam atravessá-la? Vão ver que percebem logo que não mudou nada, e a nenhuma hora do dia: continua tudo calmamente engarrafado - e nos dois sentidos...

As alegrias do PP

Remoçado pelo novo fôlego que Marcelo Rebelo de Sousa emprestou ao seu atarantado definhamento, o PP de Paulo Portas já se mexe como «grande parceiro» da duvidosa coligação. Ele são propostas de «acção concreta e imediata», ele são «sugestões» para tudo e mais alguma coisa, enfim, parece o apanha-bolas que já se sente um grande futebolista só porque vai buscar o esférico que os atletas lançam para fora. Agora até a nível autárquico o PP propõe coisas, como a de influenciar as Câmaras do PSD a baixarem a taxa autárquica. Estejamos atentos. A coisa promete divertimento a rodos.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Primeiro de Maio

Aqui há fantasma!

Dizem alguns que a História já morreu. A verdade é que nunca no jornal eu vi anunciado o funeral. Se o houve, por isso ninguém deu.

Dizem eles que só o Capital existe, e que o trabalhador plebeu é hoje só uma peça de museu, que já não há nenhum, etc. e tal.

Mas quem lhes deu a água, o leite, o pão? E quem lhes fez as casas onde estão? Quem os vestiu, calçou, lhes pôs a mesa?

Quem lhes fez o café, o bolo, o chá? Como trabalhadores já não há pois foi algum fantasma, com certeza.

A verdade continua

Não existem? Está bem. Mas se o conflito estalar, se pararem os camiões se nos carris ficarem os vagões então vai ser o bom e o bonito...

Imaginemos esta gravidade: durante um mês faz-se uma greve ao lixo para viver melhor, não por capricho. Como é que sobrevive uma cidade?

Não imagino falsos temporais. Tão fácil de entender, então não é? Porque quem diz que já não há maré sabe só fazer lixo, nada mais.

Uma verdade continua a ser: sem o trabalho nada pode haver.



Continuamos

O Primeiro de Maio não deixamos que nos retirem. Santa Paciência! Os nossos braços vão, com toda a ciência, espalhar sobre a Terra os grandes ramos.

Connosco vão os que nós mais amamos pois morrer, para nós, não é ausência. A um elo outro se junta, na cadência para a internacional terra sem amos.

Os senhores do mundo somos nós. Ninguém pode abafar a nossa voz. Ao longo do caminho por mais duro

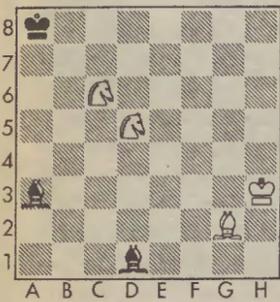
nunca nenhuns combates foram vão. Continuamos levando em nossas mãos a certeza vermelha do futuro.

XADREZ

DCLV - 30 DE ABRIL DE 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998X18

Por: Henri Rinck
«Basler Nachrichten», 1926

Pr.: [3]: Bs. a3, d1 - Ra8
Br.: [4]: Cs. c6, d5 - Bg2 - Rh3



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998X18 [H.R.]

1. Cç3!, Bh5; 2. Rh4, Bc8; 3. Cb5, Ba~; 4. Cç7+, Rb7; 5. C:c8 e ganha.

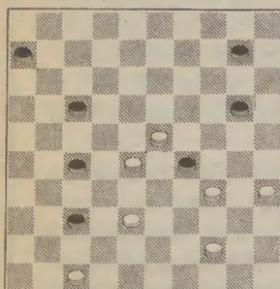
A. de M. M.

DAMAS

DCLV - 30 DE ABRIL DE 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998D18

Por: Pierre Garlopeau
«Au Coeur du Problème», França, s/d

Pr.: [7]: 6-10-17-20-27-29-37
Br.: [7]: 23-28-34-35-38-44-47



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998D18 [P.G.]

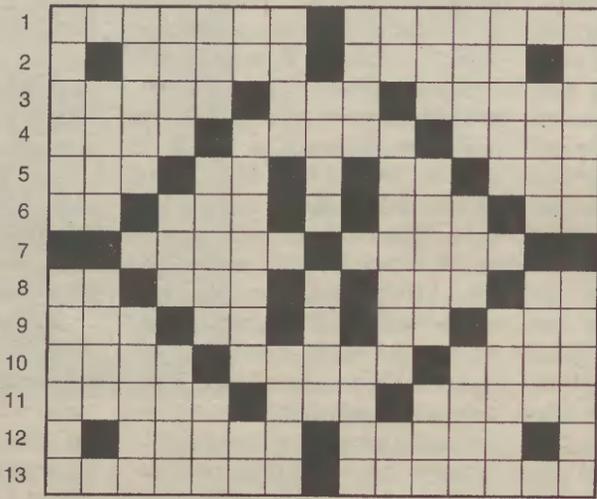
1. 34-30! (29x18); 2. 47-41, (37x46=D); 3. 30-24, (46x30); 4. 35x44=D, (27-32*); 5. 4x11, (32x43)*; 6. 44-36; 7. 39x48 e por oposição.

6..... (43x34); 7. 11-44 e +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Roupão comprido com mangas longas e capuz, usado pelos habitantes do Norte da África (pl.); regulas. 2 - Impedimento; limpei com água. 3 - Inflamação dolorosa da pele, caracterizada por erupções vesiculares localizadas (pl.); satélite da Terra; provida de asas. 4 - Encolerizam; anda com velocidade; lavar. 5 - Ofereces; nome da décima sétima letra do alfabeto grego; Selénio (s.q.); mulher que cria uma criança de outrem. 6 - Atmosfera; prep. indicativa de carência ou ausência; manifestação do apetite sexual, nos animais, nas épocas próprias da reprodução; carta de jogar. 7 - Guisados de carne (bras.); dispendiosos. 8 - Actínio (s.q.); ilha inglesa no mar da Irlanda; nota musical (pl.); Telúrio (s.q.). 9 - Pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico, em versos octossilábicos; Rádio (s.q.); campeão; interj. imitativa de um ruído produzido por um objecto que cai ou déflagra. 10 - Menciona um texto; tirar com violência; alimento delicioso (fig.). 11 - Lugar de contentas; interj. de dor (pl.); comunicação estreita entre dois mares. 12 - Triturar com os dentes; repete. 13 - Sacrificara matando; dirigiram-se (fig.).

VERTICAIS: 1 - Concentração natural de minério (geol.); substância capaz de reagir com ácidos de forma análoga à dos hidróxidos de sódio e de potássio. 2 - Proferir orações; tombar. 3 - Tecido grosso e forte de que se fazem as velas dos navios (pl.); torno a fazer; guardanetec de abas; o tío americano; anual. 5 - Interj. outra vez; banhar com água (as plantas); fruto da ateira. 6 - Antes de Cristo (abrev.); subdivisão territorial de França, correspondente ao concelho em Portugal (pl.); aparência. 7 - Sinete ou carimbo empregado para autenticar documentos; fama (fig.). 8 - Vaso ou caixa, de forma especial, onde se recolhem os votos de um escrutínio ou os números de uma rifa; ente imaginário que, segundo a superstição, percorre de noite os brejos sob a forma de um pretinho que usa barrete vermelho (bras.). 9 - Elevar; empunhar. 10 - Neste momento; subir; a tua pessoa. 11 - Bago da videira; lugar onde se secam os cereais (pl.); dez vezes dez. 12 - Assento acolchoado onde o cavaleiro se senta; o sono dos meninos (pl.); lebre-das-pampas. 13 - Mitra com três coroaes que o papa usa em certas cerimónias; cobrir com pão ralado. 14 - Mulher nobre; grupo musical de estudantes que se desloca para concertos. 15 - Sementeiras; guardam na mala.

11 - Uva; enus; cern. 12 - Selar; ócs; mar. 13 - Tiar; panar. 14 - Dama; tuna. 15 - Sear; cern; emalm. rger; ata. 6 - A.C.; comuns; ar. 7 - Selor; aura. 8 - Uma; sac. 9 - Alar; asir. 10 - Já; escal; tu. 11 - Uva; enus; cern. 12 - Selar; ócs; mar. 13 - Tiar; panar. 14 - Dama; tuna. 15 - Sear; cern; emalm. lara; rumaram.

HORIZONTAIS: 1 - Jazida; idel. 2 - Orç; cum. 3 - Lona; hro. 4 - Abum. 5 - Bis. 6 - Lá; rumaram. 7 - Lá; rumaram. 8 - Lá; rumaram. 9 - Lá; rumaram. 10 - Lá; rumaram. 11 - Lá; rumaram. 12 - Lá; rumaram. 13 - Lá; rumaram. 14 - Lá; rumaram. 15 - Lá; rumaram.

SOLUÇÕES

AGENDA

PELA ESQUERDA É QUE LÃ VAMOS!

PCP 25 ABRIL '98

Plenários de células e outras organizações do PCP

Amadora

Brandoa - Plenário de militantes da freguesia: hoje, dia 30, às 20h30, no Centro de Trabalho da Brandoa.

Évora

Plenários de militantes, preparatórios da IV Assembleia da Organização Concelhia de Évora, a realizar em 23 de Maio: do Sector Serviços - dia 6 às 21h, no CT; da Freguesia de Babelo - dia 7 às 21h, no Restaurante "O Parreira"; de Canaviais - dia 7 às 21h, na Junta de Freguesia; de Valverde - dia 8 às 21h; de Vendinha - dia 8 às 21h; das Freguesias do Centro Histórico - dia 9 às 15h, no Centro de Trabalho; de Nossa Senhora de Machede - dia 9 às 16h, na Casa do Povo; de S. Miguel de Machede - dia 10 às 16h.

Lisboa

Plenário de Bancários Reformados: dia 30 de Abril, às 14h30, no CT Vitória.
Reunião do OD do Sector de Serviços: dia 5 de Maio, às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé.
Imprensa Nacional-Casa da Moeda: reunião de camaradas eleitos em estruturas de Trabalhadores: dia 6.
Freguesia da Ajuda - Plenário de militantes do Bairro 2 de Maio: dia 6 às 21h30, no Centro de Trabalho 2 de Maio (Rua Armando Lucena, Lote 47, Loja), sobre os problemas do bairro e a organização do Partido no bairro.



No 1º de Maio

ALMOÇO DO PESCADOR

Dia 3, no CT do PCP da COSTA DE CAPARICA com a presença de CARLOS LUÍS FIGUEIRA

ALMOÇO CONCELHIO DO PCP EM CERCAL DO ALENTEJO

Dia 3, no Cinema do Cercal com a presença de ÁLVARO CUNHAL

ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO DE INTELLECTUAIS EM LISBOA

Dia 1, às 12h30, no restaurante "A Tricana" - Feira Popular

CONVÍVIO DE MILITANTES da CM e SMAS de CASCAIS

Hoje, dia 30, às 16h30, no CT de Cascais

CAFÉ-CONCERTO EM CARNAXIDE

Dia 30, às 21h, no CT do PCP

ALMOÇO 25ABRIL/1ºMAIO

Dia 3, no CT do PCP de ALCABIDECHE

ALMOÇO DAS EMPRESAS DE OEIRAS

Dia 9, no CT do PCP de ALGÉS com a presença de DOMINGOS ABRANTES
(Inscrições até 5 de Maio - Tel. 4115746)

Reunião e jantar de convívio de empresários comunistas do distrito de Lisboa

promovido pela DORL

Segunda-feira, 4, às 20h, no CT Vitória

(Inscrições: CT Vitória / cam. Isaura - Tel./Fax 3562715)



GAIA

À conversa com Emídio Ribeiro:
A actualidade do Ideal
nos 150 anos do Manifesto
Comunista
2 de Maio, às 15h,
CT de V. Nova de Gaia

PÓVOA DE VARZIM

A juventude trabalhadora
- perspectivas de futuro
Debate com Jerónimo de Sousa
Auditório da Escola Secundária
Rocha Peixoto
Hoje, dia 30, às 21h30

Debates

PORTO

A escola pública e o novo regime de gestão e autonomia

- debate promovido pelo Sector Intelectual do Porto com a participação dos professores José Calçada, deputado, Abel Macedo, Manuela Silva: segunda-feira, 4 de Maio, às 21h30, no Hotel Tuela.

LISBOA

As transformações na Administração Pública

- debate promovido pelo Sector da Função Pública da ORL com vista à preparação da Assembleia do sector em 10 de Maio, com a participação de Domingos Abrantes: dia 6, às 18h30, no CT Vitória.

CDU AMADORA

A Coordenadora da CDU da Amadora promove uma reunião para fazer o «Balanço de 100 dias de gestão do PS» da Câmara Municipal da Amadora, com a presença dos vereadores da CDU e dirigentes concelhios do PCP. Hoje, dia 30, às 11h30, no Bar Papalagui, no Parque Central da Amadora.

CDU MATOSINHOS

Realiza-se, no próximo domingo, dia 3, a partir das 10h, uma reunião de apoiantes da CDU da freguesia de Lavra, na Associação de Trabalho Social e Voluntário de Lavra.

FORUM

Droga, branqueamento de capitais em questão

Em debate:

- tráfico de droga e branqueamento de capitais, o seu peso na economia actual;
- o sistema financeiro e o branqueamento
- as conexões com o poder económico e político
- a situação na Europa e em Portugal
- a legislação existente e o grau do seu cumprimento
- estratégias mais eficazes e novas medidas no plano nacional e da Europa

Lisboa - Hotel Metropolitan, R. Soeiro Pereira Gomes / Sala Londres - 7 de Maio, às 14h30

Com intervenção de Carlos Carvalhas

EXCURSÃO A BALEIZÃO

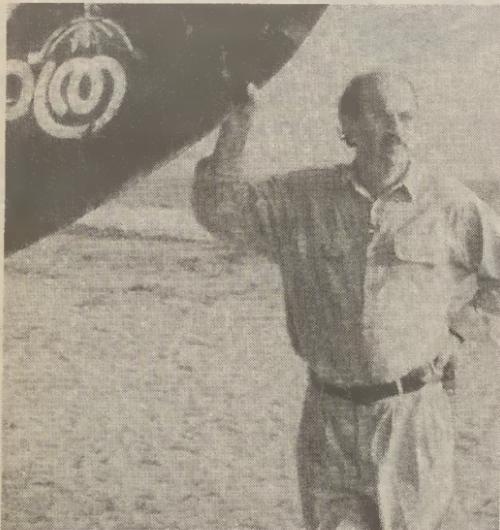
por ocasião da Homenagem a Catarina Eufémia
Domingo, 17 de Maio

(Excursão promovida pela Direcção da Cidade de Lisboa do PCP,
com inscrições nas Organizações e no CT Vitória)

Quinta, 30

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.15 Consultório
- 15.15 Concurso 1, 2, 3
- 17.45 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Teletjornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.00 As Lições do Toncecas
- 21.35 Terra Mãe



Brandão Lucas "roubado" à RTP pela SIC, que transmite à quarta-feira "A Grande Viagem"

- 22.30 Grande Entrevista
- 00.20 24 Horas
- 01.20 Especial Musical - «Prodigy»

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Caderno Diário
- 18.40 Saber É Poder
- 19.40 Hugo
- 20.35 Musical: Brian Adams
- 21.05 Cidade Louca
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Frankie e Johnny

SIC

- 08.10 Buêré
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Fátima Lopes
- 11.45 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vidas Cruzadas
- 15.50 Buêré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 Anjo Mau
- 22.00 Ai os Homens
- 23.15 Esta Semana
- 00.20 Último Jornal
- 00.45 Flash
- 02.00 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.35 O Jogo da Vida
- 17.20 S.O.S. Urgências
- 18.10 Edição Especial
- 19.05 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Terra: Conflito Final
- 23.00 Os Visitantes da Noite

Sexta, 1

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.20 Consultório
- 15.30 Canções para a Eurovisão 98
- 16.10 Maria do Bairro
- 17.55 Futebol: Marítimo-Belenenses
- 20.00 Teletjornal
- 20.41 Cais do Oriente
- 21.00 Terra Mãe



Músicas da RTP 2

- 22.00 Concurso 1, 2, 3
- 24.00 24 Horas
- 01.00 Máquinas
- 01.35 O Rasto do Gang
- 20.35 Musical: Eric Clapton
- 21.05 Quem Sabe, Sabe...
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Contra Tudo

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Caderno Diário
- 19.10 O Jardim da Celeste
- 19.40 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.35 Musical: Eric Clapton
- 21.05 Quem Sabe, Sabe...
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Contra Tudo
- 00.30 Falatório
- 01.30 Charlie Grace Investiga

SIC

- 08.10 Buêré
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Fátima Lopes
- 11.45 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vidas Cruzadas
- 15.50 Buêré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 Bom Baião
- 21.20 Anjo Mau
- 22.20 Ponto de Encontro
- 23.30 Donos da Bola
- 02.00 Último Jornal
- 02.40 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 15.50 O Jogo da Vida
- 17.20 S.O.S. Urgências
- 18.10 O Círculo de Ferro
- 19.05 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pretender
- 23.00 A Esquadra de Brooklyn
- 24.00 A Espia

Sábado, 2

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 12.15 Companhia dos Animais
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top+
- 15.00 Simpsons
- 15.35 Canções para a Eurovisão 98
- 16.30 Calamity Jones, Heroína do Oeste (I)
- 18.10 Jet 7
- 18.50 Há Horas Felizes
- 20.00 Teletjornal
- 20.50 Cais do Oriente
- 21.20 Nós, os Ricos
- 22.00 Serviço de Urgência
- 23.00 24 Horas
- 23.55 Drama de Uma Atriz

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Música Maestro - Gala James Levine (III)
- 12.55 Horizontes Selvagens
- 13.30 Dinheiro Vivo



O velho MacGyver é agora herói numa série de ficção científica, "Stargate"

- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 18.30 Festival Pop (Baden-Baden)
- 19.30 O Mundo da Noite
- 20.15 Jogo do Alfabeto
- 21.00 Onda Curta
- 22.35 O Lugar da História
- 23.25 Como Água para Chocolate
- 01.05 A Ciência do Sexo

SIC

- 08.00 Buêré
- 11.30 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.45 Imagens Reais
- 14.10 Norte e Sul
- 16.00 Xena, a Princesa Guerreira
- 17.00 Walker
- 18.00 Esquadrão Lunar
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Mundo VIP
- 21.25 Corpo Dourado
- 22.25 Big Show Sic
- 01.30 Último Jornal
- 01.55 Céu Azul

TVI

- 10.00 Animação
- 12.40 Gémeos
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.00 Feed Back
- 15.55 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
- 16.50 Danielle Steel - Mensagem do Vietnam
- 18.30 F/X: Efeitos Mortais
- 19.30 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 Vidas em Fuga
- 01.00 Dança Fatal
- 01.55 Céu Azul

Domingo, 3

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 14.50 Kung Fu
- 16.00 Calamity Jones, Heroína do Oeste (II)
- 17.50 Casa Cheia
- 18.30 Riscos
- 19.25 Domingo Desportivo
- 20.00 Teletjornal
- 20.50 Cais do Oriente
- 21.00 Major Alvega
- 21.45 Assalto à Televisão
- 23.15 Domingo Desportivo
- 00.30 24 Horas
- 01.10 Nos Limites do Terror

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.20 Sobrevivência
- 12.00 Sinais do Tempo
- 13.05 O Povo das Ilhas
- 13.30 Jornal d'África
- 14.00 Desporto 2
- 18.10 Um Adeus Português



James Levine, maestro do MET há 25 anos, em uma homenagem

- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 18.30 Festival Pop (Baden-Baden)
- 19.30 O Mundo da Noite
- 20.15 Jogo do Alfabeto
- 21.00 Onda Curta
- 22.35 O Lugar da História
- 23.25 Como Água para Chocolate
- 01.05 A Ciência do Sexo

SIC

- 08.30 Buêré
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.50 S.O.S.
- 14.15 Príncipe de Bel Air
- 15.30 Stargate



- 16.30 Staying Alive - A Febre Continua
- 18.50 Desporto
- 20.35 Jornal da Noite
- 20.45 Camilo na Prisão
- 21.15 Corpo Dourado
- 22.15 Surprise Show
- 23.45 Van Damme, Implacável
- 02.00 Último Jornal
- 02.25 Gémeos

TVI

- 10.00 Animação
- 10.30 Novos Ventos
- 11.10 Missa
- 13.00 Portugal Português
- 14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
- 15.00 O Céu Como Horizonte
- 15.50 Adultos à Força
- 16.40 Danielle Steel - Mensagem do Vietnam
- 18.30 Nightman
- 19.30 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 Causa Justa
- 23.30 Futebol (Camp. Italiano)

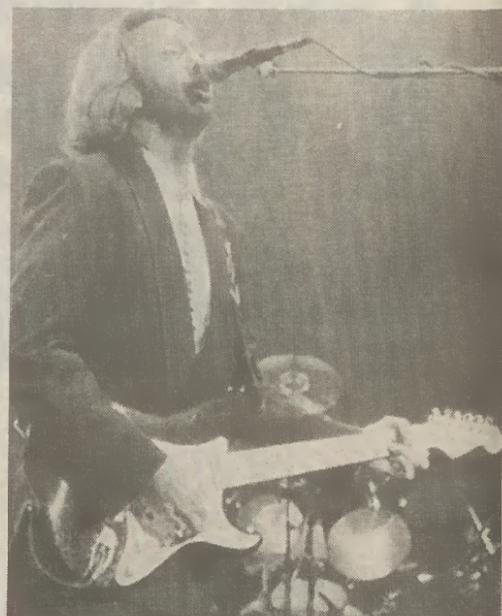
Segunda, 4

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.15 Consultório
- 15.25 A Banqueira do Povo
- 17.45 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Teletjornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.00 Não Há Duas sem Três
- 21.35 Terra Mãe
- 22.30 Programa a Designar
- 24.00 24 Horas
- 00.50 Horizontes da Memória

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Madeira - Artes e Letras
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.45 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.35 Musical - «Gabriel, o Pensador»
- 21.15 Sarilhos com Elas
- 21.40 Remate



Estrelas da pop - esta semana, Eric Clapton, entre outros - agora diariamente na RTP2 à hora do jantar

Terça, 5

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.15 Consultório
- 15.25 A Banqueira do Povo
- 16.30 Made in Portugal
- 17.45 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Teletjornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.00 Solteiros
- 21.35 Terra Mãe
- 22.30 No Intervalo
- 23.05 Millennium
- 24.00 24 Horas
- 01.25 Magazine

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Jogo Falado
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.35 Musical - «Van Hallen»
- 21.05 Ellen
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Smoke - Fumo
- 00.40 Falatório
- 01.40 Desejos Proibidos

SIC

- 08.10 Buêré
- 10.10 Receitas do Dia
- 10.10 Fátima Lopes
- 12.10 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vidas Cruzadas
- 15.50 Buêré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor / Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Médico de Família
- 21.50 Anjo Mau / Por Amor
- 23.20 Fogo Rápido
- 03.15 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.20 Império de Cristal
- 17.20 S.O.S. Urgências
- 18.10 Edição Especial
- 19.05 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Profiler
- 23.00 PSI Factor
- 24.00 Seinfeld
- 00.30 Ponto Final

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Quarta, 6

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.15 Consultório
- 15.25 A Banqueira do Povo
- 16.30 Made in Portugal
- 17.45 Maria do Bairro
- 18.30 País País
- 19.00 Ciclismo
- 19.05 País Regiões
- 19.25 Futebol: Lazio-Inter de Milão
- 21.30 Teletjornal
- 22.15 Cais do Oriente
- 22.30 Terra Mãe
- 23.30 Sete Pecados Mortais
- 02.00 24 Horas
- 02.50 Mentos Perigosas
- 23.45 A Mulher do Homem do Talho
- 24.00 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.35 Musical - «The Corrs»
- 21.05 Os Simpsons
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Histórias de Nova Iorque
- 00.45 Falatório
- 01.45 Musical: «The White Room»

SIC

- 08.10 Buêré
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Fátima Lopes
- 12.10 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.40 Vidas Cruzadas
- 15.45 Buêré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Malucos do Riso
- 21.20 Anjo Mau / Por Amor
- 22.30 Programa do Além
- 23.35 A Grande Viagem
- 00.30 Último Jornal
- 00.55 Conversas Secretas

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.20 Império de Cristal
- 17.20 S.O.S. Urgências
- 18.10 Edição Especial
- 19.05 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Picar o Ponto
- 22.30 Enganada
- 23.00 Profiler
- 24.00 Seinfeld
- 00.50 Seinfeld
- 01.20 Lanterna Mágica
- 02.00 Fora de Jogo

Por isto e por aquilo...

Frankie e Johnny

(Quinta, 22.50, RTP2)

Um homem recentemente libertado da prisão arranja emprego como cozinheiro num restaurante grego e, depois de uma troca de olhos casual, acaba por apaixonar-se por uma das empregadas, a qual tenta afastar qualquer ideia de aproximação amorosa. Aliás, a tónica permanente em todo o filme é a solidão (em alguns casos auto-imposta) das várias personagens principais e secundárias, sendo aqui que reside a sua principal contradição. Embora o realizador tenha querido nitidamente abordar duas personagens «normais como são as pessoas na vida real», o facto é que **Al Pacino** e **Michelle Pfeiffer** não são propriamente figuras insignificantes que passem despercebidas aos olhos do espectador, pelo que são aqui indistigáveis os clamorosos erros de casting, que (proporcionando-nos embora o prazer da representação) prejudicam a verossimilhança da história.

Contra Tudo

(Sexta, 22.50, RTP2)

Uma cabeleireira de Dallas, **Lurene**, grande admiradora de **Jacqueline Kennedy**, leva uma vida insuportável ao lado de um marido que a subjugava e despreza. E quando o casal presidencial visita Dallas, **Lurene** decide arranjar uma estratégia para poder estar bem perto de **John F. Kennedy** à sua chegada ao aeroporto. Mas a tragédia acontece e, após o assassinato do presidente, ela decide ir a Washington para assistir ao funeral. No seu longo trajeto de autocarro, conhece um negro, **Dennis**, e ambos falam agora sobre o racismo e a luta pelos direitos cívicos. Por este pequeno resumo se percebe que estamos perante um filme centrado sobre os problemas da sociedade americana, embora **Jonathan Kaplan**, o realizador, não tenha conseguido completamente fugir a uma sobreposição talvez exagerada de várias histórias e pistas de reflexão, o que claramente tem que ver com insuficiências ao nível da escrita do argumento. Pela sua interpretação, **Michelle Pfeiffer** foi nomeada para o Oscar de Melhor Actriz Feminina em 93.

Como Água para Chocolate

(Sábado, 23.25, RTP2)

Adaptado por **Laura Esquivel** a partir do seu famoso romance homónimo, diz-se que este filme, largamente premiado, se tornou um dos mais triunfantes êxitos da história do cinema mexicano. A história acompanha a trajetória da mais nova de três filhas de uma família conservadora, que decide enfrentar frontalmente as tradições dando largas à sua sensualidade e à sua vontade de independência. *Como Água Para Chocolate* (frase idiomática que, na gíria mexicana, significa um estado de excitação sexual) é a expressão cinematográfica de um certo «realismo mágico» e foi realizado por um talentoso e polivalente actor, bailarino, mimo, produtor e realizador mexicano, **Alfonso Arau**, marido da própria **Laura Esquivel**.

Dança Fatal

(Sábado, 01.00, TVI)

Inspirado em factos verídicos, *Dança Fatal* é a história dramática protagonizada por uma mulher, **Ruth Ellis**, que foi a última condenada à morte em Inglaterra - num processo fortemente contestado pela opinião pública britânica e cujo crescente conduziu à abolição da pena de morte em 1957. Realizado por um cineasta vindo da televisão - **Mike Newell** - o filme, já exibido há anos na RTP 2, foi apresentado com grande êxito na Quinzena dos Realizadores do Festival de Cannes de 1985.

Um Adeus Português

(Domingo, 18.10, RTP2)

Reflexo no quotidiano de uma família portuguesa de uma morte trágica ocorrida na Guerra Colonial, a história que **João Botelho** nos conta neste



Uma fotografia do thriller «Sete Pecados Mortais», de David Fincher

seu segundo filme *Um Adeus Português* é admiravelmente posta em cinema, transmitindo ao espectador toda a dor da memória em relação a um episódio que marcou profundamente essa família. Boas interpretações de **Ruy Furtado**, **Isabel de Castro**, **Fernando Heitor**, **João Perry** e **Henrique Viana**.

Smoke – Fumo

(Terça, 22.50, RTP2)

Trata-se de um dos mais recentes filmes realizados na América por **Wayne Wang**, realizador natural de Hong-Kong mas há muitos anos radicado naquele país. Desta vez, está daqui ausente qualquer temática directa ou indirectamente tocando a comunidade chinesa nos EUA. Pelo contrário, estamos perante um descontraído estudo de personagens que surpreendem como frequentadores habituais de uma loja de tabaco em Brooklyn, naquele que foi o primeiro argumento escrito para o cinema pelo escritor **Paul Auster**. Em primeiro plano, como intérpretes principais, estão dois grandes actores: **Harvey Keitel**, o filosófico dono da tabacaria, e **William Hurt**, na pele de um escritor.

Histórias de Nova Iorque

(Quarta, 22.50, RTP2)

Utilizando o processo tantas vezes usado (às vezes com resultados pouco conseguidos) por exemplo na cinematografia italiana - o filme de sketches - três monstros sagrados do cinema norte-americano (**Martin Scorsese**, **Francis Ford Coppola** e **Woody Allen**) encontram-se reunidos neste filme que nos conta três histórias a cargo de cada um deles. O filminho de **Scorsese**, fabuloso na sua *mise-en-scène* e quase imperceptível montagem, dá-nos a ver um pintor impulsivo e arrebato que só consegue criar no meio do tumulto. **Nick Nolte** tem aqui um dos seus melhores papéis de sempre. **Allen**, como não podia deixar de ser, conta-nos as desventuras freudianas de um advogado judeu que procura casar com uma mulher para escapar (sem sucesso) ao domínio da mãe. No meio está o filme de **Coppola**, o menos feliz dos três, uma história de fantasia que lhe correu mal. Para esquecer.



William Hurt e Harvey Keitel, intérpretes principais de «Smoke – Fumo», de Wayne Wang



Chega ao fim o ciclo dedicado pela RTP 2 a Michelle Pfeiffer

Sete Pecados Mortais

(Quarta, 23.30, RTP1)

O ponto de partida para o argumento deste filme, por mais tenebroso que seja, é ao mesmo tempo um achado. Um detective da polícia em vésperas de se reformar (*déjà vu?*) ajuda um seu jovem colega em início de carreira na investigação de crimes perpetrados por um terrível assassino em série. E descobre-se, então, que o fio condutor que vai ligando todos estes crimes aparentemente dispersos e sem sentido é tão sinistro como isto: o assassino comete-os em função dos sete pecados mortais. Extremamente violento, obsessivo e opressivo, *Sete Pecados Mortais* não é filme passível de agrado geral, configurando até por vezes uma insuportável amostragem das perversões humanas mais repelentes - mas é inegável que estamos perante um objecto cinematográfico, certamente comercial e produto de uma indústria de implacável eficácia, mas fabuloso na sua detalhada e rigorosa construção. Feito este aviso, a decisão de o ver compete exclusivamente ao espectador. O realizador é **David Fincher** (*Alien 3*) e os principais papéis estão a cargo de **Morgan Freeman** e **Brad Pitt**.

CABO & SATELITE

Björk ao vivo

Esta noite, no canal musical **MTV** os admiradores da pequena islandesa **Björk** não podem perdê-la num programa especial transmitido em directo dos estúdios de Londres da estação - isto num momento em que deve estar a chegar por aí o seu terceiro álbum «**Homogenic**». (MTV, Quinta, das 20.30 às 21.30)

Brasil-Argentina em futebol

Os amantes de futebol têm também hoje à noite uma preciosidade imperdível: o amigável Brasil-Argentina em futebol, no Estádio do Maracanã (Rio de Janeiro). Os primeiros são os actuais detentores do título mundial mas os segundos já o conquistaram em 86 no México. (Eurosport, Quinta, das 21.00 às 23.00)

1º de Maio no Cabo

Durante oito meses, o realizador **Jean-Luc Cohen** seguiu a actividade de um delegado sindical numa das maiores empresas de obras públicas francesas. O filme que realizou - «**L'avenir ne tombera pas du ciel**», que a **Cinquième** transmite na sexta à tarde - constitui uma celebração do Dia do Trabalho e, sobretudo, uma homenagem ao sindicalismo.

Também o canal **Arte** celebra à sua maneira o 1.º de Maio, com dois filmes. O primeiro é um documentário célebre: «**Roger e Eu**». **Michael Moore**, o seu realizador, investiga o encerramento de onze secções das fábricas da **General Motors** na cidade de Flint, no Estado de Michigan (EUA), entre 1987 e 1989, e debruça-se sobre as consequências que o despedimento de 30 mil trabalhadores inevitavelmente acarretaram. A RTP já exibiu este filme há precisamente dois anos. Às 2.30 da manhã! Depois, o mesmo **Arte** transmite «**Camaradas**», um admirável fresco realizado pelo cineasta britânico **Bill Douglas** que retrata a história das lutas operárias na Grã-Bretanha do século XIX. Em versão original com legendas em francês. (Cinquième, Sexta, das 13.35 às 14.25; Arte, Sexta, das 21.15 às 22.40; Arte, Sexta, das 22.40 às 01.35).



Um fotograma de «Roger e Eu»



A lição póstuma de Bento Caraça

TVISTO

■ Correia da Fonseca

Em 1995, com produção e realização de Cristina Antunes, a jornalista Diana Andringa fez um programa acerca de Bento de Jesus Caraça. Foi transmitido não sei quando nem a que horas, não tenho a menor ideia, calculo que em qualquer data em que eu tenha estado suspenso de funções por motivo de força maior, mas é inevitável supor que a transmissão tenha ocorrido a desoras. É uma espécie de tradição que os telefilmes da responsabilidade de Diana Andringa sejam transmitidos a horas mortas e na TV2, de forma a que não dêem muito nas vistas, não incomodem quem não deve ser incomodado e não causem dano à linha de rigorosa mediocridade informativa que a RTP sempre tem mostrado prezar, ainda que consentindo exceções pontuais a eventual contragosto.

Ora, acontece que «Bento de Jesus Caraça» foi agora repetido no dia 26 de Abril, que não custa considerar como um prolongamento de 25, pelo que a transmissão pode ser encarada como que integrando-se na celebração do 24º aniversário da Revolução. Foi repetido, porém, com as cautelas do costume: por volta das 14 horas e na TV2, de modo a que poucos dessem por isso e enquanto na RTP1 estava o Grande Prémio de San Marino em Fórmula 1, tema inquestionavelmente mais importante para edificação dos telespectadores portugueses. Não ocultarei que esta retransmissão quase à sucapa me desapontou um pouco: pelo menos agora, que Diana Andringa integra a Direcção de Informação da RTP, esperava que os seus trabalhos quase sempre excelentes pudessem aceder a uma maior visibilidade, e não decerto por decisão da autora, o que podia ser menos simpático, mas sim por reconhecimento de méritos e de relevância por parte da própria RTP. Ainda não foi desta. Confiemos em que algum dia será. Talvez no que diz respeito a este mesmo documentário, isso aconteça no próximo dia 25 de Junho, quando se perfazem cinquenta anos exactos sobre o falecimento de Bento de Jesus Caraça.

Um depoimento incrível

Diana Andringa percorreu lugares, recolheu testemunhos, enquadrando situações, e desse modo reconstruiu o percurso de um dos mais notáveis e também dos mais premeditadamente omitidos portugueses deste século. Alguns dos depoimentos revestiram-se de específica importância ou de peculiar significado. O de Filomena Caraça pela

proximidade com as raízes pessoais do irmão. O de Álvaro Cunhal pela indiscutível autoridade moral e política com que falou de Bento Caraça. O de Mário Soares por ter lançado mais alguma luz sobre a atitude do próprio deponente perante questões como a que se lhe punha: a da opção não apenas política mas também partidária de uma grande figura da cultura portuguesa.

Vale a pena acrescentar mais umas linhas, para registo, acerca deste ponto. Álvaro Cunhal referira, entre outras coisas, a adesão de Bento de Jesus Caraça ao Partido Comunista Português. Soares, pelo contrário, mostrou-se incrédulo. Segundo ele, Caraça poderá ter sido, quando muito, um «compagnon de route» dos comunistas (e aqui brilhou uma vez mais a lendária vocação do ex-Presidente da República para o domínio da língua francesa), mas não um militante. Escusado será sublinhar a força dos argumentos que podem assistir a Mário Soares: basta dizer que nunca sequer foi encontrado o cartão do Partido assinado por Cunhal e passado a Caraça, documento este que em pleno fascismo teria necessariamente que existir para que as dúvidas soaristas se dissipassem. Pensando bem, Bento de Jesus Caraça terá sido na verdade um militante do PS «avant la lettre» (como o próprio Mário diria). E também, naturalmente, «avant le tiroir».

Como aliás era necessário e justo, o trabalho de Diana Andringa sublinhou o entendimento que Bento de Jesus Caraça tinha da cultura como património amplo que é preciso partilhar. Sendo ele próprio um especialista muito acima do comum, empenhou-se, não decerto por capricho ou por acaso, numa prática que visava colocar ao alcance de cada cidadão os dados, fundamentais mas suficientes, de uma cultura situada acima dos rudimentos. Caraça acreditava, de facto, que o conhecimento liberta, e sabia que por isso mesmo as classes dominantes do seu tempo pregavam a ignorância como uma virtude. Tal como hoje não apenas a pregam, como, indo além disso, a distribuem ao domicílio.

É neste quadro, de resto, que a acção de Bento de Jesus Caraça surge hoje como denúncia da prática social dominante, designadamente ao nível dos *media*. Entre os cento e tantos volumes da Biblioteca Cosmos, a tentarem abrir a toda a gente o entendimento da vida, e a aliás tosca concentração de programas ditos culturais no gueto escassamente frequentado que é a TV2, há um contraste que convida à reflexão. Que é, afinal, mais uma lição póstuma de Bento de Jesus Caraça.

Seguem-se os 25 anos

A passagem do 25 de Abril confirmou as especiais exigências da agenda política presente e acrescentou-lhe mais algumas, incluindo de natureza conceptual, a pensar nos 25 anos que em 1999 se completam.

Revelou, ao mesmo tempo, que permanece cheia de juventude a força evocadora da revolução dos cravos, como se viu por toda a parte onde houve comemorações, muito notoriamente na manifestação da Avenida da Liberdade, onde transbordou tanto a alegria da festa como a determinação de dar combate às políticas de direita. Com a ausência dos dirigentes do PS, estes dois traços parece terem-se tornado ainda mais salientes.

Perdem o seu tempo os que andam há anos a querer acabar com a manifestação e assimilar o 25 de Abril ao 5 de Outubro!

Voltando à agenda política, é evidente que ela começa a ser dominada pelas duas importantes eleições do próximo ano: as europeias e as legislativas. Todas as operações em curso por parte das diferentes forças partidárias, dos

das no dia 25 de Abril, especialmente a veemência e a clareza do discurso de Odete Santos, na Assembleia da República.

Neste complexo quadro político presente, surgem com grande importância os «Debates para uma política de esquerda» sob o lema de «Portugal 2000», que o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, apresentou na passada terça-feira, através dos quais os comunistas tomam a iniciativa do debate aberto com o país para o aprofundamento das grandes questões nacionais.

Entretanto, no que toca ao 25 de Abril, seguem-se agora os 25 anos. Esta especial efeméride, que ocorre no próximo ano, também deve suscitar uma pronta consideração e medidas adequadas por parte dos comunistas. Pertence-lhes, sem nenhuma espécie de dúvida, o papel de maior destaque na luta contra a ditadura fascista e a conservação da

memória mais significativa desse quase meio século de opressão que se abateu sobre o nosso povo.

Estão em preparação,

VARIANTES

■ Carlos Brito



congressos às campanhas de comunicação social, já têm a ver com a sua preparação e visam já influenciar os seus resultados. Assim acontece tanto com os ameaços de casamento entre PSD e PP e o seu desbragado discurso oportunista, como com isolacionismo sectário que o PS usa para disfarçar os seus entendimentos reais com os dois partidos da direita.

E entretanto quantos acontecimentos igualmente de grande importância não temos de permoio? Em princípio, fala-se de três referendos até ao final do ano: vão-se agravar as consequências da entrada do nosso país para o «euro»; há a ameaça de um novo «pacote laboral», que não deixará de ter uma resposta dos trabalhadores no próximo 1º de Maio.

Quanto aos referendos, um apresenta-se como absolutamente certo, o relativo à interrupção voluntária da gravidez, que se realizará no dia 28 de Junho.

É um passo essencial para o avanço dos direitos da mulher e no combate ao aborto clandestino. Mas não é uma batalha fácil pela forma como as forças que se lhe opõem instrumentalizam sentimentos religiosos e arraigados preconceitos.

A Igreja católica, que não se saiu bem das posições assumidas por alguns bispos no caso da fuga do pedófilo padre Frederico, anunciou que não faria campanha pública pelo não, mas reconheceu que a faria nas igrejas, naturalmente a partir do púlpito e do confessionário.

Foram por isso da maior oportunidade as posições e as acções favoráveis ao sim assumi-

por outras bandas, iniciativas de investigação e de debates de carácter histórico sobre todo o período da ditadura e a génese da revolução, adiantam-se publicações e intervenções diversas.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, apelou, no discurso do passado dia 25, na Assembleia, ao «empenhamento de todos os órgãos de soberania» nessas comemorações.

Do lado da extrema-direita e da direita não vão faltar tentativas redobradas de branqueamento da ditadura, da PIDE, de Salazar e de Marcelo Caetano.

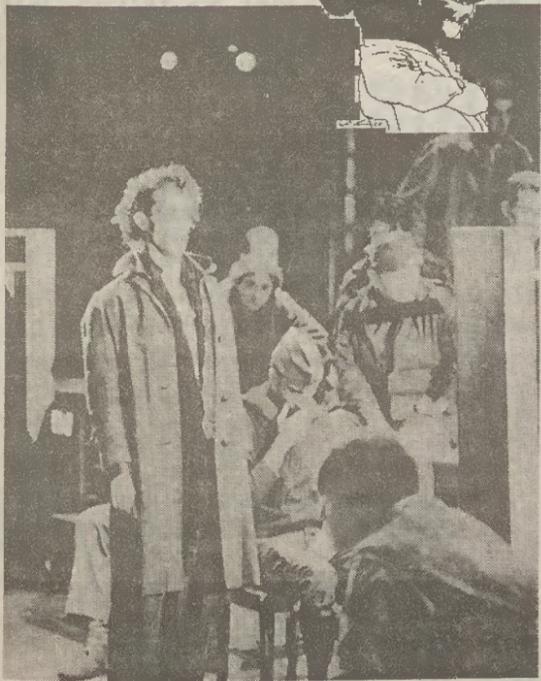
No próprio campo democrático, há que recear que, como noutras ocasiões tem acontecido, apareçam tentativas indevidas de hegemoneização das comemorações.

Por tudo isto é que nós, comunistas, temos que considerar, com tempo e aos mais variados níveis, os modos mais adequados de intervir, naturalmente sem arrogância, nem sectarismo, mas com todo o destaque e relevo a que o PCP tem direito pelo seu papel na luta antifascista e na construção do regime democrático.

Não se trata só do passado, da memória e da história, o que já reveste a maior importância, trata-se da própria concepção da democracia em que vivemos e do seu futuro.

Trata-se, enfim, de contribuir da melhor forma para a celebração que é devida ao feito imorredouro dos Capitães de Abril.

ESCAPARATE



Uma peça de Brecht no Variedades

Estreia-se hoje à noite no Teatro Variedades (Lisboa) e prossegue em cartaz até 17 de Maio a peça «A Queda do Egoísta Johann Fatzer», de Bertolt Brecht. Traduzida por Maria Adélia Silva Melo, com cenários e figurinos de Rita Lopes Alves, movimento de João Fiadeiro, música de José Eduardo Rocha (a partir de variações para Grabrede de Kurt Weil), apoio vocal de Luís Madureira e luzes de Pedro Domingos, esta produção de Artistas Unidos tem encenação de Jorge Silva Melo e é interpretada por um elenco constituído por mais de vinte consagrados e jovens actores e actrizes. A propósito do trabalho com os actores mais jovens, Jorge Silva Melo afirmou recentemente («Expresso», 25.04.98): «O que acho fascinante nesta nova geração de actores, alguns dos quais têm passado pelos meus espectáculos, é a sua espantosa disponibilidade para aprender. Não se trata de aprender comigo mas de aprenderem com a própria experiência que estão a ter. É maravilhoso ver o domínio dos meios de expressão crescer de espectáculo para espectáculo.» As representações desta peça terão lugar sempre às 21.30.



Regressa a grande comédia

Estreada no passado dia 16 de Abril, mantém-se em representações na Comuna - Teatro de Pesquisa a comédia «Portas Comunicantes», de Alan Ayckbourn. Esta peça tem tradução de Ermelinda Duarte, encenação de Alfredo Brissos, cenografia de Abílio Apolinário e figurinos de Margarida Wellenkamp e é interpretada por Bruno Simões, Carlos Borges, Cristina Cavalinhos, Manuel Couto e Victor Soares. Os espectáculos são às quintas e sábados pelas 21.30 e aos domingos pelas 17 horas.

Lorca no Teatro Taborda

Numa versão revista e adaptada pelo Grupo de Teatro «Fragmento» sobe à cena na próxima quarta-feira (com espectáculos em 7, 8, 9 e 10 de Maio) a peça «Bodas de Sangue» de Federico Garcia Lorca. Numa encenação de Rui Quintas, com cenografia de Patrícia Maravilha, figurinos de Joana e Teresa Figueiredo, desenho de luzes de Rui Quintas e sonoplastia de Jorge Ferreira, o elenco que interpreta esta peça é constituído por dozes actores e actrizes. Representações às 21.30, excepto no domingo, às 17 horas.

Jacques Brel, poeta da vida

É este o título de um colóquio que decorrerá nos próximos dias 4 e 5 de Maio na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, numa organização conjunta desta Faculdade, do Instituto de Estudos Franceses e do Centro de Estudo da Literatura Belga. Este colóquio, no qual participarão personalidades destacadas como o Embaixador da Bélgica em Portugal, senhor Claude Misson, e o historiador e sociólogo belga Marc Quaghebeur, director dos Arquivos do Museu de Literatura de Bruxelas, será acompanhado de um festival de cinema (filmes de e com Jacques Brel) e de uma exposição.

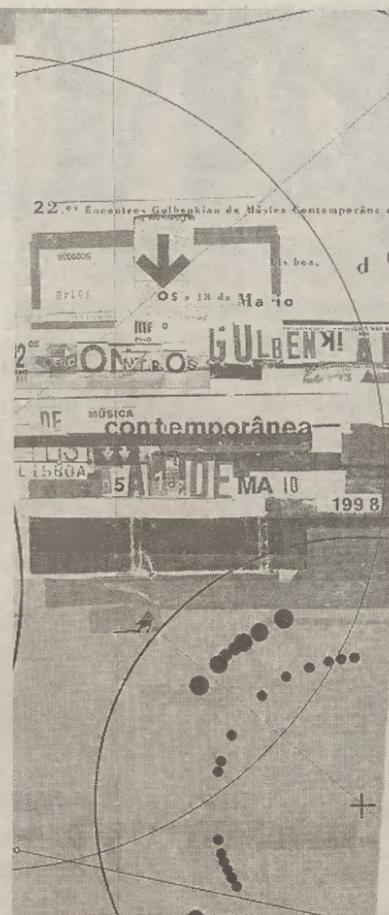
MÚSICA

Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea

São inaugurados na próxima terça-feira 5, com concertos marcados até 18 de Maio, os 22.ºs Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea, habitual realização anual do Serviço de Música daquela fundação. Este ano, o destaque vai para dois ciclos: o primeiro é dedicado a um dos mais importantes compositores do século XX, Mauricio Kagel, e o segundo traz a primeira plano as obras de um celebrado compositor português, Emanuel Nunes, que conhecerá a estreia absoluta da obra «Musicus». Por outro lado, serão apresentadas neste ciclo obras de compositores de algum modo relacionados com Emanuel Nunes, como Alain Bancquart, Pedro Amaral, Michel Gavazzi, Ipke Stark, Karim Hadad e João Rafael. Os Encontros começam no dia 5 (e ainda 6 e 7, às 22 horas) com o primeiro concerto do ciclo Mauricio Kagel no Claustro do Convento do Beato. O Ensemble Musikfabrik (de Düsseldorf) interpretará «Mare Nostrum: Descoberta, Pacificação e Conversão do Mar», um espectáculo de teatro musical em estreia portuguesa.



Emanuel Nunes



Música Americana no CCB

A Orquestra Sinfónica Portuguesa participa no Festival dos 100 Dias com um concerto pertencente ao ciclo Clássicos do Século XX, em particular a Música Americana. Sob a direcção de John Mauceri e com o solista Chantal Juillet (violino) serão interpretadas na quarta-feira 6, às 21.30, no Grande Auditório, obras de Michael Torke, Charles Ives, Erich Korngold, Aaron Copland e Duke Ellington.

CINEMA



A vertigem do cinema de Hitchcock

«A Mulher Que Viveu Duas Vezes» («Vertigo», no original) está de novo em cena entre nós, facto que, sendo um acontecimento, ainda o é mais por se tratar de uma cópia totalmente restaurada em termos de tratamento da cor original e da banda sonora. Este filme é uma das maiores obras-primas de Alfred Hitchcock, tanto pela encenação, de uma perfeição absoluta, como pelo argumento, verdadeiramente esmagador. E a sua originalidade prende-se

sobretudo com o fim duplo, já que a dois terços do filme o espectador conhece a chave do enigma sendo então surpreendido por uma nova direcção da história, verdadeiramente surpreendente. Por isso, ficamos por aqui... Kim Novak está fabulosa como nunca e James Stewart frágil, como qualquer um de nós... Bernard Herman aflige na banda sonora. É no Nimas, às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45. Aos sábados, também às 00.15.

FOTOGRAFIA

Encontros da Imagem em Braga

Já atingiu a dúzia a série de Encontros da Imagem, uma manifestação já habitual que todos os anos se realiza em Braga, constituindo um olhar sobre a fotografia contemporânea. Nesta edição, estarão em foco grandes fotógrafos franceses, como Gilbert Garcin, Mireille Loup, Zabo Chabi-

land (com exposições no Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães); Florence Chevalier (no Museu Nogueira da Silva, em Braga); Roger Corbeau (na Casa dos Crivos, em Braga); Martine Mougín (no Paço dos Duques

de Bragança, em Guimarães); e Christine Spengler e Bernard Descamps (no Museu Alberto Sampaio, de Guimarães). Esta organização da Associação de Fotografia e Cinema de Braga prosseguirá até 31 de Maio.



LIVROS



A Paixão Segundo José Saramago

Já são numerosos os livros que se debruçam sobre a obra de José Saramago. E aqui está mais um, publicado em coedição pela Campo das Letras - e incluído na colecção Campo da Literatura/Ensaio - e pela Profedições. Como afirma Mário David Soares em prefácio, este livro de Conceição Madruga, que resulta de um trabalho universitário, é, «para quem gostar de Saramago, para quem ainda não compreende Saramago, para quem tem que analisar Saramago, um livro fundamental para aprofundar gostos, ultrapassar incompreensões e ajudar a análises. Com um rigor académico (sancionado pela Professora doutora Isabel Pires de Lima) e uma paixão sedutora de uma leitora assumidamente seduzida este é um livro para ler e reler com um gosto e um proveito muito especiais».

Fica-nos depois a mágoa de não poder vir a ler mais trabalhos produzidos por esta autora, precocemente falecida.



As Canções Tradicionais Portuguesas no Ensino da Música

A música é outra, neste livro. Mas continuamos na área dos trabalhos sobre arte, o que, por vezes reduz a área e o número dos leitores interessados ou, pelo menos, solicita uma atenção mais especializada. No entanto, esta obra de Rosa Maria Torres é, não por acaso, dedicada às crianças portuguesas. Um convite, portanto, aos pais e educadores, para despertar o gosto das crianças pelas canções tradicionais, um património que, sem as suas vozes, ficará apenas como registo em bafios de papel e de música. É também este livro o resultado de um trabalho académico, apresentado no âmbito do Curso de Estudos Superiores Especializados em Educação Musical na Universidade do Minho. E é sobretudo - para além do seu valor científico - uma proposta para seguirmos o caminho mágico das letras e das músicas da nossa terra.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Inquietações

Os sinais de alarme soaram domingo na Alemanha e repercutiram-se de imediato por toda a Europa. Não é bem ainda um toque a rebate, mas as consciências agitam-se, dir-se-ia mais incomodadas do que verdadeiramente preocupadas. Como se andasse alguém a querer estragar uma festa, mais por traquinice do que outra coisa qualquer, e isso fosse considerado de mau gosto.

E, no entanto, o que se passou não é nada de somenos: a extrema-direita alemã conquistou no estado federado da Saxónia-Anhalt os seus melhores resultados eleitorais desde o fim da II Guerra Mundial.

Trata-se de um facto que por si só levanta várias questões. Em primeiro lugar, há esse 'pomenor' da democracia, como é entendida nas sociedades ocidentais, parecer nada ter a objectar quanto à existência de organizações, em pé de igualdade com outras, que se servem das regras democráticas para atentar contra a própria democracia. É neste contexto que os partidos neonazis têm existência legal, desenvolvem a sua actividade e se candidatam a eleições... que podem inclusivamente ganhar.

A outra questão, que é eventualmente a grande questão, é a de saber como e porquê têm os partidos neonazis - pela própria essência antidemocráticos - capacidade de atracção suficiente sobre o eleitorado a ponto de lhe captarem o voto. Tudo seria simples se os votos dos neonazis fossem dos neonazis, ou seja, dum punhado de gente com estranhas ideias de supremacia rácica, de um qualquer destino superior para a condução dos homens e do mundo. Mas não é isso que se passa. Quem vota nos nazis são pessoas comuns, pessoas que trabalham, lutam, sofrem, amam, que desejam para si e para os outros 'o melhor', mas que por um conjunto de circunstâncias se desiludiram com as tradicionais receitas da democracia tradicional.

O que se passou na Alemanha não tem nada de novo... e é justamente isso que é aterrador. O estado alemão que deu treze por cento aos neonazis da «União do Povo Alemão» - há sempre um 'povo' nestas siglas fascistas - situa-se no Leste da Alemanha, no território onde há nove anos foi derrubado um muro em nome da democracia, do progresso, das bananas, dos marcos, do capitalismo popular e de tudo o mais que então se prometeu. Nove anos passados, centenas de milhares de pessoas vivem as agruras do desemprego - cidades há onde a percentagem de desempregados ascende a 31,5 por cento da população activa! -, sem uma perspectiva de futuro. É fácil o discurso contra o outro, o diferente, o estrangeiro, o bode expiatório para as frustrações criadas por um regime que no essencial não é posto em causa. Como se os exploradores não explorassem os da sua própria cor ou nacionalidade. Como se os ricos não continuassem a ser cada vez mais ricos, com ou sem estrangeiros para explorar.

Tudo isto já aconteceu no passado. É bom não esquecer que Hitler chegou ao poder através de eleições. E se a História não se repete, porque diferentes são os contextos em que fenómenos idênticos ocorrem, nada nos garante que as consequências de um novo ascenso do neonazismo não possam ser tão ou mais dramáticas do que foram no passado.

E o que é grave é que o fenómeno não existe apenas na Alemanha. Na União Europeia, agora à beira dessa inovação criada para servir o capital que é a moeda única, o desemprego alastra como uma mancha de óleo incontrollável. Vinte milhões de desempregados, cinquenta milhões de pobres, é um caldo de cultura onde tudo pode acontecer. Os velhos fenómenos de racismo e xenofobia ganham terreno.

Ao longo da História da Europa, a Alemanha tem sido uma espécie de caldeirão onde se cozinham receitas bem difíceis de tragar. A Alemanha da economia forte e musculada, locomotiva do euro, motor de uma construção europeia em que cada vez mais se perde a dimensão social, é uma vez mais um cadinho de experiências explosivas. O que se passou no domingo é um sinal de alerta que não pode ser ignorado.

■ Anabela Fino

Comemorações nacionais do 1º de Maio Pelos direitos por um mundo melhor

Mais e melhor emprego, salários justos, mais e melhor segurança social e horários de trabalho mais reduzidos é o mote lançado pela CGTP-IN para as comemorações do 1º de Maio.

Para além da manifestação em Lisboa, que parte do Campo Pequeno pelas 15 horas e termina com uma concentração na Cidade Universitária, muitas dezenas de iniciativas (desfiles, concentrações, provas desportivas e espectáculos promovidos pela CGTP-IN), estão marcadas para amanhã nos 18 distritos do Continente e ainda nas regiões autónomas da Madeira e Açores. Em Lisboa, o dia começa com a 17ª Corrida do 1º de Maio, na Cidade Universitária, local onde decorre igualmente uma manhã infantil.

Na Baixa portuense, o programa conta também com uma Corrida, uma manhã infantil, um desfile e um espectáculo de encerramento, pelas 17 horas. Na região estão previstas iniciativas em noutros locais, caso de Santo Tirso e Felgueiras.

No distrito de Coimbra, efectuam-se provas de atletismo na Lousã e na capital do Mondego, realizando-se nesta última uma concentração-desfile na Praça da República. Um comício-festa terá lugar também na Figueira da Foz.

O Dia do Trabalhador é igualmente assinalado em Aveiro, com uma corrida, um desfile e um comício festa; em Leiria, com iniciativas junto ao Cine-Teatro; nas cidades de Braga, Guimarães, Viana do Castelo, Caminha, Bragança e Vila Real.

Castelo Branco, Covilhã, Serfã, Tortosendo, Linhais da Serra e Minas da Panasqueira são pontos do distrito de Castelo Branco onde têm lugar provas desportivas, espectáculos e concentrações. Em ambiente de festa estão também a Guarda e Gouveia, Viseu, Mangualde e Lamego. No distrito de Santarém prevêem-se actividades em Alcanena, Tramagal e no Entroncamento.

No distrito de Setúbal, terá lugar uma manifestação na Avenida Luísa Tody, pelas 15 horas, estando previstos comícios em Alcácer do Sal, Casebres, Santiago do Cacém e Sines.

Várias iniciativas decorrem nos distritos alentejanos, nomeadamente nas cidades de Beja, Pias e Aljustrel; Évora, Borba, Vendas Novas, Alandroal e Montemor-o-Novo; Portalegre, Nisa, Elvas, Foros do Arrão e Montargil. No Algarve, a festa dos trabalhadores concentra-se nas ruas de Faro.

O 1º de Maio é ainda comemorado nos Açores com comícios-festa nas cidades da Horta e de Ponta Delgada, enquanto que na Madeira haverá espectáculos e uma concentração com desfile que terminará com um comício sindical no Funchal.

Um convite à luta

No manifesto da CGTP-IN, a central sindical convida os tra-

balhadores a lutarem pela melhoria das condições de vida e de trabalho e considera «imperioso que a riqueza produzida reverta a favor de quem

«Os níveis de protecção social são baixíssimos e a prometida reforma do sistema de Segurança Social continua adiada. É criminoso pôr em



a produz e de quem mais precisa».

«Portugal tem o maior nível de pobreza na União Europeia: 29% das famílias são pobres, 10% da população concentra metade da riqueza. Os salários são só 41% do rendimento nacional. São mesmo os mais baixos a nível da CE.

O desemprego real é superior ao dos números oficiais. A qualidade do emprego degrada-se. A precariedade, o trabalho clandestino e ilegal campeiam.

Somos, na Europa, os que mais horas trabalhamos. Contudo, em muitas empresas, ainda não está a ser correctamente aplicada a Lei das 40 horas.

causa direitos sociais fundamentais dos trabalhadores, principais financiadores do sistema, para favorecer os interesses das seguradoras.

«A injustiça fiscal atinge as raízes do escândalo. Somos nós, os trabalhadores, quem paga mais impostos; para as empresas e os ricos são só benesses e mais benesses» (...).

«O progresso não se constrói com políticas economicamente retrógradas e socialmente injustas. Por isso, o 1º de Maio, sendo de festa pelo muito que conseguimos, será também uma gigantesca jornada de luta pelos nossos direitos e por um mundo melhor.»

Horários de trabalho na ordem do dia

O 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, nasceu ligado à luta por uma reivindicação que está de novo na ordem do dia: a redução dos horários de trabalho.

Em 1886, os trabalhadores americanos exigiam a jornada de trabalho de oito horas que, para muitos deles, atingia ainda as 14 horas diárias.

Hoje e após uma luta dos trabalhadores, sob a direcção da CGTP-IN, o horário máximo legal em Portugal é de 40 horas semanais.

A luta pela correcta aplicação da Lei das 40 horas é um exemplo inquestionável do valor do sindicalismo e afirmação da disponibilidade dos trabalhadores para lutarem pelos seus direitos e interesses. Os resultados são animadores e forte motivo de confiança no futuro.

Nestes 112 anos, as condições de vida e de trabalho melhora-

ram na generalidade dos países. Isso é inegável.

Essa melhoria é indissociável de Maio e dos ensinamentos que trouxe. Os trabalhadores aprenderam com Maio que nada se consegue sem luta e que a luta será tanto mais frutuosa quanto mais organizados e unidos estiverem.

Maio ensinou que a solidariedade a nível nacional e internacional é a alavanca que faz avançar o mundo.

Continua a ser sinónimo de progresso, de igualdade e de justiça social. Por isso, Maio mobiliza milhões e milhões de trabalhadores.

O 1º Maio continua a ser a festa dos que acreditam e lutam por um mundo mais justo, mais democrático e mais livre.

